



**AMANDA BATISTA DA SILVA**

**DAS TELETelas ÀS MÍDIAS SOCIAIS  
CONTEMPORÂNEAS: PROXIMIDADES E EFEITOS DE  
SENTIDO ENTRE 1984 E O DISCURSO DA EXTREMA-DIREITA  
BRASILEIRA**

**LAVRAS - MG  
2024**

**AMANDA BATISTA DA SILVA**

**DAS TELETELAS ÀS MÍDIAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS:  
PROXIMIDADES E EFEITOS DE SENTIDO ENTRE 1984 E O DISCURSO DA  
EXTREMA-DIREITA BRASILEIRA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Linguagem, Cultura e Sociedade, para a obtenção do título de Mestre.

Prof.(a) Dra. Márcia Fonseca de Amorim  
Orientadora

**LAVRAS - MG  
2024**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca  
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Silva, Amanda Batista da.

Das teletelas às mídias sociais contemporâneas: proximidades e  
efeitos de sentido entre *1984* e o discurso da extrema-direita  
brasileira / Amanda Batista da Silva. - 2024.

128 p.

Orientador(a): Márcia Fonseca de Amorim.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de  
Lavras, 2024.

Bibliografia.

1. análise do discurso. 2. teoria crítica. 3. discurso autoritário.  
I. Amorim, Márcia Fonseca de. II. Título.

**AMANDA BATISTA DA SILVA**

**DAS TELETelas ÀS MÍDIAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS:  
PROXIMIDADES E EFEITOS DE SENTIDO ENTRE 1984 E O DISCURSO DA  
EXTREMA-DIREITA BRASILEIRA**


**FROM TELESCREENS TO CONTEMPORARY SOCIAL MEDIA: PROXIMITIES  
AND EFFECTS OF MEANING BETWEEN 1984 AND THE BRAZILIAN EXTREME  
RIGHT DISCOURSE**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Linguagem, Cultura e Sociedade, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 21 de março de 2024

Dra. Isadora Lima Machado UFBA

Dr. Márcio Rogério de Oliveira Cano UFLA

Documento assinado digitalmente  
 **MARCIA FONSECA DE AMORIM**  
Data: 06/06/2024 18:34:28-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.(a) Dra. Márcia Fonseca de Amorim

Orientadora

**LAVRAS - MG  
2024**

## AGRADECIMENTOS

À professora doutora Márcia Fonseca de Amorim, pelo cuidado, atenção e orientação que permitiu construir esta dissertação e também pela parceria em artigos, capítulos de livro, estágio docência e docência voluntária. Agradeço também pela sensibilidade e zelo que trata seus orientandos, que a tornou referência de professora e pesquisadora para mim.

Ao professor doutor Márcio Rogério de Oliveira Cano, pela oportunidade da docência voluntária, das discussões desenvolvidas nas disciplinas e no grupo de pesquisa que tanto contribuíram à pesquisa. Agradeço também pela leitura atenta e cuidadosa que permitiram a finalização deste trabalho.

Ao professor doutor Amaro de Oliveira Fleck, pela leitura atenta e pelas ricas contribuições oferecidas no momento da qualificação e que possibilitou o amadurecimento e finalização desta pesquisa.

À professora doutora Isadora Lima Machado que, anteriormente, incentivou-me a expandir uma ideia inicial e, hoje, constitui parte deste trabalho. Agradeço também pela leitura minuciosa, disposição e aceite em contribuir na banca de defesa.

A todos os professores e todas as professoras, pelas discussões plurais construídas em sala de aula que favoreceram a reflexão sobre os caminhos da pesquisa, de ser professora e pesquisadora.

Às amigas e aos amigos, pelas trocas de ideias, indicação de leituras, palavras de conforto e companhia que possibilitaram um caminho conjunto e acolhedor.

Aos membros do *Núcleo de Estudos em Análise do Discurso* (NEADi) e do Grupo de Pesquisa *Leitura e Produção de Discurso* (GPLPD).

A minha família, que esteve ao meu lado nos momentos difíceis que envolveram a realização desta dissertação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

*Não há dominação sem resistência, é preciso “ousar se revoltar”; ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja, é preciso “ousar pensar por si mesmo”.*

*(Michel Pêcheux)*

## RESUMO

Em sua prerrogativa de manter a liberdade e combater o inimigo, o sujeito autoritário controla, priva e elimina, simbólica ou fisicamente, para que, no fim, a ordem seja mantida. A partir dos estudos discursivos da Análise de Discurso materialista, escolhemos como tema a ser pesquisado a constituição do discurso autoritário e seus efeitos de sentido. Nosso problema de pesquisa fundamenta-se na hipótese de que, em um cenário distópico, o governo de traços autoritários se constitui pela violência simbólica e física, explicitando seu desejo de poder. No recorte temporal de 2019 a 2022, podemos perceber que o discurso autoritário passou a circular com maior presença em outros campos discursivos em que prevalece a exclusão simbólica do outro por meio da técnica aliada à guerra cultural. Diante dessa problemática, o objetivo geral desta pesquisa é compreender como o discurso autoritário se constrói na literatura distópica *1984* e no discurso da extrema-direita brasileira. Os nossos objetivos específicos são: identificar as estratégias discursivas em *1984*, de George Orwell, ancoradas na indústria cultural; detectar, pelo processo discursivo, como o sujeito constrói a imagem de si e a imagem do outro no discurso da extrema-direita brasileira, respaldada na superindústria do imaginário; comparar as análises empreendidas e os efeitos de sentidos dessa aproximação. Para composição do referencial teórico, campos diferentes, como do discurso, da literatura, da comunicação e da teoria crítica são mobilizados e articulados a fim de construir um percurso que contribua para compreender a problemática levantada. Tendo isso em vista, partimos dos estudos discursivos de Pêcheux (1999; 2014a; 2014b), Orlandi (2007; 2011; 2015) e Foucault (1996; 2008); de Adorno e Horkheimer (1985) e Christoph Türcke (2010) da teoria crítica, Bucci (2019; 2021) nos estudos da comunicação; Booker (1994) e Claeys (2017) com trabalhos sobre distopia, para citar alguns autores que contribuem com as discussões propostas. O *corpus* de análise é constituído por sequências discursivas referentes ao Ministério da Verdade, na obra *1984*, e de discursos proferidos pelo ex-presidente, Jair Bolsonaro. Em síntese, a partir das análises feitas, podemos perceber que, seja na ficção, seja na contemporaneidade, o discurso autoritário se constitui pelos processos de controle e interdição e o uso da propaganda como estratégia de manutenção da instabilidade, gerando a despolitização da *pólis*.

Palavras-chave: análise do discurso; teoria crítica; discurso autoritário; distopia; propaganda.

## ABSTRACT

In his prerogative to maintain freedom and fight the enemy, the authoritarian subject controls, deprives and eliminates, symbolically or physically, so that, in the end, order is maintained. Based on the discursive studies of materialist Discourse Analysis, we chose as a topic to be researched the constitution of authoritarian discourse and its effects on meaning. Our research problem is based on the hypothesis that, in a dystopian scenario, the government with authoritarian traits is constituted by symbolic and physical violence, explaining its desire for power. In the time frame from 2019 to 2022, we can see that authoritarian discourse began to circulate with greater presence in other discursive fields in which the symbolic exclusion of the other prevails through techniques combined with cultural war. Faced with this problem, the general objective of this research is to understand how authoritarian discourse is constructed in dystopian literature 1984 and in the discourse of the Brazilian extreme right. Our specific objectives are: to identify the discursive strategies in George Orwell's 1984, anchored in the cultural industry; detect, through the discursive process, how the subject constructs the image of himself and the image of the other in the discourse of the Brazilian extreme right, supported by the super-industry of the imaginary; compare the analyzes undertaken and the effects of this approach. To compose the theoretical framework, different fields, such as discourse, literature, communication and critical theory, are mobilized and articulated in order to build a path that contributes to understanding the issues raised. With this in mind, we start from the discursive studies of Pêcheux (1999; 2014a; 2014b), Orlandi (2007; 2011; 2015) and Foucault (1996; 2008); by Adorno and Horkheimer (1985) and Christoph TÜRCKE (2010) in critical theory, Bucci (2019; 2021) in communication studies; Booker (1994) and Claeys (2017) with works on dystopia, to name some authors who contribute to the proposed discussions. The corpus of analysis is made up of discursive sequences referring to the Ministry of Truth, in the work 1984, and speeches given by the former president, Jair Bolsonaro. In summary, from the analyzes carried out, we can see that, whether in fiction or in contemporary times, authoritarian discourse is constituted by processes of control and interdiction and the use of propaganda as a strategy for maintaining instability, generating the depoliticization of the polis.

Keywords: discourse analysis; critical theory; authoritarian speech; dystopia; advertising.

## **INDICADORES DE IMPACTO**

O estudo “Das teletelas às mídias sociais contemporâneas: proximidades e efeitos de sentido entre 1984 e o discurso da extrema-direita brasileira” possui impactos sociais, culturais e comunicacionais em sociedade, pois investiga o discurso autoritário e sua disseminação em meios de comunicação por meio do contraponto entre uma obra literária, 1984, e a realidade, especificamente, no recorte temporal de 2019 a 2022. A proposta do trabalho possui o potencial de reflexão e combate contra a disseminação e a circulação de discursos autoritários e de ódio. Nesse sentido, busca-se a manutenção e a defesa da democracia, da cidadania e do debate público, proporcionando uma sociedade mais igualitária e justa. Como o estudo perpassa os campos artístico, político e comunicacional, a pesquisa pode propiciar discussões sobre debate público, políticas sociais e econômicas, além de ressaltar a importância da cultura como modo de percepção e explicação de questões importantes ao coletivo. Por fim, o trabalho está alinhado ao objetivo de paz, justiça e instituições eficazes da Organização das Nações Unidas (ONU) uma vez que abrange discussões sobre a constituição do discurso autoritário e a necessidade de combatê-lo a fim de que possa haver uma sociedade mais justa e democrática.

## **IMPACT INDICATORS**

The study “From telescreens to contemporary social media: proximities and effects of meaning between 1984 and the discourse of the Brazilian extreme right” has social, cultural and communicational impacts on society, as it investigates authoritarian discourse and its dissemination in media through of the counterpoint between a literary work, 1984, and reality, specifically, in the time frame from 2019 to 2022. The work proposal has the potential for reflection and combat against the dissemination and circulation of authoritarian and hateful speeches. In this sense, the aim is to maintain and defend democracy, citizenship and public debate, providing a more egalitarian and fair society. As the study permeates the artistic, political and communicational fields, the research can encourage discussions on public debate, social and economic policies, in addition to highlighting the importance of culture as a way of perceiving and explaining important issues to the collective. Finally, the work is aligned with the objective of peace, justice and effective institutions of the United Nations (UN) as it covers discussions on the constitution of authoritarian discourse and the need to combat it so that there can be a society fairer and more democratic.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>ANÁLISE DO DISCURSO MATERIALISTA: CONSTITUIÇÃO DE UM CAMPO HETEROGÊNEO.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>Ideologia e sujeito .....</b>	<b>19</b>
<b>2.2</b>	<b>Alteridade e formação imaginária: o outro na construção discursiva das representações .....</b>	<b>22</b>
<b>2.3</b>	<b>Processos de interdição do sujeito.....</b>	<b>26</b>
<b>3</b>	<b>DA INDÚSTRIA CULTURAL À SUPERINDÚSTRIA DO IMAGINÁRIO .....</b>	<b>32</b>
<b>3.1</b>	<b>Imagem como construção de sentido e apagamento da contradição.....</b>	<b>40</b>
<b>4</b>	<b>ENTRE FICÇÃO E REALIDADE: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA DISTOPIA E DA EXTREMA-DIREITA BRASILEIRA.....</b>	<b>45</b>
<b>4.1</b>	<b>O discurso literário como forma de analisar a sociedade.....</b>	<b>45</b>
<b>4.1.2</b>	<b>Distopia como crítica social .....</b>	<b>47</b>
<b>4.2</b>	<b>O cenário político brasileiro entre 2019 e 2022 .....</b>	<b>53</b>
<b>4.2.1</b>	<b>Caracterização do bolsonarismo .....</b>	<b>56</b>
<b>4.3</b>	<b>Debate, opinião pública e despolitização.....</b>	<b>60</b>
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>63</b>
<b>6</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO .....</b>	<b>66</b>
<b>6.1</b>	<b>Análise de <i>1984</i>, de George Orwell.....</b>	<b>66</b>
<b>6.2</b>	<b>Análise do discurso da extrema-direita brasileira .....</b>	<b>77</b>
<b>6.3</b>	<b>Proximidades e efeitos de sentido entre <i>1984</i> e o discurso da extrema-direita brasileira.....</b>	<b>92</b>
<b>7</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>97</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>101</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>105</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa a qual nos propusemos nesta dissertação compõe o quadro dos estudos linguísticos a partir de como eles são desenvolvidos no Brasil, segundo a linha teórica da Análise de Discurso materialista, fundada por Michel Pêcheux nos anos 1960, na França. Dentro da linha a qual nos filiamos, escolhemos como tema a constituição do discurso autoritário e seus efeitos de sentido.

O sujeito autoritário utiliza-se da Indústria Cultural e da construção do outro para argumentar e justificar suas ações. Para isso, ele distorce informações, manipula a memória, defende constantemente a tortura, a volta da ditadura (em um contexto atual) e a aniquilação da oposição. Em sua prerrogativa de manter a liberdade e combater o inimigo, o sujeito autoritário controla, priva e mata para que, no fim, a ordem seja mantida.

O controle de informação, seja por meio da cultura, seja por meio da mídia ou de outras formas de interação, é marcado discursivamente por uma ideologia dominante. Construída por meio de jogos imaginários dos quais emergem embates das representações simbólicas, os processos de controle, de interdição e de exclusão passam a ser materializados na formação discursiva autoritária.

Como exemplo de sentidos dessa formação discursiva, que se significam pelo negacionismo e pelo controle, para mencionar alguns deles, podemos citar o lema do Partido, na obra *1984*, que consiste em “Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado” (Orwell, 2009, p. 47). Ao refletirmos sobre a sociedade brasileira contemporânea, temos materialidades que apontam para uma proximidade do cenário distópico, a exemplo de notícias veiculadas por jornais digitais e imagens que circularam nas mídias e redes sociais com o intuito de construir a imagem do outro como inimigo.

Podemos dizer que a distopia surge como uma necessidade de compreensão do mundo, mas que revela essa sombra da sociedade que, em certa medida, evita entrar em contato com a sua própria dinâmica. Um olhar mais apurado sobre o funcionamento do discurso literário distópico mostra essa relação entre distopia e topia muito mais próxima do que se pensa no senso comum. Por isso, acreditamos que a aproximação do campo artístico-literário com a realidade pode nos proporcionar pistas para análises da conjuntura político brasileira entre 2019 e 2022.

Nosso problema de pesquisa fundamenta-se na hipótese de que, em um cenário distópico, o governo de traços autoritários se constitui pela violência simbólica e física, explicitando seu desejo de poder. Em contraponto, no recorte temporal de 2019 a 2022,

podemos perceber que discursos autoritários passaram a integrar vários campos discursivos, prevalecendo a exclusão simbólica do outro. Nesse sentido, parece haver uma aliança entre o discurso autoritário e o uso de técnicas que constroem e perpetuam uma propaganda positiva de si e negativa do outro.

Com base na problemática levantada, o objetivo geral desta pesquisa é compreender como o discurso autoritário se constrói na literatura distópica e no discurso da extrema-direita brasileira. Neste trabalho, entendemos que o discurso autoritário é uma estratégia para que a disputa de formações imaginárias seja contínua, gerando a instabilidade como “ordem”. Assim, acreditamos que o discurso autoritário se significa pelo negacionismo, a interdição, a distorção de informações e o controle, para citar alguns deles.

Dessa forma, os nossos objetivos específicos são: identificar as estratégias discursivas em *1984*, de George Orwell, ancoradas na indústria cultural; detectar, pelo processo discursivo, como o sujeito constrói a imagem de si e a imagem do outro no discurso da extrema-direita brasileira, respaldada na superindústria do imaginário; comparar as análises empreendidas e os efeitos de sentidos dessa aproximação.

Para construir um caminho que nos possibilite alcançar os objetivos propostos, utilizaremos como base uma abordagem qualitativa que procura “compreender, descrever e, algumas vezes, explicar fenômenos sociais, a partir de seu interior, de diferentes formas” (Paiva (2019, p. 13) *apud* Flick (2007)). O método que usaremos dentro dessa abordagem é a pesquisa bibliográfica, que busca contextualizar a temática escolhida e “mostrar o que já existe sobre o objeto investigado” (Paiva, 2019, p. 60).

A princípio, será feita uma revisão bibliográfica da Análise de Discurso materialista a partir de Pêcheux (2014a, 2014b) e Orlandi (2007, 2011, 2015), e da Indústria cultural, com base nos estudos de Adorno e Horkheimer (1985) e Christoph Türcke (2010) e seus desdobramentos. Além disso, estudos da comunicação e da literatura contribuirão para entender a problemática levantada.

O *corpus* que constitui a nossa análise é formado a partir de materialidades de campos diferentes. Primeiramente, os recortes para montagem advêm do universo fictício, estritamente, da literatura distópica *1984*, de George Orwell, referentes ao funcionamento do Ministério da Verdade. Em seguida, a seleção feita reúne discursos proferidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro que têm como característica comum a construção do outro como inimigo.

Nosso referencial teórico, que trata do objeto “discurso”, é a análise de discurso materialista que teve seu início nos anos 1960 do século XX e foi desenvolvida por Michel Pêcheux. Nessa teoria, procura-se compreender os sentidos produzidos pelo sujeito interpelado

sócio-histórico-ideologicamente. De acordo com Orlandi (2015), a análise de discurso considera que a linguagem não é transparente, tampouco procura encontrar o sentido único e verdadeiro do texto relacionado à informação, mas consiste em um processo material de construção de sentidos e sujeitos determinado sócio-histórico-ideologicamente por meio das práticas discursivas.

Segundo Adorno e Horkheimer (1985), autores da teoria de Indústria Cultural, o excesso de racionalização tornou-se uma forma de totalitarismo. A sociedade passou a ser prisioneira da razão técnica. Assim, ciência e tecnologia, repaginadas, vieram para suprir vazios. O totalitarismo do século XXI se utiliza de uma violência maior do que a física e capaz de produzir danos imensuráveis: a violência simbólica, da ordem do discurso.

Ainda que haja uma tendência para práticas que (re)significam o que é controle, distorção da verdade, negacionismo e autoritarismo, a discursividade autoritária não é exclusiva de governos totalitários. Mesmo em uma sociedade dita democrática, o discurso autoritário e suas formas de significar vêm ganhando espaço e adeptos a esta ideia.

Portanto, precisamos analisar os sentidos e significações mencionados acima, mostrando o funcionamento e a necessidade de nos atentarmos aos sentidos que circulam a partir de novas formulações e (se) significam, levando sociedades tão alertadas/combatidas, a partir da narrativa distópica, a realizarem aquilo que parece pertencer à ficção.

Sobre a obra literária que será utilizada como parte do corpus de análise, podemos dizer que se insere na categoria de distopia, que descreve um lugar fora da história, onde conflitos de classes e tensões sociais são subornados por meio de violência ou controle social. Segundo Hilário (2013, p. 203), “a narrativa distópica busca chamar nossa atenção para as relações heterônomas entre subjetividade, sociedade, cultura e poder”.

Nessa pesquisa, podemos considerar que a distopia que escolhemos para analisar retrata um cenário ambientado em um regime totalitário em que a sociedade e seus discursos são constituídos, por exemplo, por (sentidos de) autoritarismo, distorção de informações, negacionismo e controle. Conforme Hilário (2013, p. 206), “as distopias são a denúncia dos efeitos de poder ligados às formas discursivas”. E em relação às formas discursivas, o modo como a estamos compreendendo é a partir do quadro teórico da Análise de Discurso materialista.

No cenário das distopias, temos um mundo imaginado em que atitudes perigosas como controle, vigilância, estado de medo como modo de governar; manipulação, interdição de fatos e censura, se materializam e se tornam táticas de governar de um estado totalitário. A distopia, enquanto gênero literário, apresentou um número significativo de produções de obras no

período entreguerras, em que o sentimento de progresso e inovação científica-tecnológica dá lugar ao pessimismo enquanto observa-se que o contrário aconteceu: a barbárie predominou ao invés do ser “iluminista” que se acreditou que estaria ali.

Em um tempo contemporâneo, vemos o avanço da extrema-direita em diversos países, em que já é provada que a manipulação do uso de dados e as Big Techs interferiram em eleições consideradas democráticas<sup>1</sup>. No Brasil, passamos por um governo que tinha como pauta o discurso de ódio, o discurso negacionista e de revisionismo histórico, em que se utilizava da construção constante de um inimigo comum como política do medo.

Nesse espaço de instabilidade, mantido pelo poder que se quer assegurar, o espaço público se torna um terreno de disputa de representações simbólicas de si e do outro que mina o diálogo e a alteridade imprescindíveis a um governo democrático. No processo de construção do outro como inimigo, há uma tentativa, por meio da propaganda, como uma das ferramentas da Indústria Cultural, atualizada em Superindústria do Imaginário, de validar e de colocar como verdade única certos valores e posicionamentos em detrimento daqueles diferentes de quem propaga esses ideais.

Pela técnica propagandística aliada ao discurso autoritário, procura-se gerar identificação e padronização em que o outro é construído a partir de discurso de ódio, de notícias fraudulentas e de discurso negacionista. Em todos eles, há um embate de formações imaginárias e representações que, pelos meios de comunicação, vai-se instaurando uma verdadeira guerra que tenta apagar contradições.

Nesse lugar de disputa, a instabilidade e o medo propiciam que certos significados circulem e que legitimem o controle da maneira de operar dominante e autoritária como válida, ou seja, como “justificável”. A exceção vira regra e o controle da subjetividade e da violência simbólica se tornam técnica do discurso autoritário. O que se apresenta como embate da verdade factual na disputa de narrativas permite uma captura da subjetividade que fragiliza o sujeito que não possui espaço para construir sua própria identidade e sua história, ficando à mercê de situações construídas.

Para que os objetivos propostos sejam alcançados, traçamos um caminho dividido em cinco capítulos de maneira que o trajeto de escrita ajude a entender a temática levantada e chegar a uma resposta ao nosso problema de pesquisa.

---

<sup>1</sup> O documentário *Brexit: driblando a democracia* (2018), produzido pelo diretor Thomas Huchon, mostra como os dados de sujeitos na rede foram usados por empresas privadas na campanha eleitoral de Donald Trump nas eleições de 2016.

No capítulo I, percorremos um trajeto pelos trabalhos que abarcam os estudos discursivos, buscando compreender o que é discurso, sujeito, ideologia, formações imaginárias e como este último relaciona-se à alteridade e à construção de si e do outro. Além disso, procuramos descrever como os processos de controle e interdição promovem a exclusão do sujeito, processos importantes de entender para situá-los no funcionamento do discurso autoritário.

Para pensar como as representações simbólicas são construídas, resgatamos o conceito de indústria cultural de Adorno e Horkheimer (1985) no capítulo II. Ao refletir sobre este conceito, percebemos que é preciso atualizá-lo para um contexto marcadamente tecnológico. Para isso, recorremos aos estudos de sociedade excitada de Türcke (2010) e de Superindústria do Imaginário de Bucci (2021), procurando evidenciar que as bases são antigas, mas as novas teorias agregam ao expandir a discussão de mecanização, esclarecimento como totalitarismo e a primazia da imagem para pensarmos outros modos de apagamento de contradições.

No capítulo III, trazemos os estudos de Booker (1994) e Claeys (2017) para entender as características da distopia, seu contexto de produção e seu apontamento como forma de crítica social. Partindo dos elementos distópicos e das condições de produção que propiciaram a produção das obras distópicas, passamos às condições de produção do discurso da extrema-direita brasileira e à caracterização do bolsonarismo. Para fechar esse capítulo, indicamos que o que parece estar em jogo na instabilidade criada é o debate público e a despolitização da *pólis*.

No capítulo IV, a fim de evidenciar como o trajeto percorrido até aqui será mobilizado nas análises, descrevemos e explicamos a metodologia adotada, as escolhas de categorias teóricas, os *corpora* selecionados e as etapas de análise.

O capítulo V, assim, traz as análises e discussões a partir do quadro teórico-metodológico adotado. Neste capítulo, primeiro analisamos a obra distópica *1984*, seguida da análise do discurso da extrema-direita brasileira e, por fim, uma comparação que busca mostrar as proximidades e os efeitos de sentido entre distopia e topia.

Para efeitos de conclusão, retomamos o trajeto percorrido, as análises feitas, os efeitos de sentido analisados e as proximidades entre ficção e realidade, a contribuição do percurso teórico-metodológico adotado, bem como as lacunas e desdobramentos de trabalhos futuros nas considerações finais.

## 2 ANÁLISE DO DISCURSO MATERIALISTA: CONSTITUIÇÃO DE UM CAMPO HETEROGÊNEO

A análise do discurso materialista, também conhecida como análise de discurso francesa de vertente pecheutiana, tem como marco inicial a obra *Análise automática do discurso* (1969), de Michel Pêcheux. Surge em contrapartida à análise de conteúdo (das ciências humanas) que concebia o texto como representação da realidade do mundo sem considerar as relações linguístico-textuais com as práticas ideológicas em sua exterioridade.

A análise de conteúdo atravessa o texto, buscando encontrar um sentido nele. Ao contrário dessa, a análise do discurso considera o texto em sua opacidade significativa, ou seja, leva-se em conta a sua múltipla possibilidade significativa. Isso quer dizer que os sentidos podem se deslocar e ressignificar com o passar do tempo ou mesmo a partir de diferentes contextos sócio-histórico-ideológicos nos quais possam circular e significar. Nessa teoria, procura-se compreender os sentidos produzidos pelo sujeito interpelado sócio-histórico-ideologicamente.

A base dessa ciência do entremeio é constituída por três áreas do conhecimento que, ao mesmo tempo, são uma ruptura com o século XIX: a Linguística; as releituras que Althusser faz do Marxismo e as que Lacan faz da Psicanálise (Orlandi, 2015). Assim, a análise do discurso recorta aspectos pontuais dessas áreas (o real da língua, o real da história e o real do inconsciente) e os articula, relacionando-os e integrando-os a outras categorias teóricas, em uma nova perspectiva teórica.

Segundo Eni Orlandi (2015), a análise do discurso, enquanto trabalha aspectos desses campos de conhecimento, irrompe fronteiras e produz um recorte de disciplinas, constituindo um novo objeto: o discurso. Para a autora, o discurso não se trata de transmissão de informações apenas, pois é nele que os sujeitos e os sentidos, afetados pela língua e pela história, produzem significado:

A Análise do Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (Orlandi, 2015, p. 13).

Uma das especificidades da análise do discurso é que o objeto ao qual ela produz “resultado” não é um “objeto linguístico, mas um objeto sócio-histórico onde o linguístico

intervém como pressuposto” (Pêcheux, 2014a, p. 191). A linguagem passa a ser considerada em sua incompletude e opacidade significativa, possibilitando mobilizar efeitos de sentido. Os sentidos considerados literais já são efeitos de sentido e o trabalho da análise é evidenciar os processos histórico-sociais e ideológicos que permitiram a construção deste efeito de sentido e não de outro a partir de determinadas condições de produção.

A análise do discurso não para na interpretação, mas vai além, procurando compreender como um objeto simbólico produz sentidos, a partir da relação sujeito e sentido inscritos na língua e na história (Orlandi, 2015). O confronto do simbólico com o político está presente em todos os discursos e as formas como as relações de poder são simbolizadas é de natureza política e ideológica, assim os estudos discursivos aos quais nos ancoramos aqui consideram as relações de poder simbolizadas em uma sociedade marcada pela divisão de valores e de sentidos.

Para Pêcheux (2014a, p. 76), “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”, por isso é preciso remetê-lo às relações de sentido nas quais é produzido. O processo discursivo não tem um ponto zero. A partir do discurso, o sujeito evoca um acontecimento (que já foi objeto de discurso) e daí se produz novos dizeres. Nessa relação, o sujeito se posiciona como ouvinte do próprio discurso que o leva à antecipação do que o outro vai pensar. De acordo com o autor, “é impossível analisar um discurso como um texto [...], é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção” (Pêcheux, 2014a, p. 78).

Jean Jacques Courtine, ao contribuir com os estudos de Pêcheux, procura mostrar que “a noção de CP do discurso apresenta um conteúdo ao mesmo tempo empírico e heterogêneo” e “igualmente instável”. Essas características formam o lugar

Onde se opera uma psicologização espontânea das determinações propriamente históricas do discurso (o estado das contradições de classe em uma conjuntura determinada, a existência de relações de lugar a partir das quais o discurso é considerado no centro de um aparelho, o que remete a situações de classe) que ameaça continuamente transformar essas determinações em simples circunstância em que interajam os “sujeitos do discurso”, o que equivale também a situar no “sujeito do discurso” a fonte de relações de que ele é apenas o portador ou efeito (Courtine, 2014, p. 52).

A condição de produção do discurso relaciona fundamentalmente a situação, os sujeitos e a memória. Segundo Orlandi (2015), ao considerarmos as condições de produção no sentido estrito, levamos em consideração as circunstâncias da enunciação, ou seja, o que é dito aqui e agora. Já no sentido amplo, as condições de produção remetem ao contexto sócio-histórico, ideológico que determinam os sentidos do discurso. Pensar a relação do sujeito com o sentido

é pensar a relação da língua com a história. Os sentidos não estão só nas palavras, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das instituições do sujeito.

O sentido precisa de uma matéria específica para significar, ou seja, a partir da relação entre as condições de produção e a matéria simbólica (imagem, som, traço, verbal etc.) é possível produzir sentido, “as várias linguagens são assim uma necessidade histórica” (Orlandi, 1995, p. 40). Segundo Orlandi (2015), por meio da materialidade, podemos observar a relação do real com o imaginário, em que a ideologia atua no inconsciente.

De acordo com Pêcheux (2014b), o interdiscurso como real exterior determina o interior pelo processo de interpelação do sujeito que, ao se realizar pelo todo complexo das formações ideológicas, produz um efeito de evidência e transparência na linguagem como se estivesse sempre lá, já dito. Dessa forma, “o interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (Orlandi, 2015, p. 31).

A memória discursiva relaciona-se ao interdiscursivo, ou seja, aquilo que fala antes, o já-dito. Dessa memória discursiva, da qual não há controle, os sentidos se constroem e instauram a ilusão de que o sujeito do discurso é a origem do que se diz. A memória, para Pêcheux (1999, p. 56), “é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos”. Essa memória, que regula o funcionamento do discurso, é afetada por duas formas de esquecimento.

O esquecimento nº 2 designa um esquecimento ‘pré-consciente’, em que o sujeito seleciona “no interior da formação discursiva que o domina”, enunciados, por meio de paráfrases, para constituir o seu discurso, mas sua escolha e reformulação já está determinada pela formação discursiva em que se insere. Já o esquecimento nº 1 é da ordem do inconsciente, formado pelos já-ditos que se encontram “no exterior da formação discursiva que o domina”, e resulta da maneira como o sujeito é afetado pela ideologia (Pêcheux, 2014b, pp. 161-162).

No mesmo trajeto teórico de Pêcheux e de Orlandi, Paul Achard (1999, p. 11) diz que “a estruturação do discursivo vai constituir a materialidade de uma certa memória social” e, partindo desse pressuposto, o implícito está na constituição dos sentidos nos processos discursivos que se baseiam no imaginário. Ou seja, para cada retomada no discurso, há implícitos que funcionam pela recuperação da memória advinda de imaginários que a representam. Nos processos discursivos, há (re)formulações da memória discursiva que foi construída e não apenas repetição. Assim, ao considerar a memória ao lado da regularização,

ela se situaria em uma oscilação entre o histórico e o linguístico, na sua suspensão em vista de um jogo de força de fechamento que o ator social ou o analista vem exercer sobre discursos em circulação. Este eventual jogo de força é suportado pelas relações de formas, mas estas são apenas o suporte dele, nunca estão isoladas. Elas estão eventualmente envolvidas em relações de imagens e inseridas em práticas (Achard, 1999, p. 16).

Memória, deslocamentos e esquecimentos fazem parte da construção discursiva e são reformuladas a cada novo dizer. A maneira como isso se dá constitui objetos, domínio de saber, conceitos que se estabelecem por uma relação de poder na qual procuramos evidenciar regularidades na dispersão dos enunciados. Para isso, é preciso entendermos o conceito de formação discursiva, importante à análise do discurso e que possibilita a constituição de um *corpus*.

Para Michel Foucault (2008, p. 122), o discurso é “um conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação”, assim, ele é constituído de um número limitado de enunciados em que se pode definir um conjunto de condições de existência. Tratar do discurso é tratar de um fragmento da história, num certo campo de saber, que se movimenta numa relação de continuidade e descontinuidade. Nessa concepção, o discurso é entendido como dispersão, formado por diversos elementos que não são ligados uns aos outros por uma unidade, mas é preciso estabelecer regras que regem a formação dos discursos.

O conceito de formação discursiva, desenvolvida por Foucault em sua obra *A Arqueologia do Saber* (2008), e posteriormente trazida para a Análise de Discurso, por Michel Pêcheux (1975), é caro aos analistas e fundamenta o ponto de partida da análise. A demarcação das formações discursivas revela o nível específico do enunciado assim como a descrição dos enunciados e a forma como se organiza o nível enunciativo conduz à individualidade das formações discursivas. Assim sendo, é na descrição dos enunciados que será possível definir os limites, ainda que instáveis, de determinada formação discursiva:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (Foucault, 2008, p. 43).

A contradição funciona, ao longo do discurso, como o princípio de sua historicidade e é a partir dela que o discurso pode surgir, sendo possível, na análise, a observação e descrição como o lugar em que faz as contradições desaparecerem e reaparecerem. Considerando que as

contradições são constitutivas do discurso, a formação discursiva “é antes um espaço de dissensões múltiplas; um conjunto de oposições diferentes cujos níveis e papéis devem ser descritos” (Foucault, 2008, p. 175).

Ao trazer o conceito de formação discursiva para a análise do discurso materialista, Pêcheux (2014b, p. 147) atualiza essa noção, definindo-a como “aquilo que é, numa formação ideológica dada, determinante ao que pode e deve ser dito”, ou seja, as palavras recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas. A formação discursiva materializa, no discurso, as formações ideológicas dos sujeitos falantes.

Ainda que seja uma noção polêmica e de difícil definição, a formação discursiva se torna noção e categoria de análise que permitirá “compreender o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso”. Os sentidos são constituídos a partir da posição que o sujeito assume em uma conjuntura sócio-histórica dada e seu discurso é materializado nas formações discursivas, ou seja, as formações discursivas “representam no discurso as formações ideológicas” (Orlandi, 2015, p. 41).

As formações ideológicas comportam necessariamente uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada numa conjuntura. Elas, com características regionais e de classe, sofrem intervenção das formações discursivas enquanto componentes. As formações discursivas, produzidas a partir de determinadas relações de classe, fornecem elementos para novas formações discursivas, governadas por novas relações ideológicas, estabelecendo um jogo de novas formações ideológicas. É a partir da relação no interior de uma família de formações discursivas que se constitui o efeito de sentido (Pêcheux, 2014a).

Ao situar o sujeito em uma dada posição nas formações ideológicas, é preciso relacionar essas últimas a uma determinada formação social. Isto posto, o conceito de ideologia e o processo de constituição do sujeito são relações imbrincadas que se articulam e se materializam no discurso. Essa relação será explicada a seguir.

## **2.1 Ideologia e sujeito**

A teoria materialista do discurso busca compreender a relação língua e mundo, sendo o discurso o lugar de materialização da ideologia. A ideologia permite pensar o homem como ser ideológico, situando-o como parte da natureza. Isso produz evidência como algo natural (dado), quando o que ocorre é uma opacidade na linguagem. Assim, ideologia e inconsciente

dissimulam sua existência no interior do próprio funcionamento do discurso, produzindo evidências subjetivas nas quais se constitui o sujeito.

Nisso reside o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. A ilusão de transparência da linguagem consiste na dependência constitutiva do todo complexo das formações ideológicas. O imaginário do sujeito não pode reconhecer seu assujeitamento ao outro (Sujeito), pois isso se realiza sob a forma de autonomia. O mundo (e a linguagem) já está aí quando o indivíduo nasce. Por isso, sempre já-sujeito em que assume uma posição sujeito para disseminar discurso (sentido).

Louis Althusser, em *Aparelhos ideológicos de Estado* (1985), traz reflexões essenciais sobre ideologia, assujeitamento e que, posteriormente, serão agregadas à análise do discurso materialista por Pêcheux. Althusser (1985) diz que tanto os aparelhos ideológicos de Estado (AIE) quanto os aparelhos repressivos de Estado (ARE) asseguram, de maneira contraditória, a ideologia da classe dominante. Os aparelhos ideológicos de Estado se (re)produzem como meio e lugar da luta de classes, não sendo possível um controle total das relações sociais, de (re)produção do sujeito, ou seja, “a unidade entre os diferentes Aparelhos Ideológicos do Estado está assegurada, geralmente de maneira contraditória, pela ideologia dominante, a da classe dominante” (Althusser, 1985, p. 74).

Considerar que os AIE não são uno, homogêneo, mas contraditórios e heterogêneos, nos permite afirmar que há possibilidade de falha do AIE. Ainda que todos os AIE colaborem para um mesmo fim, de reproduzir as relações de produção, e na conjuntura atual, das relações de exploração capitalista, a contradição faz deslizar e possibilita a chance de ser outro sentido, outra posição-sujeito.

Os AIE não se distribuem de maneira igual, pois suas propriedades “regionais” condicionam sua importância relativa no interior do conjunto dos AIE, em função do estado da luta de classes em determinada formação social. Podemos dizer que, atualmente, os Aparelhos Repressivos do Estado agem para assegurar determinada liberdade e segurança na tentativa de combater os inimigos construídos pelos Aparelhos Ideológicos do Estado.

Pêcheux (2014b) afirma que as ideologias são feitas de práticas. Ao se referir aos Aparelhos Ideológicos do Estado, devemos considerar que a ideologia não se reproduz sob a forma de ‘mentalidade’ e é impossível atribuir a cada classe sua ideologia. Sendo assim, o AIE é o lugar e meio de realização da ideologia da classe dominante, ou seja, a ideologia dominante é realizada e se realiza. Os aparelhos ideológicos de Estado não são puros instrumentos da classe dominante, mas constituem “simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção” (Pêcheux, 2014b, p. 131).

Em Althusser (1985, p. 85), as ideologias se relacionam às posições de classe. Entendida como caráter material, a “Ideologia é uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”. Ou seja, toda ideologia sustenta o imaginário, compreendido como estruturante em que, materialmente, relaciona o indivíduo com o real. Nesse sentido, o real só pode ser acessado pela linguagem, pois “não são as suas condições reais de existência, seu mundo real que os ‘homens’ ‘se representam’ na ideologia, o que é nelas representado é, antes de mais nada, a sua relação as suas condições reais de existência” (Althusser, 1985, p. 87).

Como dito por Orlandi (2015), não há sentido sem interpretação e, diante de qualquer objeto simbólico, o homem é levado a interpretar. A ideologia aparece produzindo evidências, e coloca o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência. Quando dizemos que a ideologia tem existência material é porque a ideologia é identificada na prática dos sujeitos (discursiva, social etc.) e, por isso, material.

A ideologia, por sua vez, nesse modo de a conceber, não é vista como conjunto de representações, como visão de mundo ou como ocultação da realidade. Não há aliás realidade sem ideologia. Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e a com a história para que haja sentido (Orlandi, 2015, p. 46).

Sobre a noção de sujeito, Althusser (1985) formula duas teses, sendo: a) só há prática através de e sob uma ideologia; e b) só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito. A partir dessas duas proposições, chega-se à tese central de que “a Ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos” (Althusser, 1985, p. 93). Isto é, a ideologia existe para sujeitos concretos e é na categoria de sujeito e de seu funcionamento que a ideologia pode ser materializada.

É preciso pensar o sujeito enquanto interpelado sócio-histórico-ideologicamente na posição que ocupa para dizer algo. E para dizer, o sujeito é livre e submisso ao mesmo tempo: livre porque pode tudo dizer, mas, enquanto sujeito à língua e à história, resulta-se o assujeitamento (Orlandi, 2015). O assujeitamento é da ordem do inconsciente e produz sentidos diferentes conforme as diferentes posições subjetivas. A apropriação da linguagem pelo sujeito é social, histórica e ideológica. O sujeito reproduzido pela ideologia tem a impressão da transparência do discurso, criando a ilusão de ser a origem do que diz, quando na verdade a opacidade é marcada pela ideologia.

Este é aliás o efeito característico da ideologia – impor (sem parecer fazê-lo, uma vez que se tratam de “evidências”) as evidências como evidências, que

não podemos deixar de *reconhecer* e diante das quais, inevitável e naturalmente, exclamamos (em voz alta, ou no “silêncio da consciência”): “é evidente! É exatamente isso! É verdade” (Althusser, 1985, p. 95).

Na materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de formações ideológicas e essas possuem caráter regional, comportando posições de classe. O assujeitamento ideológico interpela o sujeito a ocupar uma posição na formação social em que, ao se identificar com o Sujeito de determinada formação ideológica/discursiva, produzirá discursos e sentidos advindos de determinada posição-sujeito situado em determinada formação discursiva.

Os processos discursivos não têm sua origem no sujeito, mas se realiza nele. Essa contradição é própria ao sujeito e ao que se chama de assujeitamento, pois “o sujeito se constitui pelo ‘esquecimento’ daquilo que o determina” (Pêcheux, 2014b, p. 150). O assujeitamento ideológico faz com que “cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo a sua livre vontade, a *ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção” (Pêcheux, 2014a, p. 162). (grifos do autor)

O discurso não se trata necessariamente de transmissão de informações entre A e B, mas efeito de sentidos a partir de lugares determinados na estrutura de uma formação social. Esses lugares estão representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Para que um processo discursivo possa ocorrer, é necessária a existência das formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, imagem que fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro (Pêcheux, 2014a).

No processo discursivo, a posição que cada sujeito assume para produzir discurso e a construção da representação simbólica do outro resulta em significações determinadas e produz certos efeitos de sentido. Tanto ao trazer o outro para construir junto consigo, quanto para negá-lo e excluí-lo do dizer, a relação intersubjetiva permite a constituição plural de sentidos, e a escolha de respeitar ou negar a alteridade no discurso engendra certos dizeres e não outros. A maneira como o sujeito se constrói e constrói o outro no discurso será discutida a seguir.

## **2.2 Alteridade e formação imaginária: o outro na construção discursiva das representações**

Segundo Orlandi, o discurso sempre se relaciona com outros dizeres “realizados, imaginados ou possíveis”. Nesse processo, relações de sentido são estabelecidas constantemente com retomadas e apontamentos, ou seja, são discursos outros que os sustentam,

assim como aponta para dizeres futuros. Outro mecanismo que faz o processo discursivo funcionar é o de antecipação, em que o sujeito se coloca (imaginariamente) no lugar do outro, “ouvindo” suas próprias palavras. O sujeito “antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem” (Orlandi, 2015, p. 37).

Além das condições de produção, da relação de sentido e de antecipação, as relações de força produzem sentido, pois o lugar a partir do qual o sujeito fala constitui o que ele diz. Em uma sociedade hierarquizada como a nossa, o lugar que o sujeito assume ao produzir o discurso gera relações de força, sustentadas pelo poder instituído desses diferentes lugares e que significarão no processo discursivo.

Todos esses mecanismos de funcionamento do discurso, segundo Orlandi, estão inscritos nas formações imaginárias. Assim, o que funciona no discurso não é o sujeito físico e o lugar como ele se inscreve na sociedade, “mas suas imagens que resultam de projeções” (Orlandi, 2015, p. 38), projeção que permite passar de situação (lugar) para posição. Essa última que nos interessa. A posição que o sujeito assume para dizer significa no discurso relacionado à situação sócio-histórica e à memória. A condição de produção leva à construção de um discurso, considerando o material (a língua), o institucional e o mecanismo imaginário e esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica.

Na troca de palavras, o que funciona é todo um jogo imaginário da imagem que o sujeito faz de si e do outro além de, se fizermos intervir a antecipação, a imagem que o sujeito faz de si para o outro e a imagem do outro para ele mesmo. E é nessa complexa relação discursiva que as imagens constituirão as diferentes posições assumidas no discurso, aliás, a identidade do sujeito resulta de um processo de identificação com as condições de produção presentes no funcionamento do discurso “em que o imaginário tem sua eficácia” (Orlandi, 2015, p. 39). O mecanismo de antecipação que funciona na formação imaginária faz com que o sujeito

ajuste o seu dizer a seus objetivos políticos, trabalhando esse jogo de imagens. Como em um jogo de xadrez, é melhor orador aquele que consegue antecipar o maior número de “jogadas”, ou seja, aquele que mobiliza melhor o jogo de imagens na constituição dos sujeitos [...], esperando-os onde eles estão, com as palavras que eles “querem” (gostariam de, deveriam etc.) ouvir (Orlandi, 2015, pp. 39-40).

No processo discursivo, o que funciona é o imaginário como parte constituinte do funcionamento da linguagem. As imagens que são postas em relação na produção discursiva não é algo dado ou “divino”, mas algo que se vale e se constrói a partir de como as relações

sociais são inscritas na história e regidas por relações de poder. Dessa forma, a imagem que temos de um presidente, por exemplo, se inscreve no confronto entre o simbólico e o político, em que discursos e instituições são ligados por processos. Ao analisar determinado discurso, procuramos explicitar a maneira como os sentidos são construídos e para isso é preciso “atravessar o imaginário que condiciona os sujeitos em suas discursividades” (Orlandi, 2015, p. 40).

As formações imaginárias são sempre remoldadas de acordo com a memória discursiva. Ao atacar uma formação imaginária, ataca-se uma memória. A memória discursiva está intrinsecamente ligada aos valores e ideais de uma época e o que/quem foge ao que é estabelecido como padrão é o inimigo que precisa ser combatido.

O sujeito se vê por inteiro na relação com o outro e, como estratégia de poder, ele se apodera e constrói discursivamente a imagem e, conseqüentemente, a representação daquilo que deve ser combatido, tornando assim, na diferença de valores, o outro como inimigo. Ainda que construa significações com o outro, o sujeito toma a liberdade de, ao invés de entender e respeitar a alteridade, construir a imagem do outro da forma que melhor atenda às suas intenções. O sujeito “pinta e borda” com a imagem alheia para que, afinal, tenha uma construção nos moldes que queira para, no momento do contraste, seus valores se estabeleçam como os justos e os adequados.

Por meio da construção da representação social do outro, o sujeito também se constrói simultaneamente. Se a imagem do sujeito que chega até si se dá na constituição do outro, é necessário analisar como são construídos os sentidos quando o sujeito opta por construir uma imagem negativa do outro e, como isso, ao mesmo tempo, constituirá a imagem de si.

Umberto Eco (2021) ressalta que, mesmo com as diferenças, tentar entender o outro é uma maneira de reconhecer a diversidade, instaurar o respeito e não negar ou apagar sua alteridade. Mas, de certa forma, “nossas pulsões mais profundas são de ordem bem diferente” (Eco, 2021, p. 28). E, por isso, as pessoas preferem guerra a paz, já que a primeira permite a um grupo de pessoas se reconhecerem como “nação”. Essa é a forma que um governo encontra para legitimar-se e assegurar o equilíbrio entre classes e, se é assim, “a construção do inimigo deve ser intensiva e constante” (Eco, 2021, p. 29).

Eco (2021) nos mostra um exemplo da importância do inimigo para a unidade e identidade de um povo como nação e que se reconhece como pertencente a determinado governo ao lembrar-nos dos Estados Unidos que, quando viu o “Império do Mal” (União Soviética) ser dissolvido, viu o risco de perder sua identidade e poder. Mas como os inimigos não demoram a aparecer (ou serem construídos), Bin Laden “deu a Bush a oportunidade de

criar novos inimigos, reconsolidando o sentimento de identidade nacional e, de quebra, o seu próprio poder” (Eco, 2021, p. 12).

Vale lembrar que todo discurso é um discurso de poder ao pretender impor verdades, ideias, comportamentos sobre algum campo de saber. Entretanto, o discurso que tende ao autoritarismo deixa explícito o seu desejo de poder. Para isso, usará de todos os recursos disponíveis a fim de controlar os indivíduos em prol de seus interesses e essas relações serão observadas no discurso. A língua torna-se um todo dinâmico que engloba o movimento da sociedade e é lugar de conflitos, e esses, concretizados nos discursos, indicam as posições ideológicas assumidas por quem fala e as diferenças de interesses ficam evidentes. As manifestações dos discursos produzidos são embasadas pela consciência social, ou seja, formada pelas verdades, valores e comportamentos (Baccega, 1995).

Na luta tensa entre o *eu* e o *outro*, observamos a materialidade das relações de poder que se constitui entre sujeitos posicionados assimetricamente e que mobilizam uma construção discursiva da imagem do outro como inimigo no embate de ideologias e de poder a partir do discurso produzido. Isso, inevitavelmente, trará os valores para o jogo de poder.

Desde o início são construídos como inimigos nem tanto os diferentes que nos ameaçam diretamente [...], mas aqueles que alguém tem interesse em representar como ameaçador, ainda que não ameacem diretamente, de modo que não temos o seu potencial de ameaça ressaltando sua diversidade, mas antes a sua diversidade tomando-se sinal de ameaça (Eco, 2021, p.13).

A construção do valor e sua hierarquização deve ser um problema, a nosso ver, que os estudiosos da linguagem devem considerar e investigar nas relações entre os sujeitos e nos processos discursivos. No aspecto que estamos desenvolvendo neste trabalho, podemos dizer que a construção do outro como inimigo faz parte da constituição do valor de uma sociedade que produzirá certos efeitos de sentidos que, de certa forma, condicionam a vida do homem.

No percurso que estamos construindo aqui, podemos dizer que uma das formas que o sujeito lida com o outro, aquele que difere dos valores padronizados, é por meio da interdição do sujeito. A interdição faz parte daquilo que Foucault (1996) caracteriza como constituinte do grupo de *procedimentos externos*, um dos grupos responsáveis pelo controle, pela regulação e pela organização do discurso. No tópico subsequente, serão descritos os grupos e seus respectivos procedimentos, além de apontar para processos que vão constituindo o discurso e sua distribuição.

### 2.3 Processos de interdição do sujeito

Em *A ordem do discurso* (1996), Foucault teoriza sobre as relações entre discurso e poder, partindo do questionamento do que há de tão perigoso na produção de discursos e da sua forma de proliferação. Nessa obra, que segue a publicação de *A arqueologia do saber* (2008), O autor afirma que “a produção de discurso é ao mesmo tempo controlada, organizada, selecionada e redistribuída por certo número de procedimentos que objetivam conjurar seus poderes e perigos” (Foucault, 1996, p. 8). Para isso, ele classifica três grupos que, por meio de mecanismos discursivos, têm efeito de exclusão, sujeição e rarefação nos discursos. Nesta pesquisa, falaremos do primeiro e do terceiro grupo.

O primeiro grupo, denominado *procedimentos externos*, estabelece o princípio de controle de exclusão, composto por interdição, separação e vontade de verdade. Na interdição, o mais evidente e familiar em nossa sociedade, há um controle em que não se pode dizer tudo, não se pode falar de tudo em qualquer circunstância e não é qualquer um que pode falar de qualquer coisa (Foucault, 1996).

A exclusão, por meio da interdição, corresponde respectivamente ao *tabu do objeto*, ao *ritual da circunstância* e ao *direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala*. São três interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam. De acordo com o autor, “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (Foucault, 1996, p. 10).

Partindo das interdições, a exclusão por separação ou rejeição também constitui o controle do discurso, em que sujeito e palavra são separados. Assim, há certos dizeres que apenas determinados sujeitos têm o direito de proferir em certa formação discursiva. Portanto, podemos estabelecer uma relação de poder entre a posição que o sujeito assume e a que formação discursiva ele pertence, pois, para a construção do efeito de autoridade, certas posições e dizeres são privilegiados em detrimento de outros.

Outro procedimento de exclusão é o da vontade de verdade, derivada dos dois procedimentos anteriores (interdição e separação) e que, apoiada em um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão e um poder de coerção (Foucault, 1996). A vontade de verdade é o procedimento de exclusão que não cessa de se reforçar, de se tornar mais profunda e mais incontornável. Porém, é a de que menos se fala. Para Foucault, a verdade não está nisso ou naquilo, sempre lá, mas em uma construção histórica de jogo de poder, estabelecidos discursivamente.

Ora, eis que um século mais tarde, a verdade a mais elevada já não residia mais no que *era* o discurso, ou no que ele *fazia*, mas residia no que ele *dizia*: chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação a sua referência (Foucault, 1996, p. 15).

Há um terceiro grupo de procedimentos que permitem o controle dos discursos, pois determinam as condições de seu funcionamento, impõem aos sujeitos certo número de regras, e nem todos têm acesso a eles. Este conjunto de procedimentos é nomeado por Foucault como a “*rarefação dos sujeitos que falam*”.

nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala (Foucault, 1996, p. 37).

Por meio desse procedimento, os sujeitos que produzem o seu dizer se submetem a regras que constituem o discurso, sendo eles: o *ritual*, o qual trabalha todo um campo de quem pode ocupar e o que pode e não pode dizer; as *sociedades do discurso*, que tem como função conservar ou produzir discursos, e uma das formas é, por exemplo, a escrita que, por sua vez, exclui o sujeito pelo afastamento daquele que não se familiariza com a particularidade da escrita.

Além desses, há a *doutrina*, instituída como o inverso das sociedades do discurso, muitos sujeitos se unem em torno de uma ideia enquanto a própria doutrina tem o papel de limitar o discurso apenas para alguns sujeitos. Por fim, temos a *apropriação social dos discursos*, que configura todas as instituições responsáveis tanto pela distribuição, como pela manutenção de quem tem acesso e pode se apropriar dele. Para isso, Foucault exemplifica com a educação:

Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo (Foucault, 1996, p. 43-44).

Todos os grupos de procedimentos de controle na produção de discursos são interligados e não há maneira de estabelecer limites entre cada um deles. Mas se o próprio discurso se constitui nesse espaço de controle e coerções, em que tudo pode se tornar discurso, como

analisá-lo a fim de compreender os processos discursivos e de controle que o regem? Segundo Foucault (1996), se quiser analisar o discurso em suas condições, seu jogo e seus efeitos, é preciso optar por: questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento e suspender a soberania do significante.

Para tal, o discurso deve ser tratado em sua inversão, não procurando o ponto zero ou origem do dizer, mas em seu processo de construção; deve ser entendido como prática descontínua, prática essa que se entrecruza, mas que também se exclui; é preciso remetê-lo à sua especificidade, pois só dessa forma poderemos observar uma certa regularidade. Além disso, da compreensão do discurso como acontecimento, é preciso relacioná-lo às condições externas que possibilitaram o aparecimento do discurso.

Dessa forma, quatro noções devem servir como princípio regulador para a análise: acontecimento, série, regularidade e condição de possibilidade (Foucault, 1996, p. 54). Essas quatro noções se opõem às noções tradicionais que dominam a história das ideias, constituídas de criação, unidade, originalidade e significação, respectivamente. Considerando as novas noções que devem ser colocadas em prática ao analisar o discurso, Foucault afirma que a história, nessa conjuntura, não pode ser vista como contínua, de sucessões cronológicas, pois para ele:

o importante é que a história não considera um elemento sem definir a série da qual ele faz parte, sem especificar o modo de análise da qual esta depende, sem procurar conhecer a regularidade dos fenômenos e os limites de probabilidade de sua emergência, sem interrogar-se sobre as variações, as inflexões e a configuração da curva, sem querer determinar as condições das quais dependem (Foucault, 1996, p. 55-56).

Assim, a tarefa da história é “estabelecer as séries diversas, entrecruzadas, divergentes muitas vezes, mas não autônomas, que permitem circunscrever o ‘lugar’ do acontecimento, as margens de sua contingência, as condições de sua aparição” (Foucault, 1996, p. 56). Dessa perspectiva, o autor dirá que o discurso deve ser tratado como conjunto de acontecimentos discursivos. Aqui, o acontecimento é entendido nem como substância nem como acidente. Porém, não é imaterial, pois é na materialidade que ele se efetiva, que é efeito. Produz-se como efeito de e em uma dispersão material.

Foucault procura constituir uma genealogia do poder, relacionando as práticas discursivas aos dispositivos de poder. Desse pressuposto, ele afirma que a análise do discurso deve ser entendida como um estudo que, antes de querer desvendar a universalidade do sentido, deve mostrar como se estabelece as relações de poder em um jogo de rarefação imposta.

Ainda relacionado aos processos de interdição do sujeito, Orlandi (2007), em *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*, teoriza sobre o silêncio como constitutivo dos sentidos na linguagem. Segundo a autora (Orlandi, 2007, p. 37), “o silêncio não é transparente e ele atua na passagem (des-vão) entre pensamento-palavra-e-coisa”. Assim como a ideologia produz evidências na relação língua/gem e mundo, o silêncio também tem sua opacidade e é necessário na produção de sentidos.

Como a linguagem, o silêncio não é transparente, tem aspecto cultural, determinação política e histórica, precisa ser remetido à sua historicidade para ser compreendido. Na incompletude, o silêncio multiplica os sentidos: “quanto mais falta, mais silêncio se instala, mais possibilidades de sentidos se apresentam” (Orlandi, 2007, p. 47). Ele atravessa as palavras e trabalha os limites do dizer, ou seja, das formações discursivas, determinando-as.

A autora discorre sobre as duas formas de silêncio: a) fundante e, b) a política do silêncio (ou silenciamento). O silêncio fundante é princípio de significação não como origem, mas garantia do movimento dos sentidos. Sempre se diz a partir do silêncio. Dessa forma, todo processo de significação traz uma relação necessária com o silêncio. Importante frisar que o silêncio, para Orlandi (2007), não remete ao dito, mas permanece como tal: em silêncio.

A política do silêncio, ou silenciamento, relaciona-se à posição do sujeito, ao dizer, aos sentidos (outros) possíveis. Enquanto o silêncio fundador não determina uma divisão, o silenciamento “produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz” (Orlandi, 2007, p. 73). A autora ainda divide o silenciamento em duas formas de analisar; a) silêncio constitutivo e, b) silêncio local (censura). O silêncio constitutivo é relação necessária do sujeito com o seu dizer pois, para dizer algo, é preciso não dizer outro. Uma palavra apaga outras de se inscreverem em determinado discurso. A partir disso, podemos afirmar que o dizer e o silenciamento andam sempre juntos, dependentes em sua forma de constituir os sentidos.

Já o silêncio local, ou a censura, é “a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas” (Orlandi, 2007, p. 76). Quando proíbe certos sentidos, proíbe certas posições do sujeito, negando sua inscrição e possibilidade de produzir discurso. Segundo a autora, “impor o silêncio não é calar o interlocutor mas impedi-lo de sustentar outro discurso”. (Orlandi, 2007, p. 102). Para a Análise do Discurso, sentidos e sujeitos se constroem no processo discursivo e, ao proibir o sujeito de ocupar o seu lugar em determinada formação discursiva, o sentido se perde, assim como o contrário também é válido.

“censura [...] é a interdição manifesta da circulação do sujeito, pela decisão de um poder de palavra fortemente regulado. No autoritarismo, não há

reversibilidade possível no discurso, isto é, o sujeito não pode ocupar diferentes posições: ele só pode ocupar o ‘lugar’ que lhe é destinado, para produzir os sentidos que não lhe são proibidos. A censura afeta, de imediato, a identidade do sujeito (Orlandi, 2007, p. 79).

Na interdição do dizer, nega-se a alteridade e a identidade é aniquilada. Na impossibilidade de circular em outras (possíveis) formações discursivas, o sujeito é privado de se constituir na relação com o outro (alteridade) e sua imagem se fixa como una. Por isso, os processos de interdição constituem o lugar privilegiado para observar “a relação do sujeito com as formações discursivas” (Orlandi, 2007, p. 81). Como discutido em trabalho anterior (Amorim; Silva, 2022), ao construirmos simbolicamente o outro de um modo agressivo ou em situações degradantes, podemos promover um silenciamento desse sujeito, censurando-o e determinando o espaço de circulação desse sujeito.

Também o silêncio daquele que não fala significa, pois diversas vezes os sujeitos tomam o discurso e falam pelo outro, apagando-o de determinada formação discursiva. Aí ele não pode significar ou, pelo menos, não pode significar fora de certos sentidos que o sujeito dominante quer que seja (signifique). Nesse entrelaçamento do sujeito que fala e daquele de que é falado, o sujeito que toma a fala apaga o outro da história. E isso significa.

A censura, no Brasil, tem relação com o político através da memória (ditadura militar). Os sentidos que ficam de-significados impedem “a elaboração histórica dos sentidos e movimento no trabalho de identificação dos sujeitos (cidadãos)” (Orlandi, 2007, p. 128). Retomando Orlandi (2015), a configuração de uma sociedade como a nossa é regida por relações de poder que sempre produzem a censura, o que estabelece um silêncio sempre presente nas palavras. Mas, na mesma região em que se dá a censura, há também o trabalho com a resistência, “na reprodução já há não-reprodução, na censura já há resistência, na interdição de sentidos já estão os sentidos outros, naquilo que não foi dito está o trabalho do sentido que virá a ser” (Orlandi, 2007, p. 131).

Orlandi (2011, p. 155) define o discurso autoritário como um tipo de discurso em que “a relação com a referência é exclusivamente determinada pelo locutor: a verdade é imposta”. Na relação entre paráfrase e polissemia, ou seja, o mesmo e o diferente, o discurso autoritário se caracteriza pela produção que tende à paráfrase. Assim, pretende-se a manutenção de um sentido único que se mantém na repetição do mesmo, ainda que de diferentes formas.

Entre paráfrase e polissemia, certos discursos circulam de maneiras diversas, como se veiculassem ideias novas, mas tendem à repetição do mesmo, do já-dito. Nesse trajeto, pensando os meios de comunicação como espaço de profusão de discursos de muitos campos,

entender como os meios de comunicação se constituíram ao longo da história, seu entrelaçamento com a cultura e com a informação e os impactos na sociedade, exige que busquemos embasamento em outros saberes.

Com os avanços tecnológicos, técnicos e científicos, instaurou-se um ar de esperança de que, em um futuro não tão distante, a humanidade alcançaria a iluminação e o bem-estar pleno. Porém, pensar a tecnologia sem relacioná-la à sociedade e às relações econômicas e de poder é cair em um caminho que apaga contradições e que valida um sujeito positivista. Por isso, no capítulo seguinte, abordaremos a teoria crítica e, mais especificamente, o conceito de indústria cultural e seu desdobramento no decorrer do tempo, como possibilidade de interface com os estudos discursivos que nos ajudará a compreender os sentidos que estão sendo (re)construídos ora na ficção, ora na realidade.

### 3 DA INDÚSTRIA CULTURAL À SUPERINDÚSTRIA DO IMAGINÁRIO

As teorias da escola de Frankfurt foram desenvolvidas no período histórico conhecido como entreguerras. Trata-se do período de ascensão e tomada do poder de regimes totalitários, especificamente, fascismo, nazismo e stalinismo. Nesse tempo, começa-se o desenvolvimento da Teoria Crítica que, segundo Duarte (2003, p. 39), “aborda criticamente o cientificismo positivista enquanto ideologia tácita do capitalismo tardio, o qual mascara a dominação dos homens e da natureza em virtude de uma pseudo-objetividade científica”.

O primeiro filósofo a discorrer sobre a relação entre técnica e cultura foi Walter Benjamin, em seu ensaio intitulado *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* (1955). Neste texto, o autor diz que “em sua essência, a obra de arte sempre foi reprodutível”. A mudança, porém, começa quando a reprodução técnica passa a massificar a arte.

Segundo Benjamin (1955), este processo transforma a existência única da arte em existência serial. Quando o critério da autenticidade deixa de aplicar-se à produção artística, toda a função da arte se transforma. Ela perde a sua aura, a sua singularidade, que só pode ser apreendida no aqui e no agora da obra de arte. A reprodução técnica modifica a relação da massa com a arte. Para estas, a obra de arte seria objeto de diversão. O autor ainda ressalta a politização da arte e a estética da guerra, ou estetização da política, no qual a autoalienação atingiu o ponto que lhe permite viver sua própria destruição como um prazer estético de primeira ordem (Benjamin, 1955).

Ao falarmos de técnica, não podemos deixar de citar Adorno e Horkheimer (1985), que trazem a definição do esclarecimento como “o desencantamento do mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 17). O esclarecimento passa a ser totalitário e, constituído de um “excesso de racionalização”, tornou a sociedade prisioneira da razão técnica. A arte passa a ser vista pelo prisma de obtenção de lucros e manipulação ideológica. Logo, já não é interpretada como sinônimo de liberdade, mas uma ferramenta de controle social. A preocupação com o perigo da razão técnica carrega uma crítica à noção de sujeito, pois o esclarecimento, como Adorno e Horkheimer (1985) pontuam, busca colocar uma verdade única, tentando se justificar pela racionalidade. E,

A mesma racionalidade que reorganiza o mundo em torno da ciência transforma os homens em engrenagens do processo produtivo e o trabalho, em mercadoria. Com isso, constituem-se, em lugar de sujeitos autônomos, sujeitos objetificados, condicionados pelas relações de produção que a racionalidade impõe (Figueiredo, 2011, 42).

Com o advento da industrialização no século XX, a cultura passa a ser reproduzida em massa. Essa passa a ser percebida em nível superficial e forma de entretenimento associada ao consumo. Não constrói cidadãos críticos, tornando-os passíveis da massificação de atitudes, conceitos e ideias. A padronização do estilo, o baixo nível formal e de conteúdo auxiliam na conservação da ordem capitalista e dos poderes constituídos.

A cultura de massa a que os autores se referem não é a cultura feita pela massa, mas se constitui como “um ramo de atividade econômica, industrialmente organizado nos padrões dos grandes conglomerados típicos da fase monopolista do capitalismo, embora [...] ele ‘flerte’ com procedimentos ainda característicos do capitalismo liberal” (Duarte, 2003, p. 50).

Segundo os autores, o espectador interpelado pela indústria cultural não tem a necessidade de ter pensamento próprio, o produto criado por ela prescreve toda reação através de sinais. O que importa é divertir-se e estar de acordo com o que é oferecido. Mas o divertir-se vira sinônimo de não pensar, e o sofrimento que a própria indústria busca repetir sem cessar é internalizada pelo sujeito que entra em um ciclo vicioso de buscar uma fuga, não da realidade, “mas da ideia de resistência que essa realidade ainda deixa subsistir” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 119).

Portanto, nesse contexto sócio-histórico, o pensamento não é mais reflexivo sobre si mesmo, “e hoje a maquinaria mutila os homens mesmo quando os alimenta” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 42). Os homens se converteram em meros seres genéricos, isolados pela coletividade governada pela força, sendo incapazes de ouvir o imediato com os próprios ouvidos, de tocar o intocado com as próprias mãos.

A indústria cultural, termo este que se refere à massificação das artes em geral, é estampada abertamente como modo de obter lucro. Na atual sociedade capitalista, serve como ferramenta mantenedora de valores e de controle social. Segundo Adorno e Horkheimer (1985, p. 35), “as inúmeras agências de produção em massa da cultura por ela criada servem para inculcar no indivíduo os comportamentos normalizados como os únicos naturais, decentes, racionais”.

Para Duarte (2003, p. 58), a indústria cultural,

A partir das necessidades simultâneas e contraditórias de conferir, por um lado, uma certa possibilidade de escolha à clientela e garantir, por outro, a lucratividade e a adesão ideológica incondicional ao sistema que perfazem a razão de ser da indústria cultural, seus agentes estimulam no público o conformismo, o qual, não raro se manifesta numa espécie de masoquismo.

O sujeito transforma-se em indivíduo que, produzidos em massa, existem como produtos padronizados e forjados em série pela indústria cultural. Essa fábrica subjetividades que regressam à repetição e ao mesmo, estabelecendo uma “falsa identidade do universal e do particular” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 100). Seguindo a lógica da fábrica, ela se caracteriza pela mecanicidade, pela instrumentalização e pela técnica e, para isso, se vale da diluição da singularidade no universal, podendo penetrar e alcançar os sujeitos e “para o consumidor, não há nada mais a classificar que não tenha sido antecipado no esquematismo da produção” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 103).

A Indústria Cultural, enquanto ferramenta criada pelas relações de poder, reproduz a ideologia da classe dominante e sua função está para manutenção da ordem capitalista e dos poderes constituídos. Há uma aliança entre meios de comunicação e poder político em que o cenário é de perpetuação da ideologia de apego à ordem, o que nos possibilita perceber como a figura de um herói salvador da pátria se constrói como necessidade para restaurar a ordem que o próprio sistema capitalista (re)produz como instabilidade.

Ao padronizar, propagar valores construídos como ideais e certos por determinados grupos, a indústria cultural pratica uma violência simbólica que alcança a tudo e a todos, pois “os produtos da indústria cultural podem ter certeza de que até mesmo os distraídos vão consumi-los alertamente” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 105). Assim, a forma de produção capitalista não mudou somente as relações de força e produção, mas penetraram no tempo livre dos sujeitos e passou a regulá-lo.

Segundo Adorno e Horkheimer (1985, p. 110) apud Tocqueville (1864),

Sob o monopólio privado da cultura “a tirania deixa o corpo livre e vai direto à alma. O mestre não diz mais: você pensará como eu ou morrerá. Ele diz: você é livre de não pensar como eu: sua vida, seus bens, tudo você há de conservar, mas de hoje em diante você será um estrangeiro entre nós”.

Ao diluir o singular no universal e padronizar necessidades e desejos dos sujeitos, coloca-se uma obstrução nas relações sociais que se desenvolvem a partir da alteridade, construindo o diferente como aquele que deve ser excluído. Assim, “a máquina gira sem sair do lugar” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 111), em que o ritmo mecanizado garantirá que nada mude e aquilo que surgir, precisará se adaptar, pois “quem resiste só pode sobreviver integrando-se” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 108).

Um dos aspectos da indústria cultural é que não se vê o todo e aquilo que só se vê uma parte se torna uma verdade, tornando o controle da memória também uma forma de controlar o

outro, já que há um jogo social de poder controlados pela memória, e essa mantém o outro em um lugar que se quer colocar.

O regime totalitário, astucioso, é imposto por meio da indústria cultural e uma sociedade do consumo. Portanto, a característica principal deste tipo de regime não é mais a força – militar -, e sim a manipulação e controle do conhecimento. Logo, a indústria cultural é uma ferramenta poderosa do poder político que passa a colonizar o inconsciente e “[...] a dimensão responsável pela produção de sujeitos autônomos, a cultura, é limitada e estrangida pelo capital” (Hilário, 2013, p. 221).

Bucci (2021) apud Debord (1967), define o espetáculo como o novo patamar do próprio capitalismo. As relações sociais, econômicas, culturais etc., tornaram-se representações, em que as relações sociais passaram a ser governadas pelas imagens. A indústria cultural de Adorno e Horkheimer se apresenta como uma indústria como qualquer outra, em que a fabricação cultural, antes feita pelo artista, passa a ser fabricada em larga escala, assim como os produtos de outros setores industriais. Enquanto a indústria cultural é uma parte desse sistema, o espetáculo é a totalidade do capitalismo, ou seja, é

Um estágio em que todas as indústrias e todos os mercados convergem para um centro único: a imagem. No espetáculo, todas as indústrias precisam fabricar imagens, todos os mercados consomem imagens e toda mercadoria circula como imagem. [...] Mais do que isso: além de todas as indústrias, todos os campos da vida social confluem para o mesmo centro (Bucci, 2021, p. 333).

Nada escapa ao espetáculo, a política e a religião, bem como a ciência, se rendem a ele. Embora não anule ou rivalize o conceito de Indústria Cultural, o que designa espetáculo não se confunde com os pressupostos de Adorno e Horkheimer. Pensar a indústria cultural hoje não é apenas em relação ao que é considerado cultura como cinema, literatura e música, mas também como os meios de comunicação criam e colocam em circulação a propaganda. Adorno e Horkheimer já vislumbraram, nos anos 1940, a propaganda como uma forma de comunicação e de interação na sociedade que atravessa as relações sociais, o que equivale a dizer que se materializam como presença social.

Segundo Christoph Türcke (2010, p. 24), “mais do que nunca a propaganda persegue um único fim banal: fazer as mercadorias falarem um ‘compre-me’ irresistível”. E a mercadoria atualmente se define além de algo palpável, mas baseia-se, principalmente, no valor que se constrói a partir do olhar social. Em uma conjuntura midiática que constantemente busca se mostrar cada vez mais, “fazer propaganda de si próprio torna-se um imperativo de autoconservação” (Türcke, 2010, p. 37).

A propaganda cria a necessidade, o desejo de que algo precisa ser preenchido e esse algo é guiado pelos valores construídos e disseminados pela Indústria cultural, padronizando comportamentos, gerando identificação a partir de uma vontade de verdade que estabeleça e mantenha a coerção social e as relações de poder dominantes.

No *telespaço público*<sup>2</sup>, as mediações e os intermediários são suprimidos, e se estabelece uma conexão direta entre Estado e sociedade, anulando a razão crítica “e privilegia as identificações e o culto irracional de personalidades” em que

A arena pública se converte num templo de mistificações. O volume incomensurável de credices absurdas, de fantasias conspiratórias e de assertivas sem bases factuais que circulam no *telespaço público* não tem sustentação racional alguma, mas é perfeitamente consistente com a ligação das massas com o carisma, por meio de identificações que hoje dominam a comunicação entre Estado e sociedade (Bucci, 2021, p. 149).

Em uma conjuntura que prevalece a identificação sob a razão, “as sensações estão a ponto de se tornar as marcas de orientação e as batidas do pulso da vida social como um todo” (Türcke, 2010, p. 14). Segundo o autor, “apenas o que causa uma sensação é percebido” e quem dará conta disso é a propaganda que hoje “penetra direta e legalmente em uma parte da esfera pública, à qual até então tinha o acesso oficialmente interdito” (Türcke, 2010, p. 23).

Assim, outras instâncias, por exemplo, a notícia, para que veicule e faça valer seu discurso, recorre ao infotimento em que, segundo Türcke (2019, p. 34), o factual se enriquece “com o valor do entretenimento”, sem o qual provavelmente não receberia tanta importância. Ou seja, a informação factual precisa de uma aparência que a faça prevalecer sobre as outras, e o lugar que melhor atenderá às necessidades de provocar sensação é a propaganda.

Para que algo ou alguém seja percebido, é necessário que emita “um tipo de sinal”. Se anteriormente o corpo indicava a existência de alguém, estar aí já não depende da presença física do corpo, sendo substituída pela presença midiática que, segundo Türcke, se dá basicamente “desde a marcha triunfal do cinema”. Nessa conjuntura, “não emitir é equivalente a não ser [...], ser tomado da sensação de simplesmente não existir” (Türcke, 2010, p. 45).

---

<sup>2</sup> Segundo Bucci (2021), o *telespaço público* vem substituir o conceito de espaço público, uma vez que agora prevalece a circulação de imagens que constituem subjetividades telepresentes. Ou seja, “uma atmosfera comunicacional a que podemos chamar de espaço público telepresente, em todo o planeta, nada mais é que um *telespaço público*” (Bucci, 2021, p. 146).

Assim como *a instância da imagem ao vivo*<sup>3</sup> é algo posto além do que se mostra, a presença midiática se torna uma presença real, produzindo efeito tão dominante que se esquece quão ilusória ela é. O sujeito é impelido a emitir ou, nas palavras de Türcke, a “irradiar” o tempo todo para não cair no esquecimento, pois quando não emite, o sujeito sente que algo falta. O medo existencial atrelado à era digital atinge a todos, constituindo as subjetividades:

Fala-se muito da falta de dinheiro, mas da falta de “aí”, quase nada. No entanto, ela é demonstrada em grande escala: da maneira como uma sociedade inteira se sente compelida a aparecer em emissões, a exigir atenção, a criar uma sensação. *O esse est percipi* cai-lhe como um pesadelo (Türcke, 2010, p. 48).

Celebridades, políticos, discursos, ciência etc. entram em um processo estético para marcarem “estou aqui”. Nesse processo, o outro é um meio para que o sujeito atinja um fim, desencadeando uma falha de memória, do sujeito que emerge. No entrelaçamento de falhas e sujeitos, a falha do outro se mostra como a fragilidade do próprio sujeito. E isso vai estabelecendo uma falha em rede que constitui e dá prosseguimento ao desejo de mais falta.

A esfera pública absorveu e pôs em circulação novos produtos, materializados em discursos. Se antes era praticamente monopolizado pelos discursos político e econômico, agora passa a contar com a ficção: cinema, TV, mídias digitais. Nesse espaço, os relatos factuais vindos do jornalismo ou do poder público perderam protagonismo.

Agora, é preciso causar sensação para ser notado, e a política passa a ser também uma experiência estética, com experiências sensíveis em que emoções e discursos racionais disputam seu lugar. E, “sem disfarces, as sensações, os sentimentos e as emoções tomam a esfera pública, que se vê enredada por outras linguagens, como se fosse, enfim, um enredo de ficção, e sendo representada como tal nos meios múltiplos de comunicação” (Bucci, 2021, p. 67).

E disso a Superindústria do Imaginário entende bem, pois, segundo Bucci (2021, p. 70) essa “*fabrica* valor no Imaginário e, no limite, *industrializa* toda a ordem do Imaginário”. O entretenimento serve à indústria e tem uma estética impulsiva e instintiva. A comunicação da *instância da imagem ao vivo* passa a fornecer “os parâmetros morais para os juízos de massa”

---

<sup>3</sup> Para Bucci (2021, pp. 52-53), a expressão se refere à “condição imediata e permanente de colocar todos os sujeitos ao vivo ao qualquer instante”. Ao sugar o olhar social para a imagem, a *instância da imagem ao vivo* tem como características marcantes a “dominância de todos os tipos de interpelação do desejo, de repulsa ao raciocínio abstrato, de precipitação de bolhas e de identificações primárias”.

e o entretenimento cumpre sua função: “proporciona as identificações que levam ao ódio ou à idolatria e fabrica os *standards* estéticos das ‘partilhas do sensível’” (Bucci, 2021, p. 71).

Se Adorno e Horkheimer (1985) já apontavam para o controle e a falsa integração que a Indústria Cultural coloca ao sujeito, tornando o tempo livre o prolongamento do trabalho e a diversão o mecanismo que força o sujeito a suportar sua exploração, na era da Superindústria do Imaginário, o entretenimento se impõe como a “força bruta sobre a sociedade” e “assumiu para si nada menos que a sintetização artificial dos mitos da nossa era” (Bucci, 2021, p. 72).

Segundo o autor (Bucci, 2021, p. 79), com o Iluminismo, a opinião pública foi caracterizada como o “diálogo entre sujeitos autônomos” e, “em sua idealização original, ela floresce de um ambiente transparente e dialógico, aberto e simétrico, atado à razão e vocacionado para a verdade”. Seria válido se não houvesse toda uma relação de poder entre os sujeitos. A sociedade neoliberal se marca pela relação assimétrica de força e de poder, de desigualdades sociais, econômicas, raciais, de gênero e de classe.

O discurso que sustentou essa concepção de opinião pública se desdobra em uma áurea mítica e resplandecente. E da carga mítica, o totalitarismo soube se aproveitar, pois, se a opinião pública começa a ser vista como um mito, cria-se um argumento de que não há necessidade de espaços que proporcionem o diálogo e o desenvolvimento da opinião pública. Assim, o nazismo se constrói e “mito por mito, os mais vistosos e arrebatadores venceriam. A melhor máquina de propaganda, manipulando o melhor entretenimento, levaria a melhor” (Bucci, 2021, p. 87).

E para que o mito prevaleça, é necessário criar sensação. Assim como a mercadoria é veiculada, prometendo valores e prazeres, e só será escolhida ao se sobressair, algo semelhante acontece com as figuras políticas. Estar “aí”, se fazer presente se torna a maneira de despertar sensação, sustentando representações, valores e ideias, gerando identificações.

Políticos que têm, devido a escândalos, seus rostos constantemente iluminados pelos holofotes da atenção pública tornam-se tão familiares ao público, tão humanos, demasiadamente humanos, que na época das eleições este lhes agradece de forma especial (Türcke, 2010, p. 53).

Por outro lado, “onde se emite também se recebe” e se a proposição “ser” é ser percebido se torna a orientação das relações sociais, também é válida a afirmação de que “ser é perceber”, ou seja, “quem não tem sensações não é” (Türcke, 2010, p. 65). Em uma sociedade em que a aparelhagem midiática é massiva, em que a presença não precisa mais de um corpo físico para emitir, ou seja, é difusa, isso também atinge a capacidade de percepção do sujeito. De choques audiovisuais, os estímulos jorram em uma torrente de excitação.

Quando se está sob uma “torrente” de água, os sentidos de equilíbrio e de orientação, ou seja, uma camada profunda do sentimento de si próprio, ficam vitalmente afetados. Quem é pego em um redemoinho tem a cada instante um aqui e agora diferente. No entanto, não pode localizar-se, orientar-se e, muito menos, apresentar-se. O afogamento na torrente de estímulos é parecido. Nem de longe tão veemente, mas igualmente constante, ela também ataca o sentido da orientação (Türcke, 2010, p. 66).

A luta pelo espaço e pelo tempo de estar aí se constitui de duas faces. A primeira diz respeito à luta para ser percebido na força concorrencial da presença midiática e, a segunda, caracteriza-se pela luta para perceber. Na complexa relação paradoxal entre ser é ser percebido e perceber para ser, Türcke (2010, p. 67) traz o conceito de *sensation seeking*, em que o sujeito tem “vontade de sentir a si próprio, de se certificar que se existe, para sair do vácuo da falta de percepção, de sensação e de sentimento”.

Isso levará o sujeito a buscar cada vez mais por estímulos que preencham o seu vazio e dê a sensação de existência que, *na instância da imagem ao vivo*, recairá sobre a imagem, que circula em quantidade e velocidade surreais. A busca pelo estímulo imagético vai sendo estimulada pela sensação de que algo falta, de não ser, tornando-se um vício e uma compulsão à imagem.

Da grande quantidade de estímulos audiovisuais, os sentidos ficam entorpecidos, o que cria mais necessidade de outros mais fortes, tornando-se um ciclo vicioso. A forma como se vai manipulando tecnicamente a aparelhagem midiática produzirá mais e mais a sensação de necessidade de novos estímulos e a percepção se perde no turbilhão de choques audiovisuais. Segundo Türcke (2010, p. 239),

o vício é a busca de um apoio vital num objeto falso, sendo que aqueles que o procuram não devem ser informados de que se trata de algo falso. Eles sentem, eles sabem que a substância na qual se aferram não fornece nenhum apoio, mas eles não têm outra e, por isso, cada vez mais se jogam a ela, a mesma substância que os priva daquilo que lhes deveria proporcionar.

Agora, na condição contemporânea da sociedade em que há uma aceleração do capitalismo, a imagem se torna mercadoria que vicia e produz a ilusão de sentido que preenche o vazio do sujeito que se vê uno, completo e consciente. No entanto, a Superindústria do Imaginário “interpela o inconsciente, mas seu freguês é o “eu” (Bucci, 2021, p. 295). E isso constituirá as subjetividades.

Para entendermos a relação que se estabelece entre a compulsão à imagem e a fabricação do imaginário industrialmente, alguns conceitos e noções precisam ser antes esclarecidos. É o que veremos no próximo tópico.

### **3.1 Imagem como construção de sentido e apagamento da contradição**

Para pensar e acessar as ideias, o sujeito precisa de signos e “todos eles são apanhados na linguagem, e lá, na linguagem, já contam com seus sentidos, seus significados, seus formatos e suas implicações gnosiológicas” (Bucci, 2021, p. 223). As palavras já chegam até nós dotadas de sentido e “nem mesmo os controladores da maior máquina de propaganda controlam a ideologia” (Bucci, 2021, p. 224). O que a indústria cultural procura fazer é sintetizar a ideologia dominante na tentativa de assegurar a dominação, mas há furos.

Para Bucci (2021), a ideologia é vazia de conteúdo e por isso abarca sujeitos vazios de sentido. Não importa o que diz, mas como diz. Mas isso não quer dizer que seja vazia de signos, pois é um jogo de signos. Para o autor, a materialidade da ideologia se encontra nos signos. Para o nosso trabalho, consideramos, de acordo com Orlandi (2015), que a materialidade ideológica pode ser observada no discurso, onde comporta a junção de signo e de práticas sociais.

No mundo contemporâneo, as relações com o signo mudaram e, se havia uma época em que predominava o signo escrito (verbal), com o avanço tecnológico e o “boom” das mídias sociais, o signo imagético (não-verbal) ganhou visibilidade. Neste novo espaço, Bucci denomina a imagem como língua de *videologia*. Sua materialidade se dá na imagem e corresponde a uma mudança das relações sociais “no embalo de um capitalismo que se especializou na fabricação da mercadoria como imagem” (Bucci, 2021, p. 236).

O ato de olhar se tornou um ato de linguagem e a imagem, assim como a linguagem, não é transparente. A partir do século XX, houve uma certa regressão sobre o que é imagem e essa se tornou mercadoria, sendo a transparência uma “ilusão” fabricada. E nesse espaço da mídia, são transparentes para poderem significar. O olhar passou a ter função ativa “na fabricação das significações imagéticas. Os olhos dos ‘olhantes’ exercem uma força constitutiva para a fixação do significado de cada figura” (Bucci, 2021, p. 240).

Da mesma forma que a ideologia aparece na contradição materializada no discurso, a videologia se mostra quando a imagem conflita com o meio e desliza. Os signos mudam e seus sentidos podem ser outro a partir das condições de produção. Podemos perceber isso, por exemplo, ao analisarmos os diferentes sentidos para a cor amarela. No Brasil, em 1984, usava-

se amarelo quem pedia pelas diretas já. Atualmente, o amarelo “mudou de lado” e está associado a quem apoiou o governo do período 2019-2022 de tendências autoritárias.

Na sociedade do capital, imagem não se refere apenas a configurações estéticas, como obras de arte, pinturas, esculturas etc., mas ganham uma nova significação e quer dizer também reputação. Falamos de imagem positiva, imagem negativa e a expressão “aos olhos de”, segundo Bucci (2021), equivale a dizer “no juízo de”. Na era imagética, o olhar define o critério da verdade e imprime “sobre a imagem todo o moralismo de que somos capazes”, sendo a imagem transformada em veículo tanto da existência material quanto da ética sobre algo, tornando-se processo e produto.

A imagem atrai a atenção e condensa sentidos em uma representação que tenta apagar as contradições e a historicidade que permitiram chegar a um determinado sentido. Dessa forma, “as imagens são o oposto da argumentação racional. Existiria nelas um potencial de inviabilizar as mediações que possibilitam o entendimento dialogado entre as pessoas” (Bucci, 2021, p. 238).

A publicidade tem seu papel na manipulação (constrói e desconstrói a opinião pública), mas isso não a torna controladora de tudo. Antes da imagem carregar o que o dono, publicitário, político etc., quer dizer, ela precisa saber representar o sujeito. A indústria cultural e, estritamente, a propaganda, funciona na tentativa de garantir que seus consumidores produzam sentido para depois entregá-lo seu produto. Para gerar identificação, primeiro é preciso gerar sentido. E “quanto mais os maquinários se apossam da função de produzir significações, mais a ‘representação da relação imaginária’ fica permeável à indústria” (Bucci, 2021, p. 266). Há um embate entre o imaginário constituído industrialmente e a autonomia do sujeito falante (olhante) pois, ainda, algo escapa.

O sujeito está à mercê das informações que o atravessam e ele é dividido entre o “eu” e o inconsciente. Essa divisão se dá na linguagem, pois “se não fala (se não se comunica), o sujeito não existe. Mas quanto mais fala, mais se mostra como é: dividido” (Bucci, 2021, p. 284). Em um mesmo ato, a linguagem constitui e divide o sujeito porque ele se assujeita à língua para se constituir e nesse instante ele se divide.

O Outro é a força que produz o assujeitamento. Uma parte fala e uma parte existe, e se colocam como outras de si mesmas. Mas, o sujeito não se vê dividido e, segundo a Teoria Psicanalítica, a completude se dá por uma operação imaginária. A única coisa que nega essa completude é o inconsciente, que desconhecemos e negamos.

A Superindústria do Imaginário soube tirar proveito do sujeito dividido. Sem sistematizar o conhecimento do inconsciente, aprendeu a pacificar o eu (ego) por meio de

técnicas. Ela presta serviço ao inconsciente (desejos) ao mesmo tempo que mantém a “ilusão” de que presta serviço somente ao “eu”.

As cumplicidades e as simulações implicadas nos circuitos videológicos, que se traçam pelo *telespaço público*, na *instância da imagem ao vivo* e na velocidade da luz, geram imagens que são representações de outras imagens, e depois de mais outras, numa espiral interminável de modo a embaralhar as referências que se perdem em meio aos reflexos dos reflexos dos reflexos (Bucci, 2021, p. 296).

O sujeito, ao se constituir na linguagem, entra no Simbólico como significante e passa a procurar o significado que lhe falta. Essa falta se dá pelo gozo perdido que foi arrancado do sujeito quando ele se constituiu na linguagem. A busca pela falta causada pelo gozo perdido começa a dar vislumbres do SER para TER e, em vão, os sujeitos vão buscar, uns nos outros, preencher a sua falta por um objeto que seja capaz de completá-la. Essa busca por significado é insaciável e, para estabelecer a completude entre sujeito e objeto, entra em cena a Ordem do Imaginário.

A relação simbólica entre sujeito significante e o seu significado se dá por uma operação imaginária que confere sentido a essa relação. Segundo Bucci (2021, p. 306), “o sujeito que ‘pensa’ no Simbólico vai encontrar seu sentido no Imaginário” e o sentido do Imaginário cobrirá a falha e dará a ilusão de completude ao sujeito.

Na Superindústria do Imaginário (SI), o sujeito passa a encontrar significado no imaginário fabricado industrialmente, em que tudo é mercadoria, inclusive a reputação construída de um político. A falta do sujeito que é preenchida pelo Imaginário, na SI é suprida por signos fabricados industrialmente e “a ideologia e a videologia trajam como verdade a mediação imaginária que recobre a falta no sujeito” (Bucci, 2021, p. 316). Uma característica dessa indústria é sua ingovernabilidade. As relações, que só se realiza e se consuma entre sujeitos, passa a ser mediada por imagem que apaga contradições.

O capital conspira contra o seu próprio Imaginário para destruí-lo e reconstruí-lo a seguir e destruí-lo de novo, em frêmitos de obsessão pelo novo (num erotismo em torno do inédito) e pela morte (em celebrações de violência). Na cena política se dá o mesmo. A democracia mediada por imagens espetaculares dá à luz lideranças que se armam para destruí-la, numa escalada de autodestruições performáticas (Bucci, 2021, p. 346).

Há uma repetição da história que culmina no gozo. O que parece novo é, na verdade, mais do mesmo que dá a sensação de prazer no sujeito que se esbarra no conhecido e, “na feira das sensações, a mercadoria se apresenta como a emoção consumível, que entrega repetição

para entregar gozo” (Bucci, 2021, p. 368). Todos se atropelam para reencontrar o gozo, mas esse se encontra cada vez mais fugidio. No caminho da Superindústria, o “eu” e o sujeito dividido deslizam, fabrica o desejo e entrega o produto, controlando processo e produto e, segundo Bucci (2021, p. 371), “suas significações (traços de gozo) em abundância remetem sentido a um sujeito sem sentido: gozo na comunicação”.

Na tentativa de gozar cada vez mais, o sujeito se vê compelido a consumir freneticamente e a compulsão à imagem lhe proporcionará sensações em que “toda a existência começa a depender, de uma forma absurda, de estar presente, de ser percebido o perceber, de estar esteticamente presente, enfim, de estar ‘aí’” (Türcke, 2010, p. 267).

As imagens produzidas pela aparelhagem midiática dão a impressão de que entregarão gozo ao sujeito, mas, no caminho, frustram-no e aquilo pelo que o sujeito anseia nunca é atingido, o que levará a uma superexcitação em busca de mais daquilo que o vicia.

Sem dúvida alguma, conecta-se a essa exigência um impulso maquinal frenético que é, principalmente na era do capitalismo estético, um impulso imagético frenético: ele despedaça, preferencialmente, a tela para captar aquilo que ela finge dar, mas não concede (Türcke, 2010, p. 294).

Se causar sensação torna-se o imperativo de existir, hoje o sensacional sobrepõe o factual, pois “esses registros da percepção e do sensível, que passam pelo desejo, pelo sensacional, pelo sentimental, proporcionam conforto psíquico aos indivíduos enredados em suas fantasias narcisistas” (Bucci, 2019, p. 61).

Bucci, em *Existe democracia sem verdade factual* (2019), discorre sobre duas estratégias de interdição dos fatos. A primeira, vinculada ao discurso do poder, é denominada como *apagões de real* em que dados têm primazia sobre fatos. Nessa, a tecnologia ganha uma aura de divindade e se torna a responsável pela mediação entre visível e invisível.

Já a segunda estratégia de interdição aos fatos se origina de lugares que se colocam como oposição ao poder. Seu objetivo não é impossibilitar a formação do juízo de valor, mas barrar o próprio exercício de juízo de fato que Bucci denominará como *suicídio da consciência* – renúncia à liberdade individual de conhecer a realidade independentemente – e o “juízo de valor absoluto elimina a possibilidade de qualquer juízo de fato (Bucci, 2019, p. 81).

A segunda estratégia também tem traços de religiosidade e que,

Sob o pretexto de intervir nas tão propaladas “disputas de narrativas”, a ortodoxia se presume infalível como o Papa e, para pôr em curso a sua versão, elevada misticamente ao patamar de verdade libertadora, consagra um profeta

salvador para pregar na esfera pública. Seus sacerdotes e seus sacristãos, interditados em seu *juízo de fato*, servem a esse profeta em estado de transcendência mística, experimentando êxtases gozosos (Bucci, 2019, p. 81).

No esclarecimento, como postulado por Adorno e Horkheimer (1985), a natureza e as crenças passam a ser vistas como o “outro”, mas a religião e as crenças míticas que a técnica suspende passa a constituí-la. Mais do que controle, a Indústria Cultural formará falsas subjetividades. A dominação do esclarecimento é sutil, “o sujeito parece livre para escolher quando, na realidade, está sendo conduzido” (Figueiredo, 2011, p. 69).

Para pensarmos como a Indústria Cultural, por meio da propaganda, constrói a representação simbólica de si e do outro como inimigo, é necessário sair do lugar que acredita apenas nas melhorias que os meios de comunicação, a tecnologia e o progresso podem oferecer. Sem refletir sobre a dependência entre técnica de comunicação e relações sociais, corremos o risco de cair em uma “utopia da comunicação” (Figueiredo, 2011) e esquecer como a razão técnica se tornou totalitária.

Em vista disso, escolhemos o gênero literário distópico que, ao trazer o exagero de certas tendências e suas consequências em uma determinada sociedade, nos mostra a relevância da discussão constante sobre cultura, sociedade e discurso. A definição de distopia, além de como ela se articula ao presente trabalho, se encontra no próximo capítulo.

## **4 ENTRE FICÇÃO E REALIDADE: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA DISTOPIA E DA EXTREMA-DIREITA BRASILEIRA**

Segundo Courtine (2016, p. 20), “a noção de condições de produção do discurso regula, em AD, a relação entre a materialidade linguística de uma sequência discursiva e as condições históricas que determinam sua produção”. Dessa forma, para pensarmos como o processo discursivo funciona e os efeitos de sentido promovidos, é necessário remeter o discurso às condições que possibilitaram aquele dizer.

Ao reportar o discurso as suas condições de produção, a análise do discurso trabalha com os sentidos resultantes da relação entre língua e história. Os sentidos, assim, já são construções determinadas pela relativa autonomia da língua e pelo atravessamento da historicidade. A maneira como o sujeito recupera as palavras em seu processo discursivo também influencia nos modos de significação.

Os sujeitos estão sempre posicionados a partir de determinados lugares em uma formação social dada. Para compreender o funcionamento do discurso, precisamos nos perguntar de que lugar eles enunciam e em que lugares situam o outro, ou seja, “a imagem que o sujeito faz da posição que ocupa no discurso, bem como a imagem que ele faz do outro e da posição que esse outro ocupa” (Amorim, 2009, p. 51). A maneira que os jogos imaginários vão se estabelecendo se dá pelo atravessamento das relações de poder e da história em que sua materialidade é o discurso.

Nesse curso, cabe ressaltar que um dos aspectos de controle, e que constitui o interesse desta pesquisa, é a materialização do discurso autoritário e o uso da técnica na manipulação de fatos na construção do outro como inimigo. Para isso, mobilizaremos, a seguir, as condições de produção da literatura distópica bem como do discurso da extrema-direita brasileira para que seja possível analisar o funcionamento discursivo do *corpus* selecionado.

### **4.1 O discurso literário como forma de analisar a sociedade**

Segundo Maingueneau<sup>4</sup> (2018), o discurso literário faz parte do que ele designa como *discursos constituintes* que englobam, além do discurso literário, o discurso filosófico, religioso e científico. São discursos que, pelo modo de se constituírem, são validados como discursos de

---

<sup>4</sup> Ressaltamos que Dominique Maingueneau é analista de discurso, mas seus trabalhos não se inscrevem na perspectiva materialista. Seu trabalho é trazido aqui apenas para conceituar o discurso literário.

origem e não precisam recorrer a outros discursos para se legitimarem, tendo em comum aspectos relacionados às condições de surgimento, do modo de funcionar e de circular em sociedade. Maingueneau (2018, p. 62) afirma que

Esses discursos têm o perigoso privilégio de legitimar-se ao refletir em seu funcionamento mesmo sua própria ‘constituição’. A pretensão associada a seu estatuto advém da posição limite que ocupam no interdiscurso: não há acima deles nenhum outro discurso, e eles se autorizam apenas a partir de si mesmos.

Porém, isso não anula a concorrência que se estabelece entre os discursos constituintes, pois eles se requisitam e se excluem ao mesmo tempo. Segundo Cano (2012), esses quatro discursos dão sentido e explicam a vida humana e as construções sociais, já que não precisam recorrer a outros discursos, além de orientar e sustentar produções discursivas de outros campos. Nesse sentido, Maingueneau afirma que “a existência social da literatura supõe ao mesmo tempo a impossibilidade de ela se fechar em si mesma e a de se confundir com a sociedade ‘comum’, a necessidade de jogar com esse meio-termo e em seu âmbito” (2018, p. 92). Em sua forma de se constituir, o discurso literário pertence a diversos lugares na sociedade, mas, ao mesmo tempo, não se encerra em um espaço específico.

Entre o lugar e o não lugar, o discurso literário, para existir em sociedade, irá sustentar gêneros do discurso ou, segundo Maingueneau (2015), unidades *tópicas*, que têm uma esfera de atividade, pertencem a um campo discursivo e são produzidos em diversos lugares de atividade. No contexto desta pesquisa, analisaremos como o discurso literário, materializado no gênero de literatura distópica, pode nos ajudar a entender relações e funcionamentos discursivos da sociedade brasileira, estritamente daqueles que constituem o discurso da extrema-direita brasileira entre os anos de 2019 e 2022.

As palavras que constroem as narrativas literárias são retomadas de outros enunciados presentes na sociedade que, por um processo dialógico, formam novos enunciados, adquirindo uma nova “avaliação”, vão tomando posição umas diante das outras: se ajudam ou lutam entre si, ou fazem novas alianças. O resultado desse conhecimento nunca será exatamente puro reflexo da realidade, pois “o mesmo objeto do conhecimento, a mesma realidade poderá apresentar-se de modos diversos, para sujeitos diferentes, de acordo com os condicionamentos sociais de cada um, de acordo com seus sistemas de referências” (Baccega, 1995, p. 75).

O discurso literário, ao mesmo tempo que refrata o ser social como parte da realidade dialógica, apropria-se de outras esferas ideológicas como elementos seus tais quais: a religião, a política, a economia, a ciência etc. A literatura trabalha com a globalidade, apossando-se de

todos os discursos, incluindo discursos não artísticos. Mas ao utilizar-se deles, seus significados e seus conteúdos são remodelados, e tornam-se parte da realidade social em que se insere o sujeito (Baccega, 1995).

Segundo Hilário (2013), a literatura, pelo seu modo vagaroso e detalhado de problematizar a realidade, ainda ocupa lugar relevante como compreensão do contemporâneo. “O campo literário, desse modo, ainda hoje deve ser encarado como meio a partir do qual se torna possível analisar criticamente as forças que nos compõem na atualidade” (Hilário, 2013, p. 203). Pelo processo discursivo construído na obra literária a partir de determinadas condições de produção, podemos dizer que serve de análise para pensarmos os discursos e efeitos que produzem na sociedade brasileira atual que retomam traços constituídos de autoritarismo existentes nas narrativas distópicas.

#### 4.1.2 Distopia como crítica social

Thomas More, em sua obra *A utopia*, “que deu nome ao gênero de ficção utópica, inclui ‘ciência natural’ entre as atividades que trazem melhoria moral e cultural para os cidadãos de sua sociedade ideal”<sup>5</sup> (Booker, 1994, p. 5). No século XVII, com a obra *Nova Atlântida*, de Francis Bacon, há uma construção de utopia que se relaciona à descoberta e à invenção em que ciência e tecnologia são vistas como progresso da humanidade. A ciência tem um papel importante na história do pensamento utópico e tem sido relacionada a esta desde o início da ciência moderna no século XVII. Alguns pensadores, por outro lado, dizem que o pensamento utópico já aparece antes da ascensão da ciência no Iluminismo. A obra *A República*, de Platão, aponta para “o valor do desenvolvimento de habilidades especializadas e a divisão do trabalho de maneiras que são claramente precursoras da tecnologia moderna”<sup>6</sup> (Booker, 1994, p. 5).

Já no século XIX, com a Revolução Industrial, o desenvolvimento do capitalismo e o acúmulo de conhecimentos técnicos e científicos, a tecnologia passa a ser associada à máquina e a representação dessa começa a ganhar caráter negativo (Kopp, 2011). Nesse século, muitas conquistas foram realizadas pelo desenvolvimento científico e tecnológico como previsto na utopia de Bacon. No entanto, “muitas dessas conquistas já ofereciam pistas de que a ciência

---

<sup>5</sup> No original: in the work that gave the genre of utopian fiction its name, includes "natural science" among the pursuits that bring moral and cultural improvement to the citizens of his ideal society.

<sup>6</sup> No original: the value of the development of specialized skills and divisions of labor in ways that are clearly forerunners of modern technology.

poderia não ter efeitos totalmente emancipatórios para a humanidade”<sup>7</sup> (Booker, 1994, p. 6), pois, as capacidades humanas usadas para entender, dominar e controlar a natureza também são as mesmas que podem se tornar ferramentas de dominação e controle das pessoas.

Com o contexto das guerras e de sentimento de desesperança no século XX, o pensamento utópico perde aderência e a utopia passa a ser vista “cada vez mais como escapismo e até reacionária”<sup>8</sup> (Booker, 1994, p. 15). Porém, o autor afirma que tanto a utopia quanto a distopia não necessariamente são opostas. Nesse sentido, Claeys (2017) também diz que ambas, utopia e distopia, podem ter, de certa forma, a mesma origem. Mas, ressalta que isso não quer dizer que todas as utopias são ou tendem a reproduzir distopias.

Segundo Claeys (2017, p. 4), a maioria associa distopia como um fenômeno moderno unido ao pessimismo secular. Nesse sentido, “a palavra é derivada de duas palavras gregas, *dus* e *topos*, significando doença, mal, local defeituoso e desfavorável”<sup>9</sup>. Provavelmente, foi usada pela primeira vez em meados do século XVIII, mas não foi muito utilizada até o século XX.

As distopias do século XX vão girar em torno da extrapolação da mudança tecnológica com efeitos destrutivos e desumanizantes. Assim, esse gênero literário está ligado historicamente a mudanças no imaginário social como “críticas à sociedade que contemplam aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais” (Kopp, 2011, p. 62).

Booker, a partir de Mark Hillegas, nota que a visão de um futuro como pesadelo revela a ansiedade da nossa era. “Na imaginação do ceticismo moderno, resumidamente, é mais fácil visualizar pesadelos que sonhos no futuro, em apoio ao que Elliot aponta para a visão “antiutópica” de 1984 de Orwell”<sup>10</sup> (Booker, 1994, p. 16).

O gênero literário distópico descreve um lugar fora da história, onde conflitos de classes e tensões sociais são subornadas por meio de violência ou controle social. Essa narrativa pode ser compreendida como alerta de incêndio, enquanto denúncia de uma realidade perigosa, caso venha a acontecer. Segundo Hilário (2013, p. 203), “a narrativa distópica busca chamar nossa atenção para as relações heterônomas entre subjetividade, sociedade, cultura e poder”. A narrativa distópica aparece como análise crítica de acontecimentos do presente e alerta para

---

<sup>7</sup> No original: but many of these achievements already offered hints that science would not have an entirely emancipatory effect on humanity.

<sup>8</sup> No original: has come more and more to be seen as escapist or even reactionary.

<sup>9</sup> No original: “The word is derived from two Greek words, *dus* and *topos*, meaning a diseased, bad, faulty, or unfavourable place”.

<sup>10</sup> No original: In the imagination of the modern skeptic, in short, it is much easier to visualize nightmares than dreams of the future, and in support of this point Elliott points toward the "anti-utopian" vision of George Orwell's 1984 (1949).

perigos que podem vir a realizar caso tendências da sociedade contemporânea não sejam combatidas.

A narrativa literária é uma forma a partir da qual a cultura pode pensar a si mesma. Tarefa hoje urgente devido ao fato de que os foros de cultura de nossa sociedade – isto é, os espaços de disseminação da cultura e aperfeiçoamento da civilização – serem palcos de atos de barbárie (Hilário, 2013, p. 204).

Para Claeys (2017), a definição de distopia como aquilo que representa um cenário “ruim” ou “pior” daquele em que se vive é uma noção vaga que presumiria que os leitores compartilhariam da mesma classe e/ou valores dos autores. Por isso, segundo o autor, “devemos considerar mais precisamente *o que é ‘melhor’ aqui e para quem*”<sup>11</sup> (Claeys, 2017, p. 281). Ainda em seu trajeto de estudos, o autor faz apontamentos sobre o termo ficção científica e sua relação com o gênero distópico. Após uma extensa exposição sobre o tema a partir de estudos anteriores, ele afirma que a chave para distinguir ficção científica e distopia pode ser, principalmente, de um grau, sendo que “a distopia se distingue por sua densidade de narrativa sociopolítica e sua relação plausível ao período em que aparece”<sup>12</sup> (Claeys, 2017, p. 289).

De maneira geral, a ficção distópica se diferencia da ficção científica pela atenção particular dada à crítica política e social. Espacializadas em lugares e tempos diferentes em relação ao autor da obra, suas referências são geralmente palpáveis e fazem parte do contexto de produção da narrativa. Booker (1994, p. 19), então, ressalta que

A principal técnica da ficção distópica é a desfamiliarização: ao focar suas críticas a uma sociedade localizada espacial e temporalmente distantes, a ficção distópica promove novas perspectivas às práticas problemáticas sociais e políticas que, de outra forma, poderiam ser dadas como certas ou consideradas naturais e inevitáveis.<sup>13</sup>

A literatura distópica retrata sociedades em que uma maioria sofre escravidão e/ou opressão como resultado das ações humanas em que, geralmente, grupos privilegiados se beneficiam disso (Claeys, 2017). O termo distópico é comumente empregado ao se referir a obras literárias, mas, além disso, é aplicada a usos não literários. Nesse viés, tanto do ponto de

<sup>11</sup> No original: “we must consider more precisely just *what* is ‘better’ here, and *for whom*”.

<sup>12</sup> No original: “Dystopia is distinguished by the density of its socio-political narrative and its plausible relation to the period in which it appears”.

<sup>13</sup> No original: The principal technique of dystopian fiction is defamiliarization: by focusing their critiques of society on spatially or temporally distant settings, dystopian fictions provide fresh perspectives on problematic social and political practices that might otherwise be taken for granted or considered natural and inevitable.

vista literário quanto do histórico, a “distopia é definida como uma ‘utopia fracassada’ do totalitarismo do século XX”<sup>14</sup> (Claeys, 2017, p. 5). Ao concebê-la dessa maneira, as três formas principais associadas são a distopia política, a distopia ambiental e a distopia tecnológica, em que ciência e tecnologia estão interrelacionadas para dominar ou destruir a humanidade. Além das três formas citadas, “é a distopia política totalitária que é, principalmente, associada ao fracasso das aspirações utópicas e que receberam maior atenção histórica”<sup>15</sup> (Claeys, 2017, p. 5).

O despotismo político ganha destaque na distopia política totalitária e o termo pode ser definido como a concentração de poder na mão de um único governante e sua principal forma de governar é usualmente descrita com base no medo ou terror. Esse último, quando dirigido à população, rapidamente passou a ser visto como uma demanda psicológica e abrangente mais exigente que a figura de um único tirano. Claeys (2017, p. 12) afirma que “muitos podem associar terrorismo ‘popular’ ao totalitarismo. Mas uma forma sutil análoga à pressão para se conformar também pode emergir naturalmente em democracias”<sup>16</sup>.

Segundo Booker (1994), ao relacionar com a história, de um lado temos os sistemas que organizam o século XX a partir de duas estratégias básicas: o capitalismo burguês e o comunismo. Por outro lado, o autor indica que há pontos de contato entre o regime nazista e o stalinista o que pode sugerir “que a real dicotomia política da sociedade do século XX é entre o totalitarismo e a democracia, em que ‘democracia’ implica liberdade individual (real ou ilusória) presumida em uma convencional sociedade burguesa”<sup>17</sup> (Booker, 1994, p. 20).

Podemos perceber que o gênero literário distópico está intimamente ligado aos discursos sobre crises. De acordo com Claeys (2017), há dois ciclos de medos mais profundos em que há predominância desse sentimento, sendo que, segundo o autor (2017, p. 14), o “primeiro período coincide ao da Reforma, erosão do feudalismo, a emergência de um estado-nação, guerra prolongada e a crescente desigualdade e urbanização”. Já o segundo momento corresponde, no início do século XIX, às

ansiedades cada vez mais acentuadas relativamente à concorrência econômica internacional moldada por uma nova economia política da linguagem e sua

<sup>14</sup> No original: “dystopia is identified the ‘failed utopia’ of twentieth-century totalitarianism[...]”.

<sup>15</sup> No original: “it is the totalitarian political dystopia which is chiefly associated with the failure of utopian aspirations, and which has received the greatest historical attention”.

<sup>16</sup> No original: “Many would thus associate ‘popular’ terror with totalitarianism. But a soft form of an analogous pressure to conform seemed also to emerge naturally in democracies.

<sup>17</sup> No original: the real political dichotomy in the twentieth century societies is between totalitarianism and democracy, where “democracy” implies the individual liberty (real or illusory) presumed in conventional bourgeois societies.

ênfase produtivista na utilidade, produção e eficiência. Na década de 1870, o darwinismo social redefiniu esta linguagem de competição, sugerindo a inevitabilidade da “sobrevivência do mais apto”, um ideal que impregnaria tanto o fascismo quanto o comunismo do século XX<sup>18</sup> (Claeys, 2017, p. 15).

Com a atuação da igreja, dois medos que se complementam e são igualmente opressores na civilização ocidental são o terror do pecado e a obsessão da condenação. Enquanto mantemos muitos medos naturais, progressivamente adotamos outros medos que são socialmente criados. Quando os sujeitos passam a sentir em massa, o medo passa a ser expressado de diferentes maneiras. A depender da magnitude e da intensidade, esse medo pode ser manipulado por quem procura se beneficiar, como construção social, ao ser direcionado a determinados grupos que, em alguma medida, consideramos como ameaça a nós.

São nesses momentos que a figura de um inimigo se apresenta como central. O que é crucial não é o inimigo, mas a ideia de inimigo, a mistura daquilo que inspira o ódio. Para Claeys (2017, p. 17), “o melhor inimigo, como veremos, é (na maioria das vezes) o inimigo imaginário”<sup>19</sup>. Segundo o autor, o medo coletivo como o ódio é geralmente expresso e definido por grupos. Esses últimos têm uma imensa variedade, mas, em sua maioria, cada um tem sua própria psicologia, egos que precisam ser massageados, comumente narcisistas, se orgulham como grupo e facilmente são vítimas de bajulação.

Todo grupo se define por aqueles que estão incluídos bem como os que são excluídos. Para determinar aqueles que estão de fora, “os grupos requerem limites explícitos que são comumente definidos por ideias de pureza e impureza”<sup>20</sup> (Claeys, 2017, p. 41). Ainda, segundo o autor,

A forma como definimos os inimigos e como os tratamos depende muitas vezes dos nossos níveis relativos de confiança ou ansiedade. Quanto mais alarmantes forem as condições externas, mais hostilidade resulta, e mais rígida e desgastante é a relação do indivíduo com o grupo interno e de antagonismo com o grupo externo. [...] O medo e o ódio estão particularmente entrelaçados quando a existência do grupo é ameaçada pela crise. Pois odiamos

---

<sup>18</sup> No original: “Increasingly sharp anxieties about international economic competition were shaped by the new language of political economy and its productivist emphasis on utility, output, and efficiency. From the 1870s, Social Darwinism redefined this language of competition by suggesting the inevitability of the ‘survival of the fittest’, an ideal which would suffuse both twentieth-century fascism and communism.

<sup>19</sup> No original: “the best Enemy, we will see, is the (mostly) imaginary enemy”.

<sup>20</sup> No original: “groups require explicit boundaries which are commonly defined by ideas of purity and impurity”.

intensamente somente quando tememos profundamente. Portanto, os grupos mais destrutivos são também os mais paranóicos<sup>21</sup> (Claeys, 2017, p. 42).

Nesse sentido, há a prevalência do “nós” contra “eles” e, baseando-se em uma construção valorativa, há a defesa do “nós estamos certos” e “eles estão errados”. Para Claeys (2017, p. 43), “pela honra de pertencer a alguns grupos, nós, geralmente, morreremos ou mataremos com prazer”<sup>22</sup>. As crises, reais ou criadas, geram a sensação de fraqueza e vulnerabilidade e, nesse contexto, facilmente ocorre o que Claeys denomina de *troca ética*, em que o sujeito desiste do seu padrão ético privado e substitui com o que o grupo recomenda.

De acordo com Hilário (2013, p. 206), “as distopias são a denúncia dos efeitos de poder ligados às formas discursivas”. A forma sutil do totalitarismo está presente na sociedade e se impõe por meio das mídias, da cultura, do consumismo desenfreado e, principalmente, do discurso marcado ideologicamente pela classe dominante.

A Primeira Guerra Mundial demonstrou que, assim como trouxeram benefícios, ironicamente, a ciência e a tecnologia também trouxeram uma angústia coletiva. No século XX, o imaginário e as condições históricas da época despertaram questões que giram em torno de como, em um mesmo período de avanço tecnológico e de divulgação científica, também foi a época de barbaridades e totalitarismo. O progresso, que até então era visto como algo positivo e desvinculado de discussões que se articulavam às relações sociais, passa a ser visto de forma desencantada e desumanizada.

No final do século XIX, as novas mídias de massa já influenciavam nas interações em sociedade e até nas perspectivas sociológicas dos indivíduos. Da imprensa ao cinema, depois do rádio à televisão, a disputa é pela audiência e, na busca por manter o público, foi-se aperfeiçoando um conjunto de técnicas atreladas à ciência (Kopp, 2011). Os meios de comunicação, que eram vistos como distração e informação, passam a ser utilizados como manobra de manipulação. A partir da Primeira Guerra Mundial, houve um refinamento na forma de se utilizar as estratégias no controle de informação, sendo articuladas e transformadas em uso técnico que possibilita o assentimento social.

---

<sup>21</sup> No original: “How we define enemies and how we treat them are often contingent on our relative levels of confidence or anxiety. The more alarming external conditions are, the more hostility results, and the more rigid and all-consuming is the individual’s relation to the in-group, and antagonism to the out-group. [...] group. Fear and hatred are particularly closely interwoven when the group’s existence is imperilled by crisis. For we hate intensely only when we fear deeply. So the most destructive groups are also the most paranoid”.

<sup>22</sup> No original: “For the honour of belonging to some groups, we will often gladly die – or kill”.

Nesse lugar, obra prima ou publicidade, o que importa é que (a imagem) está lá e garante distração. Dessa forma, “os meios de comunicação fazem transitar aquilo que é produto tão somente da própria técnica, é a própria técnica, e isso seduziria mais do que qualquer enredo ou argumento que exigisse tempo e disposição do público” (Kopp, 2011, p. 99). Em um otimismo com as “novas” tecnologias da informação, criou-se uma crença de sociedade mais igualitária e justa, e pouco se discute dos riscos e possibilidades de controle e “a utopia da comunicação arvora a si mesma ares de revolução” (Figueiredo, 2011, p. 16). A relação entre técnicas de comunicação e contexto social deve ser continuamente discutida. Os limites entre comunicação e controle são tênues e a interação que pode ser dialógica também pode ser padronizada e massificada.

E uma das materializações do uso técnico dos meios de comunicação é a propaganda, desenvolvida de maneira a evocar sentimentos que podem estar adormecidos, plantar o ódio, tornar viva a imagem do inimigo. Os produtos culturais, assim como a propaganda e os demais campos da vida social, intermedeiam as relações sociais e ajudam a construir e a perpetuar o imaginário do que é bom e do que é ruim.

O sujeito autoritário utiliza-se da Indústria Cultural, atualizada em Superindústria do Imaginário, e da construção do outro para argumentar e justificar suas ações. Para isso, ele distorce informações, manipula a memória, procura pregar uma verdade única e insiste na identificação e, quando não há, na criação e aniquilação da oposição. Em sua prerrogativa de manter a liberdade e combater o inimigo, o sujeito autoritário controla, priva e mata para que, no fim, a ordem seja mantida. Podemos observar o uso dos meios de comunicação com a finalidade de despertar e perpetuar o estado passional do sujeito em obras distópicas. Nesta pesquisa, analisaremos a narrativa de *1984*, de George Orwell que, para tornar a leitura mais dinâmica, será tratada na metodologia e na análise. A fim de mantermos o fio condutor desse trabalho e a comparação entre distopia e bolsonarismo adiante, falaremos no próximo tópico sobre as condições de produção da extrema-direita e os traços que constituem o bolsonarismo.

## **4.2 O cenário político brasileiro entre 2019 e 2022**

Ao observarmos a conjuntura política contemporânea, vemos o avanço da extrema direita em diversos países, em que já é provada que a manipulação do uso de dados e as Big Techs interferiram em eleições consideradas democráticas. Segundo Empoli (2022, p. 18),

no mundo de Donald Trump, de Boris Johnson e de Jair Bolsonaro, cada novo dia nasce com uma gafe, uma polêmica, a eclosão de um escândalo. Mal se está comentando um evento, e esse já é eclipsado por um outro, numa espiral infinita que catalisa a atenção e satura a cena midiática.

No Brasil, passamos por um governo (2019-2022) que foi marcado, predominantemente, pelo discurso autoritário do ex-presidente que atacava as minorias<sup>23</sup>, pelo discurso negacionista<sup>24</sup> e de fake News<sup>25</sup> como forma de lidar com a pandemia da Covid-19, e pela construção de um outro que ameaçava o governo e a democracia.

Segundo Solano (2018, p. 6), passamos de uma configuração de democracia representada por partidos a uma democracia guiada pela audiência, em que se opera “com a substituição do espaço público de debate pelo protagonismo dos meios de comunicação de massa e com um eleitorado mais fluido, menos fidelizado, que se mobiliza muito mais por causas concretas do que por referências partidárias.”

Nesse espaço, em que a disputa pela atenção alheia predomina, “um dos problemas não resolvidos da atualidade é a relação entre democracia e neoliberalismo” (Solano, 2018, pp. 6-7). Segundo a autora,

Neste sentido, Crouch (2013) define pós-democracia como um sistema de fachada democrática, com instituições representativas que, na aparência, funcionam (na pós-democracia votamos, elegemos nossos representantes), mas, na verdade, por baixo desse exterior puramente formal, o sistema está totalmente capturado pela lógica capitalista. Eis aí o paradoxo: uma democracia que funciona na aparência, mas cada vez mais esvaziada de conteúdo e sentido. A democracia vai sendo substituída pela *corporocracia*. As grandes decisões não são tomadas pelo “demos”, pelo “poder popular” e sim pelas grandes concentrações privadas de capital, que pensam a democracia como um instrumento para atingir maiores níveis de intervenção política e lucro (Solano, 2018, p. 7).

Pelo recorte desta pesquisa, não entraremos na discussão de como o neoliberalismo constitui e age nas subjetividades como ponto central, mas é inegável que essa lógica constrói o pano de fundo da pesquisa aqui desenvolvida. Alicerçado na instabilidade engendrada por tal sistema, “os autoritarismos populistas e de extrema-direita oferecem respostas (simplórias e enganosas, mas respostas) a este desespero ontológico, a esta sensação de risco e medo global permanente e ao saudosismo conservador” (Solano, 2018, p. 8).

---

<sup>23</sup> Disponível em: <http://revistas.urca.br/index.php/MigREN/article/view/960>. Acesso em 21/04/24

<sup>24</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/nao-houve-ditadura-teve-uns-probleminhas-diz-bolsonaro-sobre-regime-militar-no-pais.shtml>. Acesso em 10/06/2023

<sup>25</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2021/10/20/fake-news-cpi-da-covid-presidente-jair-bolsonaro-filhos.htm>. Acesso em 10/06/2023

O uso do termo direita precisa ser relativizado porque hoje sua existência parte da convergência de diversos grupos, guiados por uma união pragmática e motivada pelo julgamento de um inimigo em comum. As instâncias mais extremadas baseiam-se em três principais vertentes, “que são o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e a reciclagem do antigo anticomunismo” (Miguel, 2018, p. 19).

A ideologia libertariana, segundo Miguel (2018, p. 19), “prega o menor Estado possível e afirma que qualquer situação que nasça de mecanismos de mercado é justa por definição, por mais desigual que possa parecer. É rotulada de ultraliberal, mas sua relação com o liberalismo clássico é tensa”. A segunda vertente, do fundamentalismo, defende a posição de uma verdade revelada e, por isso, absoluta, que impede qualquer possibilidade de debate. Já “a terceira vertente da direita radical recicla o anticomunismo” (Miguel, 2018, p. 22).

Essas três correntes confluem e têm uma flexibilidade em seu modo de contato. Miguel (2018, p. 22) ressalta que há um caminho, especificamente, que age ao fundir uma visão anticomunista com “o reacionarismo moral, que passa por uma leitura fantasiosa da obra de Antônio Gramsci e recebe o nome de ‘marxismo cultural’”. De acordo com Carapanã (2018), a ideia de um suposto marxismo cultural sustentava a narrativa de um inimigo comunista que se fazia presente em praticamente todas as esferas sociais: educacional, midiática, na indústria do entretenimento, entre outros.

A força da guerra cultural, pensada em um cenário atual da internet, “consiste em associar a ação política à dinâmica das redes sociais, produzindo um curto-circuito no sistema político representativo por meio do engajamento típico do universo digital” (Rocha, 2023, p. 19). Segundo o autor, o objetivo dessa dinâmica é despolarizar a *pólis*, ou seja, criar o caos no debate público a fim de esvaziar o conceito de política.

a guerra cultural somente triunfa ao personalizar as causas dos processos históricos, isto é, ao concretizar o falso moralismo da pauta de costumes em indivíduos que passam a canalizar a violência gerada pela radicalização ideológica, tornando-se alvos de perseguição marcada pelo ódio e mesmo pelo desejo de eliminação física do outro (Rocha, 2023, p. 21).

Segundo Rocha, alguns valores bolsonaristas se enraizaram em nossa sociedade e o projeto político da extrema-direita no Brasil é “criar as condições para instaurar um estado totalitário e fundamentalista do ponto de vista religioso” e o que esse movimento tem feito é “a despolarização do debate público para avançar o projeto político totalitário de eliminação completa do adversário ou do outro que resiste” (Rocha, 2023, p. 153). Para entender mais

como esse processo acontece, precisamos conceituar o que é o bolsonarismo e sua particularidade na guerra cultural brasileira. É o que veremos no próximo tópico.

#### 4.2.1 Caracterização do bolsonarismo

A partir da conjuntura da extrema-direita como um todo, o bolsonarismo reproduz elementos que caracterizam a nova direita, mas também há especificidades que, segundo Rocha (2023), integram o movimento brasileiro. Para o autor, esse movimento é composto pelo encontro de três fatores que sustentam sua coerência. Ele defende que devemos deixar de lado a caricatura e passar à caracterização da guerra cultural promovida pelo bolsonarismo, pois “negar ao bolsonarismo racionalidade imobiliza nossa capacidade de reagir ao irracionalismo metódico de seus propósitos” (Rocha, 2023, p. 55).

De acordo com o autor, “o bolsonarismo é o primeiro movimento de massas da política brasileira cujo eixo é uma incitação permanente ao ódio como forma de ação” (Rocha, 2023, p. 135). O primeiro elemento que assegura a coerência do movimento pauta-se na identificação e eliminação do inimigo. Rocha faz um trabalho minucioso ao identificar esse aspecto à retomada da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) que, desenvolvida no ambiente da Guerra Fria, foi adaptada pela Escola Superior de Guerra ao contexto da ditadura civil-militar brasileira.

A partir do momento que se instaura uma percepção de tempo que se distancia distintamente do passado, presente e futuro, não somente a concepção de novidade passa a prevalecer, mas também a disputa de valores ocupa um lugar central e inevitável. Até porque, para que o “novo” impere é necessário que o “antigo” seja superado. No jogo entre o que se coloca como novidade e o que ficou obsoleto, a disputa de valores atua na criação de inimigos.

No bolsonarismo, “a intenção é eliminar o inimigo interno. E o inimigo interno é qualquer um que não seja bolsonarista” (Rocha, 2023, p. 109). Enquanto conseguirmos defender a democracia, eliminar fisicamente os adversários é um ponto não permitido. Porém, por meio das milícias digitais, o bolsonarismo procura eliminar simbolicamente os diferentes de seus valores.

O segundo elemento faz referência ao livro *Orvil*, “projeto secreto, liderado pelo ministro do Exército de José Sarney, Leônidas Pires Gonçalves” (Rocha, 2023, p. 57). Esse projeto teve/tem como intuito virar de cabeça para baixo a obra *Brasil: nunca mais*, que trata das violências de Estado e que manchou a imagem das Forças Armadas. Rocha (2023, p. 58) afirma que esse livro é a

Bíblia da família Bolsonaro, a verdadeira fonte de sua visão de mundo bélica [...]. Muito mais do que uma lista caótica dos pecados do inimigo, o documento inventou uma matriz narrativa conspiratória que constitui a essência do bolsonarismo, esclarecendo a origem da *arquitetura da destruição* que define o movimento.

Essa narrativa arquitetada objetiva destruir instituições e “*corroer por dentro* as estruturas do Estado democrático” (Rocha, 2023, p. 60). Segundo o autor, esse movimento criou uma linguagem própria: a retórica do ódio, o que nos leva ao terceiro e último elemento, que se constitui com base no sistema de crenças Olavo de Carvalho, responsável pela cristalização da *retórica do ódio* e pela disseminação do *analfabetismo ideológico*.

Rocha (2023, p. 60) define a *retórica do ódio* como “a mais completa tradução das consequências plúmbeas da DSN, limitando o outro ao papel de antagonista, de inimigo a ser destruído” e tem como objetivo eliminar simbolicamente o outro considerado inimigo. Já o *analfabetismo ideológico* “consiste em somente ler no texto alheio as projeções de suas convicções políticas” (Rocha, 2023, p. 62), ou seja, o analfabeto ideológico reduz as leituras e tudo o que chega a si à simples função de representar suas concepções políticas.

Quando o bolsonarismo se associa ao ensino de Olavo de Carvalho, o que se tem é a criação de um “sistema de crenças com alto nível de coesão interna”, e uma das formas de manter uma fidelidade digna de seita a seu “guru” ou de um eleitorado engajado na causa política de seu líder é a produção constante de incitamentos contraditórios. Bolsonarismo aliado a olavismo constitui o que Rocha denomina de *bolsolavismo*, sendo “um poderoso sistema de crenças dotado de coerência interna paranoica, o que o torna praticamente imune ao princípio de realidade” (Rocha, 2023, p. 62). De estímulos e coesão interna, o que prevalece é o sentimento de pertencimento, ainda que tais crenças não tenham nenhuma ligação com a realidade.

Solano (2018) diz que uma das características importantes da nova direita brasileira é o anticientificismo, em que se considera a intelectualidade uma inimiga. A partir do despreendimento dos fatos e guiados por crenças, Rocha (2023) argumenta que se gerou um comportamento que resulta em violência simbólica e os adeptos ao bolsonarismo adotaram “o comportamento fanático típico das seitas religiosas” (Rocha, 2023, p. 27).

As pautas de costumes e teorias conspiratórias são elementos da retórica bolsonarista que se materializam na *retórica do ódio*. A mistura da pauta de costumes com o anticomunismo foi usada pela primeira vez por Bolsonaro em sua candidatura à presidência da Câmara dos Deputados em 2011. Para Rocha (2023, p. 63), a guerra cultural, que se utiliza da retórica do ódio, “mantém as massas digitais mobilizadas em constante excitação”. Mas, se o frenesi se

conserva no modo de funcionamento da guerra cultural, pela negação dos fatos e a criação constante de inimigos, o seu modo de atuar não admite a administração da coisa pública.

A falta de ligação com a realidade concreta produzirá o que Rocha (2023) conceitua de dissonância cognitiva, definida como “um desconforto subjetivo causado pela consciência da distância entre crenças e comportamentos” (2023, p. 86). Ampliando a definição, o autor define a existência de uma dissonância cognitiva *coletiva*, que só foi possível pela maquinaria da midioesfera extremista. O autor aponta que a *dissonância cognitiva coletiva* “é uma temível máquina eleitoral pela transferência para a política da alta intensidade de engajamento das redes sociais. É um engajamento em torno da desinformação e de teorias conspiratórias” (Rocha, 2023, pp. 153-154).

Rocha (2023, p. 34) propõe pensar a *midioesfera extremista* composta por cinco elementos (4 internos e 1 externo) constituídos pelas “correntes de WhatsApp; um circuito integrado de canais do YouTube; as redes sociais; e aplicativos”. Esses quatro elementos internos constroem, ininterruptamente, desinformação a partir de uma série de notícias falsas e teorias conspiratórias. E para validar esse circuito, a midioesfera extremista conta com a “mídia amiga” como elemento externo, como a Rádio Jovem Pan, que corroboram para dar um ar de verdade à desinformação produzida pela midioesfera extremista.

Atualmente, enfrentamos o paradoxo que se relaciona às redes e mídias sociais. Elas são o que temos de mais sofisticado em termos de meio de comunicação inventado, que permite o “milagre da simultaneidade”. No entanto, esse movimento incessante produz uma violência simbólica crescente e “recorre-se ao padrão mais primitivo de todos: o mecanismo do bode expiatório, que permite canalizar o ódio contra um alvo fixo, disciplinando a violência” (Rocha, 2023, p. 143).

Empoli (2022), a partir dos estudos de Peter Sloterdijk (2006), afirma que a raiva atravessa toda a sociedade. A primeira a fazer com que essa raiva acumulada expandisse foi a Igreja. Já a partir do século XIX, foram os partidos de esquerda que tentaram administrar essa raiva, não para gastá-la, mas para “armazenar” a fim de ser usada em revoltas. Mas, segundo Sloterdijk, nem a Igreja nem a esquerda dão mais conta da cólera hoje.

Empoli diz que tanto as elites quanto o povo mudaram, e esse último tem forte ligação com a tecnologia de hoje. Pela lógica do funcionamento das mídias e redes sociais, estamos muito mais impacientes que antes, pois nos acostumamos a ter nossos desejos atendidos até mesmo antes de terem sido completamente estruturados. Segundo o autor italiano, “o maquinário hiperpotente das redes sociais, suspenso sobre as molas mais primárias da

psicologia humana, não foi concebido para nos confortar, mas, pelo contrário, veio à luz para nos manter num estado de incerteza e de carência permanente” (Empoli, 2022, p. 76).

Há uma relação estreita entre raiva contemporânea e o uso de mídias e redes sociais. Em um afeto narcisista exacerbado, cada sujeito isolado em seu mundo particular fisicamente, mas em constante contato com as várias possibilidades de realidades alheias, facilmente se sente atraído, segundo Empoli (2022), por sites pornográficos e por sites conspiratórios. Desse último, “o conspiracionista propõe sempre uma mensagem lisonjeira. Ele compreende o raivoso, ele conhece sua ira e a justifica: OK, não é sua culpa, é dos outros, mas você ainda pode se corrigir e se transformar num soldado da batalha pela verdadeira justiça” (Empoli, 2022, p. 77).

Nesse sentido, podemos perceber que a midioesfera extremista tem papel central na criação de uma dissonância cognitiva coletiva que funciona a partir da lógica do engajamento e do ódio. Para Empoli (2022, p. 88), “a indignação, o medo, o preconceito, o insulto, a polêmica racista ou de gênero se propagam nas telas e proporcionam muito mais atenção e engajamento que os debates enfadonhos da velha política”. E é com base nesses traços que se constitui a propaganda populista.

Rocha (2023, p. 90), diz que “a fim de despolitizar a *pólis*, esteio de seu projeto político autoritário, o bolsolavismo tornou o Brasil um laboratório mundial de criação metódica de realidade paralela”. No contexto brasileiro, Empoli traz os exemplos de Nando Moura, Carlos Jody, narrativas conspiratórias contra a vacinação do vírus Zika que circularam no YouTube em 2015, a atuação do MBL no impeachment da Dilma. Para ele, “juntos, esses personagens, assim como inúmeras figuras similares, contribuíram para criar o clima que tornou possível a eleição de um ex-militar de extrema-direita, ele mesmo muito popular nas redes sociais, à presidência da república” (Empoli, 2022, p. 82). Confirmando essa asserção, Rocha (2023, p. 149), assevera que

Os bolsonaristas são mestres na fabricação de fatos alternativos e na difusão de notícias falsas” [...] trata-se de um movimento político de massas, com incomum capacidade de instrumentalizar o ressentimento coletivo e a pulsão antissistêmica, mantendo seus apoiadores em estado de mobilização permanente por meio da retórica do ódio e da invenção de inimigos em série. É um movimento não somente autoritário, como também fundamentalista, já que não admite a presença da alteridade, pois todo aquele que não seja espelho das convicções do líder torna-se inimigo interno a ser imediatamente eliminado.

De acordo com Rocha (2023), o perigo de incitar as massas e apostar no caos é que não há como prever com convicção qual será a reação delas, “a não ser que se deseje semear a tempestade para colher oportunidade, isto é, um golpe de Estado” (Rocha, 2023, p. 74). O que está em jogo, e um risco à democracia, é a despolitização da *pólis*, a partir de controles e interdições que passam a dominar o debate público, ruindo a alteridade e o diálogo.

### 4.3 Debate, opinião pública e despolitização

No cenário político da América do Norte, segundo Empoli (2022), a lógica de avaliação para celebridades passa a valer para os políticos também, sendo a capacidade de atrair atenção e de identificação suas características. No que diz respeito ao populismo e sua relação com a indústria das celebridades, Bucci (2019, p. 119) afirma que:

Sob o brilho artificial dos populismos, o que está em marcha é uma cultura inteira, desejosa de fundamentalismos, que se afeiçoou à indústria das celebridades, às adorações da imagem eletrônica, à estetização do ódio e aos ‘ismos’ imantados pela imagem de salvadores de carismas requentados. Por detrás dos chamados populismos, a cultura antipolítica – ou a cultura *da* antipolítica – é a pulsão violenta que hostiliza os fatos.

O autor de “*Existe democracia sem verdade factual?*” afirma que política sem verdade factual não é propriamente política. Para ele, “a política sem fatos é um delírio apolítico ou antipolítico, uma guerra entre convicções desprovida de verdade” (Bucci, 2019, p. 83). O domínio político deve buscar a verdade factual em outras esferas sociais pois confiar a ela o papel de determinar o que é ou não verdade é “flertar com o autoritarismo ou mesmo com o totalitarismo” (Bucci, 2019, p. 24).

Nesse sentido, Empoli diz que a opinião pública é formada a partir de uma ideia que se consolidou como verdade para uma comunidade, mas sempre há um grau de flexibilidade atuando nessa aderência. A minoria intolerante, mesmo quando pequena, “é totalmente inflexível e não pode mudar de ideia, enquanto uma parte significativa do restante da opinião pública é mais maleável” (Empoli, 2022, p. 160). Contudo, a partir de determinadas condições, o público mais maleável pode engajar-se ao grupo intolerante e, portanto, “quanto mais aumenta o número de pessoas que adota uma nova ideia (que as vacinas provocam autismo ou que os refugiados são terroristas, por exemplo), mais o limiar de resistência àquilo que é difícil de aceitar diminui” (Empoli, 2022, p. 162).

Quando os fatos e os acontecimentos são atacados, leva-se um tempo para se recompor, outras vezes não conseguem mais se recuperar. O poder autoritário não lida bem com o factual e por isso a verdade factual é tão vulnerável. Segundo Bucci (2019, p. 53), “a cultura de paz, a tolerância, a justiça social e a democracia são valores que dependem direta e intensamente da qualidade ética, mais do que técnica, da comunicação social”. Como garantir as relações sociais e as formas de subjetivação quando a prática que rege a lógica capitalista é mecânica?

O alinhamento entre técnica e ciência, abarcados na lógica do lucro, não estão preocupados com a interpretação de fatos e ideias. Se computadores e redes podem funcionar corretamente sem a preocupação dos engenheiros, as sociedades, ao contrário, não. Segundo Empoli, não dá para negar duas implicações que regem a política contemporânea. Em primeiro lugar, o funcionamento das redes sociais, previamente concebida para mirar no consumidor, irrompeu na política. Em segundo lugar, como consequência desse acontecimento,

as campanhas eleitorais cada vez mais se tornam verdadeiras guerras entre softwares, durante as quais os oponentes se enfrentam com a ajuda de armas convencionais (mensagens públicas e informações verdadeiras) e armas não convencionais (manipulação e *fake News*) com a meta de obter dois resultados: multiplicar e mobilizar seus apoios e desmobilizar as bases do adversário (Empoli, 2022, p. 156).

Se antes a tradição do jogo democrático tinha uma tendência centrípeta, em que ganhava quem conseguisse se firmar no centro da arena política, agora a tendência centrífuga prevalece. A partir do momento que o jogo se estabelece com base em estímulos contraditórios, orientados em torno da inflamação de paixões para a união do maior número possível de sujeitos, “a coerência e a veracidade contam muito menos que a amplitude da ressonância, que cobre o espectro inteiro das opiniões” (Empoli, 2022, p. 159).

Segundo Rocha (2023, p. 173), “o avanço transnacional da extrema direita ocorre num cenário propriamente distópico”. As mensagens ordenadas pela retórica do ódio mostram-se lucrativas e são utilizadas na criação de um cenário de instabilidades. Para o autor, “a ágora digital, tal como plasmada pela extrema direita, é uma sucessão de agoras deliberadamente desconexas, reduzindo a pólis a uma estrutura caótica cujo único centro discernível é a produção ininterrupta de afetos como o ressentimento e o ódio” (Rocha, 2023, p. 176).

Além de ser uma forma de lucrar e modelo de negócio, a retórica do ódio atua na desumanização do outro, e um dos objetivos é conquistar a atenção alheia. De acordo com Almeida (2018), a democracia no sistema capitalista reforça a ideia de unidade e de coerção

social, mas, em momentos de crise, democracia e cidadania são ultrapassados a fim de conservar as formas sociais e ela “não é e nunca foi um valor universal” (Almeida, 2018, p. 32).

No cenário de instabilidade, mantido pelo poder que se quer assegurar, o espaço público se torna um terreno de disputa de representações simbólicas de si e do outro que mina o diálogo e a alteridade imprescindível ao governo democrático. No processo de construção do outro como inimigo, há uma tentativa, por meio da propaganda como uma das ferramentas da Indústria Cultural e da Superindústria do Imaginário, de validar e de colocar como verdade única certos valores e posicionamentos em detrimento daqueles diferentes a quem propaga esses ideais.

O movimento que podemos perceber é que, na narrativa distópica, há uma tentativa de contenção de sentidos, em que não pode haver progresso histórico. Na conjuntura política contemporânea, delimitada entre os anos 2019-2022, percebemos que se tentou controlar o factual e a memória para gerar instabilidade e caos, que legitimariam a intervenção de um poder que não se diz, mas se constitui de traços autoritários. É a partir dessas condições de produção que analisaremos tanto a distopia quanto o discurso da extrema-direita brasileira a fim de estabelecer aproximações entre os *corpora* a serem analisados.

## 5 METODOLOGIA

Este trabalho tem como base uma abordagem qualitativa que procura “compreender, descrever e, algumas vezes, explicar fenômenos sociais, a partir de seu interior, de diferentes formas” (Paiva (2019, p. 13) *apud* Flick (2007)). O método que utilizaremos dentro dessa abordagem é a pesquisa bibliográfica, que busca contextualizar a temática escolhida e “mostrar o que já existe sobre o objeto investigado” (Paiva, 2019, p. 60). Partindo do que foi exposto no referencial teórico, também realizamos uma pesquisa exploratória, no sentido de atualizar e estabelecer interações entre teorias e apontar para possíveis novos caminhos de análise.

É importante ressaltar que, em análise do discurso, o que interessa ao analista não são as marcas em si do discurso, mas o funcionamento discursivo. É este funcionamento que o analista procura descrever e compreender. Por meio de seu trabalho de análise, o analista pode detectar como os sujeitos e os sentidos se constituem, se posicionam na história, e como a língua atravessa e é atravessada por esses sujeitos e sentidos.

Orlandi (2015) diz que hoje considera-se que a melhor maneira de constituir um *corpus* é construir montagens discursivas que sigam critérios que decorram de princípios teóricos da AD, de acordo com os objetivos da análise, e que permitem chegar à sua compreensão. Esses objetivos, alinhados ao método e aos procedimentos, não visa demonstrar, mas mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos. Desse recorte feito pelo analista, pode-se dizer que sua unidade primeira é o texto.

Nesse primeiro momento, o analista precisa remeter o texto a um discurso, em que se explicita em suas regularidades pela sua referência a uma ou outra formação discursiva, e por sua vez, ganha sentido porque deriva de um jogo definido pela formação ideológica dominante naquela conjuntura.

Feita a análise, o objeto permanece aberto para novas abordagens. Ele não se esgota em uma descrição. Todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo que recortamos e a forma do recorte determina o modo da análise e o dispositivo teórico de interpretação construído. Logo, o dispositivo analítico pode ser diferente a depender das diferentes tomadas que fazemos do *corpus*, relativamente à questão posta pelo analista em seus objetivos. Isto conduz a resultados diferentes.

É importante compreender que o *corpus* discursivo na análise do discurso, segundo Orlandi (2015, p. 64-65), vai “delineando-se seus limites, fazendo recortes, [...] retornando-se conceitos e noções, pois a análise de discurso tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao corpus e análise.” Há todo um jogo simbólico e de

transferências em que sentido e sujeito se constituem e o trabalho do analista é descentrar a literalidade e atravessar a opacidade da linguagem.

Segundo Orlandi (2015), decidir o que comporá o *corpus* já é também decidir sobre as propriedades discursivas. A montagem das sequências discursivas que fazem parte do objeto a ser analisado é feita a partir dos objetivos que se empreende ali. Assim, o que se busca é delimitar um material que possa contribuir à compreensão do funcionamento do processo discursivo e os efeitos de sentido estabelecidos.

A análise é um processo que começa pelo próprio estabelecimento do *corpus* e que se organiza face à natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que o organiza. Daí a necessidade de que a teoria intervenha a todo momento para “reger” a relação do analista com o seu objeto, com os sentidos, com ele mesmo, com a interpretação (Orlandi, 2015, p. 62).

Retomando o fio condutor desta pesquisa, nosso objetivo geral é compreender como o discurso autoritário se constrói na literatura distópica e no discurso bolsonarista. Já os nossos objetivos específicos são: identificar as estratégias discursivas em *1984*, de George Orwell, ancoradas na indústria cultural; detectar, pelo processo discursivo, como o sujeito constrói a imagem de si e a imagem do outro no discurso bolsonarista, respaldada na superindústria do imaginário; e comparar as análises empreendidas e os efeitos de sentidos dessa aproximação.

Nesse sentido, utilizaremos as categorias de análise de sujeito, ideologia, formação imaginária, memória discursiva e processos de controle e de interdição nas análises a serem realizadas a partir de sequências discursivas constituídas de recortes da narrativa de *1984* e do discurso bolsonarista. Além disso, pretendemos descrever como tais categorias se configuram no discurso assentadas em uma lógica de indústria cultural e da superindústria do imaginário.

Primeiramente, faremos uma contextualização e resumo da obra *1984* e, em seguida, a mobilização de sequências discursivas presentes nesta distopia que descrevem o funcionamento do Ministério da Verdade. Esse movimento nos proporcionará maior possibilidade de análise com base no quadro teórico estabelecido. Nesta primeira etapa da análise, também procuramos compreender o vínculo entre discurso autoritário e indústria cultural.

Em segundo lugar, selecionamos textos referentes a quatro momentos de fala do ex-presidente, sendo: o primeiro discurso ao receber a faixa presidencial em 2019; a defesa de uma concepção específica de educação na posse de Abraham Weintraub como Ministro da Educação; o discurso de lançamento de campanha à reeleição em 2022; o discurso proferido no desfile de 07 de setembro em 2022 e cartazes de apoiadores neste mesmo acontecimento. Nesta

segunda etapa, mostramos as estratégias discursivas do discurso bolsonarista e como se assentam na lógica da superindústria do imaginário.

Na última etapa, comparamos como se dá o funcionamento do processo discursivo entre os *corpora* analisados, mostrando que essas realidades não são tão distantes assim, mas diferenciam-se pelo grau de polarização, sendo mais ficcional ou menos ficcional. Além disso, por meio das análises feitas, exploramos como a estratégia da indústria cultural é atualizada em superindústria do imaginário, atentando ao fato de que as condições e ferramentas que possibilitam o engendramento do discurso autoritário se estruturam em uma mesma lógica.

## 6 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Conforme dito anteriormente, o objetivo geral desta pesquisa é compreender como o discurso autoritário se constrói na literatura distópica e no discurso da extrema-direita brasileira por meio da análise de discurso materialista. Para tal, no pulsar entre teoria e análise, retomaremos as categorias de formação imaginária, sujeito e processos de controle e interdição a fim de compreendermos o discurso e os sentidos construídos em *1984*, de George Orwell, e no discurso da extrema-direita brasileira. É a partir dos processos de controle e de interdição e do uso técnico da propaganda que constituímos os *corpora* capazes de responder a nossa inquietação e que, a nosso ver, materializam a mobilização dessas estratégias para construir a imagem do outro como inimigo.

### 6.1 Análise de *1984*, de George Orwell

Segundo Eric Fromm (1961), a distopia *1984*, de George Orwell, junto a *Nós*, de Zamyatin, e *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley, compõem uma trilogia que pode ser chamada de utopia negativa e, em suas narrativas, há um esforço não só para exprimir o sentimento ligado às condições de produção da época, como também uma forma de alerta a tendências futuras.

Booker (1994, p. 69) assevera que “*1984* de George Orwell leva sua energia da habilidade de olhar para os piores horrores dos anos de Stalin – com um olhar sincero para Hitler também”<sup>26</sup>. Diversas interpretações são feitas a partir da narrativa de *1984*, alguns afirmam que é uma sátira ao stalinismo russo, outros dizem que é uma crítica ao socialismo inglês. De acordo com Booker, “por um lado, o fascismo claramente está implicado, por outro, o próprio Orwell mais tarde descreveu o livro como um alerta contra os excessos que podem se desenvolver na Inglaterra na tentativa de combater o stalinismo”<sup>27</sup> [...].

A obra surge quando começa a Guerra Fria. Nesse contexto, parece que o livro é um ataque direto à esquerda e Claeys (2017, p. 421) diz que “até seu publicador, Frederic Warburg, chamou o livro de um ‘deliberado e sádico ataque ao socialismo e aos partidos socialistas em geral’”.

---

<sup>26</sup> No original: 1984 takes its energy from the ability to look back on the worst horrors of the Stalin years-with a side glance at Hitler as well.

<sup>27</sup> No original: For one thing, fascism is clearly implicated as well; for another, Orwell himself later described the book as a warning against the excesses that might develop in England in the attempt to combat Stalinism [...].

Como narrativa fictícia, seu enredo fica aberto a múltiplas interpretações e, seguindo as condições de produção da escrita de *1984*, torna-se perceptível como a polarização entre direita e esquerda, capitalismo e comunismo, também vão influenciar na interpretação e na construção de sentidos a partir da posição de quem lê. Sem entrar na discussão de recepção da obra, que não é o foco deste trabalho, Fromm (1961) diz que “livros como o de Orwell são advertências poderosas, e seria lamentável se o leitor, de modo autocomplacente, interpretasse *1984* como mais uma descrição da barbárie stalinista, sem perceber que o livro se refere também a nós” (2009, p. 379). Nesse trajeto, Bem Pimlott (1989) afirma que limitar a leitura como sátira deixará que fique de lado o que, na visão do autor, é mais importante: “nos lembra[r] de muitas coisas nas quais normalmente evitamos pensar” (2009, p. 386).

A obra de George Orwell, publicada pela primeira vez em 1949, nos transporta para uma sociedade que vive sob um governo de traços totalitários, representado pelo Grande Irmão. A sociedade retratada na obra é altamente vigiada, não só em ambientes públicos, mas também dentro das casas dos moradores e, para qualquer coisa suspeita por parte do indivíduo, ele é chamado a comparecer em algum dos ministérios do Governo para “ser consertado”.

A constituição do governo da Oceânia é materializada na vigilância constante, nos minutos de ódio, na manipulação dos fatos e da memória, na tortura, na impossibilidade de escapar da realidade apresentada. As vidas que serão ceifadas no caminho são apenas as consequências do meio para se chegar a um fim: manter o poder. As atitudes humanas e os discursos produzidos são conduzidos por valores que representam o Partido Ingsoc.

O livro é dividido em 3 partes, sendo a primeira a que trata sobre a sociedade, as instituições que asseguram o poder e aspectos constitutivos dessa distopia; a segunda parte nos aproxima da história de Winston, seu caso com Júlia e o desenrolar de suas ideias contra o Partido. A última parte, por fim, descreve, a partir do momento que Winston e Júlia são pegos, os processos de tortura que são consideradas formas de colocar o sujeito na linha. Winston Smith, protagonista da história, se constrói como o sujeito que se sente fora de seu tempo e deslocado da sociedade, mas, de certa maneira, impotente diante do poderio que domina Oceânia.

Nas primeiras páginas, já temos contato com a representação do Grande Irmão, a figura que condensa o poder de Ingsoc. Em um pôster colorido pregado no prédio onde Winston trabalha, temos a descrição do “rosto de um homem de uns quarenta e cinco anos, de bigodão preto e feições rudemente agradáveis” (Orwell, 2009, p. 11). Essas imagens, não só se encontram em todos os andares do prédio, mas também em todos os lugares, acompanham os

dizeres “O Grande Irmão está de olho em você”, tornando viva a representação simbólica de uma figura que se torna onipresente.

Em uma sociedade altamente vigiada, o aparato instrumental presente em todos os ambientes é uma placa integrada à parede, que não se pode desligar, denominada teletela que “recebia e transmitia simultaneamente” (Orwell, 2009, p. 13), ou seja, trata-se de um meio de comunicação das informações e propagandas do Partido ao mesmo tempo que vigia tudo o que acontece nos lugares públicos e privados dos funcionários do núcleo.

Os três slogans do Partido “Guerra é Paz, Liberdade é Escravidão, Ignorância é Força” compõem e reforçam o que o governo acredita. O governo de Ingsoc é distribuído e assegurado pelos ministérios, cada qual com uma função. O Ministério da Paz é responsável pela guerra, o Ministério do Amor mantém a ordem e a lei, o Ministério da Pujança é encarregado da economia. Para nosso trabalho, focaremos no Ministério da Verdade, responsável pela comunicação que inclui notícias, entretenimento, educação e cultura, composto pelos departamentos de documentação e de ficção.

O departamento de documentação é, junto com o departamento de ficção, ramo que compõe o Ministério da Verdade e, na descrição de Orwell (2009, p. 57):

não passava de um ramo do Ministério da Verdade cuja função primeira não era reconstruir o passado e sim abastecer os cidadãos da Oceânia com jornais, filmes, livros escolares, programas de televisão, peças dramáticas, romances – com todo tipo imaginável de informação, ensino ou entretenimento, de estátuas a slogans, de poemas líricos a tratados de biologia, de cartilhas de ortografia a dicionários de Novafala.

Os funcionários que trabalham neste departamento, incluindo Winston, são responsáveis por localizar e retirar de circulação todo e qualquer tipo de material que precisasse ser excluído. Além da tarefa de exclusão, outro processo que acontece é da alteração constante e “dia a dia e quase minuto a minuto o passado era atualizado” (Orwell, 2009, p. 54). O Partido publica informações com previsões sobre guerra, economia, produção etc. e quando, no futuro, não ocorre da maneira como foi dita anteriormente, o departamento de documentação muda a informação que tinha sido veiculada para ficar de acordo com os resultados obtidos.

O recorte a seguir refere-se a uma das tarefas que Winston precisava realizar naquele dia: corrigir a promessa que o Ministério da Pujança tinha feito de não praticar nenhum corte na ração de chocolate naquele ano de 1984, mas foi reduzida. A promessa, feita em fevereiro e não cumprida, transformou-se em um aviso de que haveria uma redução da ração em abril.

Os produtos que passam pela alteração são explicados no recorte a seguir:

## Recorte 1

Esse processo de **alteração** contínua valia não apenas para jornais como também para livros, periódicos, panfletos, cartazes, folhetos, filmes, trilhas sonoras, desenhos animados, fotos – enfim, para todo tipo de literatura ou documentação que pudesse **vir a ter algum significado político ou ideológico (SD-1)** (Orwell, 2009, p. 54). (grifos próprios)

Nesse excerto, temos um primeiro contato com os tipos de materiais que passam pelo processo de alteração. Para o Partido, qualquer conteúdo que não atendesse aos próprios ideais políticos deveria ser alterado a fim de transmitir um só sentido: o Grande Irmão está sempre certo. No fim das contas, os produtos feitos no Ministério da Verdade funcionam como propaganda do Partido.

Em seus estudos sobre o que está na ordem do discurso, Foucault (1996) afirma que um dos procedimentos que controla e organiza o discurso é a interdição. Esta funciona no modo de operar os discursos que circulam em Oceânia e que limita quem pode dizer algo, o que pode ser dito e o que não pode ser dito em determinadas circunstâncias. As três interdições que se cruzam – o tabu do objeto, o ritual da circunstância e o direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala –, promovem a exclusão, ou seja, algo fica de fora.

No recorte 1 (R1), a alteração torna-se processo constante na produção e circulação dos produtos feitos pelo Ministério da Verdade na busca por controlar aquilo que possa **vir a ter algum significado político ou ideológico**. Aqui, consideramos que a informação, retomando Bucci (2019), também é um produto do sistema e não escapa às técnicas que a moldem a partir do objetivo de quem a produz.

Em seus estudos sobre as formas do silêncio, Orlandi (2007) afirma que, entre o silêncio constitutivo e o silêncio local (censura), vai-se estabelecendo sentidos. Nesse sentido, podemos dizer que há um silêncio constitutivo no R1 que parece significar que a modificação feita pelo departamento de documentação recai sobre todo tipo de produto **que pudesse vir a ter algum significado político ou ideológico – “diferente daqueles defendidos pelo Partido”**.

É importante frisar que não há discurso sem o político ou a ideologia. Quando os ministérios do Partido tentam controlar os dizeres que podem ser ditos e circulantes entre os habitantes de Ingsoc, ele não apaga o político que se materializa no simbólico ou cessa o trabalho ideológico, mas procura naturalizar os valores que guiam seu poder. Quanto mais parece natural os sentidos construídos, maior é a força ideológica atuando ali.

Ainda sobre a tarefa que lhe foi ordenada, Winston pensa que:

## Recorte 2

Ao reajustar os números do Ministério da Pujança, aquilo nem falsificação era. Tratava-se apenas de substituir um absurdo por outro. Quase todo o material com que lidavam ali era **desprovido da mais ínfima ligação com o mundo real** – faltava até o tipo de ligação contido numa mentira deslavada. **As versões originais das estatísticas não eram menos fantasiosas que suas versões retificadas.** Na maioria das vezes, Winston e seus colegas eram simplesmente obrigados a tirá-las da cartola (Orwell, 2009, p. 55). (grifos próprios)

O controle desenvolvido em *1984* se retroalimenta e aquilo que é modificado começa a perder a mais ínfima ligação com o factual. O processo de controle interdita o acesso do sujeito a outras posições possíveis, afetando diretamente na construção de sentidos outros. Ou seja, as posições que o sujeito pode assumir, no jogo de imagens, para produzir sentidos, é determinada previamente e, com o estaque de sua movimentação, o discurso (re)produzido por esse sujeito caminha para uma vontade de verdade.

A vontade de verdade, definida por Foucault (1996), constitui uma construção histórica de jogo de poder em que, pelo discurso, se estabelece determinada verdade no próprio enunciado. Sua aderência a fatores externos que poderiam lhe sustentar começam a enfraquecer. Nesse sentido, podemos dizer que a vontade de verdade age na manutenção de um sentido único, prevalecendo a tendência à paráfrase e ao controle da polissemia.

Segundo Bucci (2019, p. 94), “fatos não são princípios doutrinários, não são ortodoxias, não são digressões de raciocínio, mas eventos materiais, vividos, reais”. Sem a verdade factual, a política deixa de ser política e passa a flertar com o autoritarismo. Na leitura de *1984*, Oceânia representa o grau mais distópico de uma sociedade que já não é guiada pelos fatos, mas por informações que constroem a realidade apenas sob um ponto de vista. As implicações de uma sociedade que não se baseia na verdade factual alcançam não só áreas essenciais à civilização como educação, saúde, ciência, política, economia, mas também avançam sobre o debate público e as subjetivações.

O controle e as alterações constantes promovidas pelo Partido agem diretamente na memória e, por conseguinte, na identidade do sujeito. Para Orlandi (2007), o silenciamento, ou censura, interdita a circulação do sujeito, impossibilitando-o de ocupar posições diferentes, pois este fica proibido de ocupar um ‘lugar’ diferente daquele que lhe foi determinado.

Os processos de controle e interdição caminham para uma vontade de verdade e engendram informações, distorcidas e fraudulentas, na construção do outro. A maneira que se fala do outro pode, então, ser guiada para um determinado propósito: construir o outro como inimigo. Em *1984*, um dos acontecimentos que marcam a narrativa é a Semana do ódio. Construída como um evento, há todo um preparo para esse acontecimento:

## Recorte 3

Os preparativos para a Semana do Ódio iam de vento em popa, e os funcionários de todos os ministérios trabalhavam além do horário. Desfiles, reuniões, paradas militares, conferências, exposições de personagens de cera, exibições de filmes, programas de teletela – era preciso organizar tudo; era preciso construir estandes e imagens, criar slogans, compor músicas, **fazer circular boatos, forjar fotografias**. A seção de Julia no Departamento de Ficção fora desligada da produção de romances e estava criando em regime de urgência uma série de panfletos sobre atrocidades. Winston, além de fazer seu trabalho regulamentar, passava longos períodos, todos os dias, verificando arquivos antigos do *Times* e alterando e embelezando trechos de notícias que depois seriam citadas nos discursos (Orwell, 2009, pp. 177-178). (grifos próprios)

O discurso só pode ser produzido a partir da posição que o sujeito assume para dizer e os sentidos são construídos com base nessa posição. Dito de outra forma, os sentidos significam a partir da posição que o sujeito ocupa para dizer. Essas posições derivam de um jogo de imagens resultante da projeção das formações imaginárias postas em contato.

No discurso, o sujeito constrói a imagem de si e a imagem do outro e o imaginário que ancora os sentidos já é uma construção sócio-histórica e ideológica. A imagem que se constrói do inimigo está intrinsecamente ligada ao que constitui o padrão de um determinado grupo, sociedade, nação etc. O inimigo é aquele que não se encaixa no padrão dominante.

Sendo assim, **fazer circular boatos e forjar fotografias** se justificam à medida em que colocam as formações imaginárias em disputa na tentativa de controlar o outro. Em uma concepção mais ampla, a disputa entre o que é considerado padrão e o inimigo se dá pela representação nas figuras de o Grande Irmão e Emanuel Goldstein. Assim, o Partido é representado pela imagem construída do Grande Irmão e este se apresenta como símbolo, imagem unificadora e, ao mesmo tempo, ameaçadora.

De acordo com Silva (2023), o lugar a partir do qual se diz influencia na construção do sentido e do valor sobre o que se fala. A construção do valor e sua hierarquização, o que é “bom” ou “ruim”, está intimamente ligado aos ideais do governo, e ao nosso ver, como ferramenta de controle e manipulação. Mais do que construir a imagem de si para validar e legitimar o poder que já tem, o Grande Irmão constrói e reforça a imagem do inimigo, sempre baseada na diferença e que está intimamente ligada aos valores, para contrapor e definir sua identidade. Segundo Eco,

ter um inimigo é importante não somente para definir a nossa identidade, mas também para encontrar o obstáculo em relação ao qual medir nosso sistema de valores e mostrar, no confronto, o nosso próprio valor. Portanto, quando o inimigo não existe, é preciso construí-lo” (Eco, 2021, p. 12).

Na sociedade de Oceânia, o Ódio é o momento em que passa o discurso de Emmanuel Goldstein na tela, construído como o “Inimigo do Povo” que, segundo o Partido, “passou a organizar atividades contrarrevolucionárias”. A descrição de seu discurso no momento do Ódio pode ser observada a seguir:

#### Recorte 4

Pouco depois de um guincho pavoroso, estridente, como o som produzido por alguma máquina monstruosa, girando sem lubrificação, escapou da vasta teletela posicionada no fundo da sala. Era um barulho que mexia com os nervos da pessoa e arrepiada os cabelos da nuca. O Ódio havia começado. Como de costume, o rosto de Emmanuel Goldstein, o Inimigo do Povo, surgira na tela. [...] Goldstein era o renegado e apóstata que um dia, muito tempo antes (quanto tempo, exatamente, era coisa de que ninguém se lembrava), fora uma das figuras destacadas do Partido, quase tão importante quanto o próprio Grande Irmão, e que depois se entregara a atividades contrarrevolucionárias, fora condenado à morte e em seguida fugira misteriosamente e sumira do mapa. [...] Goldstein atacava o Grande Irmão, denunciava a ditadura do Partido, exigia a imediata celebração da paz com a Eurásia, defendia a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, a liberdade de reunião, a liberdade de pensamento, gritava histericamente que a revolução fora traída [...] (Orwell, 2009, pp. 22-23).

A imagem que vai sendo construída do outro como inimigo causa sensações em quem assiste e depois de algum tempo não era necessário mais fingir que sentia alguma coisa porque “um êxtase horrendo de medo e sentimento de vingança, um desejo de matar, de torturar, de afundar rostos com uma marreta, parecia circular pela plateia inteira como uma corrente elétrica” (Orwell, 2009, p. 25). A emoção despertada pelos Dois Minutos de Ódio era abstrata e sem direção definida, que podia ser transferida ora para um, ora para outro.

Quando o Ódio chega ao ápice, a figura de Goldstein desaparece e, em seu lugar, aparece o rosto do Grande Irmão, dizendo algo que ninguém ouvia, mas eram palavras que impossíveis de serem entendidas isoladamente, ali passavam o sentido de estímulo e ânimo à população. Ao fim, sua imagem se esvanece e os três slogans do governo ocupam a teletela. A forma como é montada dá a impressão de que a imagem do Grande Irmão demora a sumir completamente. Uma das mulheres na plateia parece dizer “Meu Salvador”! numa forma de oração.

Esse momento do Ódio é o primeiro que acontece logo no início da narrativa. Já mais para o meio da história, temos o segundo contato com os preparativos e os eventos que acontecem na Semana do Ódio. Nesse segundo acontecimento:

#### Recorte 5

Um novo pôster surgira de repente nas ruas de Londres. Não tinha dizeres e mostrava simplesmente a **figura monstruosa** de um soldado eurasiático de três ou quatro metros de altura, avançando com um rosto mongólico desprovido de expressão, botas imensas, apontando uma metralhadora que apoiava no quadril. [...] Os proletas normalmente apáticos no que dizia respeito à guerra, **estavam sendo**

**incitados a entrar em um de seus surtos periódicos de patriotismo.** [...] Houve novas demonstrações de ira, a imagem de Goldstein foi queimada, centenas de cópias de pôster do soldado eurasiiano foram arrancadas e jogadas nas fogueiras e diversas lojas foram saqueadas no decorrer do tumulto (Orwell, 2009, p. 179). (grifos próprios)

Em 1984, há uma oscilação (construída) constante das nações que ora estão em guerra, ora são aliadas de Ingsoc. Enquanto os funcionários do ministério estavam em preparação para a semana do ódio, a Eurásia era a nação inimiga do Partido. Dessa forma, a imagem que estampa os cartazes é de um suposto soldado eurasiiano. Para descrevê-lo, é utilizada a expressão **figura monstruosa**, que no nosso imaginário retoma a memória das personagens fictícias como algo feio, ruim e que representa um perigo. Normalmente, retratado como vilão, o monstro não é digno de empatia e precisa ser afastado, excluído e, no extremo, aniquilado.

A maneira como é construída a imagem do inimigo na narrativa distópica em questão estimula o estado passional dos habitantes de Ingsoc. Como descrito por Orwell, os proletas, comumente indiferentes à guerra, **estavam sendo incitados a entrar em um de seus surtos periódicos de patriotismo**. Seja no momento dos preparativos que antecedem a Semana do Ódio, seja no decorrer do próprio acontecimento, as estratégias utilizadas, desde os boatos e as informações fraudulentas até a criação de slogans e imagens **monstruosas**, levam a uma excitação causada pelo estímulo audiovisual. O sujeito, ao ter os sentidos entorpecidos pela torrente de estímulos, agarra-se àquilo que, de alguma forma, parece lhe dar uma completude e que seria capaz de preencher o vazio produzido pelo próprio estímulo. No cenário da distopia, a ira, o ódio e a violência são os estímulos que o sujeito se agarra na tentativa de se sentir e não se perder na fantasmagórica sensação do intangível.

Aqui, o sensacional é o que dá sentido ao sujeito entorpecido e o estado passional é dirigido a um inimigo em comum. O inimigo é aquele construído em oposição à figura do Grande Irmão. Este, materializado como o salvador e envolto de uma carga mística, se constrói como o único que pode trazer paz à Oceânia. Mas, lembrando que um dos lemas é “Guerra é paz”, no contexto da obra, podemos dizer que o oposto também funciona: paz é guerra. Por isso, a maneira que se encontra de estabelecer um determinado sentido de paz (paz para o Partido, paz para quem concorda com o Partido) é exatamente tornar a instabilidade da guerra uma constante e, para isso, se faz necessária a criação permanente do inimigo a ser combatido.

Uma das formas de construir a imagem do outro é a partir da propaganda que, segundo Pêcheux (2015, pp. 73-74), “é, pelo menos desde Napoleão, um negócio estratégico, um elemento indispensável no prosseguimento das operações militares contra o inimigo exterior” e que “se faz com imagens e palavras, sentimentos, ideias e gestos”. Concebida dessa maneira,

a propaganda torna-se uma espécie de ferramenta entre aqueles que querem propagar seus ideais e pontos de vista.

Tanto os processos de controle e de interdição que sustentam o funcionamento do Ministério da Verdade, quanto a construção do outro como inimigo, tornam-se estratégias que amparam a produção e circulação contínua da propaganda como instrumento de poder. Tais estratégias são mobilizadas no esforço pela contenção de sentidos.

Por isso, dizemos que essa estratégia se configura no funcionamento do discurso autoritário. O discurso autoritário não pode ser definido só pelo uso ou não de imperativo, por exemplo, mas pela forma como constrói sentidos a partir de uma determinada condição de produção e as formações imaginárias em disputa. No contexto da obra, a condição de produção é da instabilidade de uma guerra contínua e os aliados do Partido, no mesmo instante, passam a ser os inimigos a serem combatidos. Nesse cenário, os sentidos são construídos a partir da ideologia dominante, ou seja, da ideologia que perpetua os valores do Partido, assim como da instabilidade como modo de vida. Pelos processos de controle e interdição que sustentam a propaganda do governo, vai-se estabelecendo o desejo do Partido entre os habitantes de Oceânia.

Sem ligação com os fatos, as informações distorcidas e os produtos criados servem como acessórios que mantêm a conservação do poder pelo poder. É assim que O'Brien, funcionário do Núcleo do Partido, define a sociedade de Oceânia:

#### Recorte 6

Um mundo de medo e traição e tormento, um mundo em que um pisoteia o outro, um mundo que se torna *mais* e não menos cruel à medida que evolui. **O progresso, no nosso mundo, será o progresso da dor.** As velhas civilizações diziam basear-se no amor ou na justiça. **A nossa se baseia no ódio.** No nosso mundo as únicas emoções serão **o medo, a ira, o triunfo e a autocomiseração.** Tudo o mais será destruído – tudo. [...] **A única lealdade será para com o Partido. O único amor será o amor ao Grande Irmão. O único riso será o do triunfo sobre o inimigo derrotado.** Não haverá arte, nem literatura, nem ciência. Quando formos onipotentes, já não precisaremos da ciência (Orwell, 2009, pp. 311-312). (grifos próprios)

O discurso autoritário marca a sua vontade de poder. Ser exclusivo necessariamente exclui outras maneiras de ser, pensar e agir. Uma das características do discurso autoritário é a relação assimétrica entre os sujeitos em que há uma hierarquia na construção da verdade e sua construção é imposta. No R6, O'Brien relembra Winston que só há uma lealdade, um amor e um riso: ao Partido, ao Grande Irmão, ao derrotar o inimigo, respectivamente. A repetição do adjetivo **único** três vezes seguidas é significativa e reforça a manutenção a fim de um sentido uno, homogêneo e superior durante toda a narrativa.

A verdade construída pelo Partido é desgarrada da realidade e torna-se instrumento de propagação de imagens e sentimentos. Quando O'Brien diz que, no futuro, ao serem onipotentes, não haverá mais **arte, nem literatura, nem ciência**, percebemos como a verdade que o discurso autoritário procura estabelecer e difundir não precisa basear-se em fatos. Segundo Bucci (2019, p. 114), “um pensamento que é único por sufocar divergências não é pensamento, mas doutrina dogmática que não pensa”. Assim, o que resta é uma profusão de emoções como **o medo, a ira, o triunfo e a autocomiseração**. A sociedade de Oceânia não mais será guiada pela razão, mas pelo **ódio** e o progresso será o **progresso da dor**.

O poder distópico age para que a memória social seja apagada e/ou modificada, o que afeta a identidade e as formas de subjetivação de um povo. Cabe retomar aqui um dos equipamentos que serve para apagar materiais que não serviam mais, os buracos de memória.

Quando a pessoa sabia que determinado documento precisava ser destruído, ou mesmo quando topava com um pedaço qualquer de papel usado, levantava automaticamente a tampa do buraco da memória mais próximo e o jogava ali dentro, e então o papel ia torvelinhando numa corrente de ar quente até cair numa das fornalhas descomunais que permaneciam ocultas nos recessos do edifício (Orwell, 2009, pp. 51-52).

Esses buracos se espalhavam aos milhares, “ou dezenas de milhares”, por todo o edifício no Ministério da Verdade. Aqui o buraco de memória pode ser entendido de duas formas, concomitantemente, tanto como equipamento que apaga registros (memórias) que poderiam provar algo contraditório do governo, quanto também pelos processos de controle e interdição que causa, provocando buracos na memória social. Em relação a esse último, esses “buracos de memória” nos sujeitos passam a ser preenchidos por outras, criadas sob medida para ocupar os imaginários esvaziados. Talvez uma das frases mais famosas de *1984*, “quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado” (Orwell, 2009, p. 47), torna-se mais assustadora quando pensamos quais são as memórias que estão sendo apagadas e quais outras - construídas/modificadas - vão ocupar seu lugar.

O espaço distópico, na narrativa desta obra, renega a arte, a literatura, a ciência. O que prevalece é o estado passional do sujeito, minando a reflexão e o diálogo, elementos imprescindíveis a sociedades que queiram assegurar e proteger os ideais democráticos. Nesse sentido, o sujeito é esvaziado de sua historicidade, da memória coletiva e o que prevalece são os sentidos causados pelo discurso autoritário.

Segundo Althusser (1985, p. 85), a “Ideologia é uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”. Assim, a ideologia sustenta

o imaginário e, a partir disso, constroem-se sentidos. Ao ter-se um sujeito esvaziado de sua história e dos sentidos outros que poderiam ser construídos, a ideologia não deixa de existir, mas, por meio da construção dos valores da ideologia dominante, certos imaginários irão ocupar esse esvaziamento do sujeito. Em *1984*, os sujeitos, barrados da verdade factual e da historicidade, passam a ser preenchidos por imaginários de negacionismo e conformismo aos ideais do Partido.

O discurso autoritário, em *1984*, se sustenta pelos processos de controle e interdição e, a partir desses processos, notícias são forjadas, boatos são criados, inimigos e aliados nascem e morrem na mesma velocidade. Essa estratégia do governo é o que sustenta a enxurrada de propaganda criada, modificada e posta em circulação seja nos discursos em espaço público, seja pela transmissão ininterrupta da teletela. De uma ou de outra forma o que se tem é o uso da técnica como manutenção do poder. A técnica se converte em dominação e, a partir de escolhas linguístico-discursivas, de omissões e chamamento de atenção, a estratégia de convencimento é utilizada para que a população não seja capaz de questionar o sistema.

Podemos dizer que o Ministério da Verdade é responsável pela construção, manutenção e circulação da propaganda tanto pelos processos de controle e de interdição, feitas pelos departamentos de documentação e de ficção, quanto pela construção do inimigo, especificamente, nos acontecimentos da semana do ódio.

Já apontada nos estudos de Adorno e Horkheimer (1985), a propaganda passa a ser também um produto da indústria cultural capaz de difundir os valores da ideologia dominante. Em trabalhos mais recentes, como de Türcke (2010), a propaganda ganha uma dimensão de, ao penetrar em domínios que antes lhe eram barrados, passa a reger as interações sociais. Portanto, ao apontarmos os processos de controle e interdição, juntamente à construção do inimigo na distopia, como estratégias que se retroalimentam na propaganda, chamamos a atenção para uma certa configuração do discurso autoritário: produto que circula na tentativa de estabelecer e manter certo poder e valores vigentes.

A distopia, que traz a desfamiliarização como característica (Booker, 1994), pode nos trazer um novo olhar sobre relações e acontecimentos da realidade. A narrativa distópica, ao construir um cenário sem lugar e tempo determinados, é uma forma artística que possibilita pensar as práticas sociais e discursivas de determinada sociedade e/ou grupo, funcionando como crítica social e desautomatização de sentidos. Nesse sentido, no tópico seguinte, analisamos o discurso da extrema-direita brasileira entre 2019 e 2022 e, em seguida, estabelecemos aproximações entre ficção e realidade.

## 6.2 Análise do discurso da extrema-direita brasileira

Jair Messias Bolsonaro foi presidente do Brasil entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022. Desde sua campanha à eleição em 2018 até a campanha de reeleição em 2022, o discurso do ex-presidente, de ministros do seu governo e apoiadores, foi marcado por notícias fraudulentas, desinformação, revisionismo histórico e, principalmente, a construção constante de um inimigo a ser combatido.

Como analisado por Miguel (2018), as novas direitas do Brasil têm suas semelhanças e diferenças. A extrema-direita brasileira se constitui a partir dos elos entre libertarianismo, fundamentalismo religioso e a reciclagem do antigo anticomunismo. E é identificando o bolsonarismo como grupo de extrema-direita que iremos discutir suas características e estratégias de discurso.

Os próximos recortes são constituídos a partir de discursos proferidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, além de cartazes de apoiadores de seu governo. O recorte a seguir faz parte do primeiro discurso que Jair Bolsonaro fez ao receber a faixa, dirigindo-se à nação, em janeiro de 2019.

### Recorte 7

Amigas e amigos de todo o Brasil, é com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como presidente do Brasil. E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como **o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto (SD-1)**. As eleições deram voz a quem não era ouvido. E a voz das ruas e das urnas foi muito clara. E eu estou aqui para responder e, mais uma vez, me comprometer com esse desejo de mudança. Também estou aqui para renovar nossas esperanças e lembrar que, se trabalharmos juntos, essa mudança será possível.

[...] Graças a vocês, conseguimos montar um governo sem conchavos ou acertos políticos, formamos um time de ministros técnicos e capazes para transformar nosso Brasil. Mas ainda há muitos desafios pela frente. **Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerce da nossa sociedade (SD-2)**.

[...] E convido a todos para iniciarmos um movimento nesse sentido. Podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos, **reestabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil (SD-3)**.

[...] **Temos o grande desafio de enfrentar os efeitos da crise econômica, do desemprego recorde, da ideologização de nossas crianças, do desvirtuamento dos direitos humanos, e da desconstrução da família (SD-4)**. Vamos propor e implementar as reformas necessárias. Vamos ampliar infraestruturas, desburocratizar, simplificar, tirar a desconfiança e o peso do Governo sobre quem trabalha e quem produz.

[...] Vamos em busca de um novo tempo para o Brasil e os brasileiros! Por muito tempo, o país foi governado atendendo a interesses partidários que não o dos brasileiros. **Vamos reestabelecer a ordem neste país (SD-5)**. Sabemos do tamanho da nossa responsabilidade e dos desafios que vamos enfrentar. Mas sabemos aonde queremos chegar e do potencial que o nosso Brasil tem. Por isso vamos

dia e noite perseguir o objetivo de tornar o nosso país um lugar próspero e seguro para os nossos cidadãos e uma das maiores nações do planeta.

Podem contar com toda a minha dedicação para construir o Brasil dos nossos sonhos. **Agradeço a Deus por estar vivo e a vocês que oraram por mim e por minha saúde nos momentos mais difíceis (SD-6).** Peço ao bom Deus que nos dê sabedoria para conduzir a nação. Que Deus abençoe esta grande nação. Brasil acima de tudo, Deus acima de todos. (grifos próprios)

Fonte: site UOL Notícias

Nas sequências discursivas 1, 2 e 4, na visão de Bolsonaro, o Brasil viveu e vive sob ideologias que aprisionavam o povo, como quando diz que **(SD-1) o povo começou a se libertar do socialismo**. Em seu modo de dizer, o país vivia em um regime de esquerda que não é bom aos brasileiros. Ao utilizar do argumento do anticomunismo, Bolsonaro e aliados procuram constantemente construir um cenário de medo e instabilidade, colocando comunismo/socialismo como sinônimo de ditadura.

A esquerda é construída como aquilo que se deve combater, pois **(SD-1 e SD-2) inverte e destrói valores, tradições e as famílias, alicerce da nossa sociedade**. A posição que o sujeito assume para dizer e a formação discursiva em que se inscreve o seu dizer trará certos sentidos e não outros às palavras. Com isso, o sujeito Bolsonaro, como presidente, cristão conservador, liberal, ao remeter seu discurso “aos valores” está se referindo a valores que se encaixam nesse imaginário, ou seja, valores associados à luta do bem contra o mal, à família tradicional heteronormativa, esta apontada como sendo o núcleo da sociedade.

O que se estabelece nesse jogo de formações imaginárias é que, de um lado, a direita representa os valores bons (cristãos), a tradição (conservadora) e a força da família (heteronormativa). Do outro, a esquerda representa os valores ruins, a destruição da tradição e da família tradicional. Podemos dizer que os valores cristãos se constituem a partir de um imaginário instituído pela família heteronormativa em que a identidade cristã se sobrepõe a uma identidade que pode ser construída. Assim posto, os valores cristãos são reduzidos a uma questão de sexualidade e, por isso, a “ideologia de gênero” é uma questão que incomoda. A expressão “ideologia de gênero”, tal qual preconizada pela extrema direita brasileira consiste em uma opinião fundamentada em valores conservadores e patriarcais que procura colocar o feminino em um papel específico, com uma identidade pronta e acabada sem a possibilidade de (des)construção da representação social imposta às mulheres.

Ainda na contraposição entre valores, Bolsonaro afirma que ele e o povo vão **(SD-3) reestabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil**. Para reestabelecer alguma coisa é porque o que está estabelecido precisa mudar, pois, de alguma maneira, não está de acordo com certo preceito. Lembrando que o ex-presidente sempre enfatizava o cristianismo,

é preciso remeter *padrões éticos e morais* à formação discursiva religiosa cristã de cunho conservador. Como posição maior que representa uma nação no contexto de uma democracia, a figura do presidente e suas ações deveriam ser conduzidas por uma conduta ética e moral, sendo que o que está em jogo é a coisa pública. Mas, o que vimos durante os quatro anos de governo foram atitudes marcadas pelo falso moralismo, como podemos perceber nas contradições existentes entre o que Bolsonaro diz ser (cristão), o que reproduz em seu discurso e os efeitos de sentido produzidos, como já apontadas na análise e que são mais aprofundadas adiante.

Nesse mesmo sentido, na **SD-5: vamos reestabelecer a ordem neste país**, pressupõe-se que o país viva numa desordem e balbúrdia, como o ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, referiu-se às universidades públicas.<sup>28</sup> A ordem, aqui construída, é a de atacar o outro que não assume os mesmos valores que os de si. Essa constante construção de que é preciso reestabelecer alguma coisa – a ordem, os padrões éticos e morais, a tradição etc. – passam a jogar com a constituição dos imaginários que, pelo sentido que traz a palavra “reestabelecer” neste contexto, estabelece-se o imaginário de “esquerda é do mal” e “direita é do bem”.

Em relação às formações imaginárias, Orlandi (2015) afirma que um dos mecanismos que se coloca neste embate é o de antecipação. Antecipando-se ao que o sujeito que “ouve” pode pensar/dizer, o sujeito que diz constrói seu discurso “de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte” (Orlandi, 2015, p. 37). Nesse sentido, podemos dizer que a maneira que o ex-presidente produz seu discurso institui uma luta constante, produzindo efeitos de sentido de medo. Porém, do caos que busca criar e do medo gerado, Bolsonaro antecipa-se ao mostrar possíveis soluções (simplistas) como “reestabelecer a ordem, os padrões éticos e morais”, ainda que isso não tenha concretude efetiva.

Para finalizar seu discurso de posse, Bolsonaro agradece a Deus por estar vivo e aos eleitores pela sua saúde nos momentos mais difíceis (**SD-6**). O acontecimento do esfaqueamento do ex-presidente ocorrido em Juiz de Fora (2018) ganhou diversas narrativas na polarização política e até então é recolocado em cena. No contexto desse primeiro discurso, ao rememorar o acontecimento, o sentido produzido é de que, salvo por Deus e pelas orações de seus apoiadores, Bolsonaro ocupa um lugar de escolhido de Deus para cumprir uma missão aqui.

---

<sup>28</sup>Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/abraham-weintraub-diz-que-universidades-federais-tem-cracolandia/> Acesso em 20/04/2024.

O discurso de posse do ex-presidente emerge em uma conjuntura instável e caótica que marcou tanto sua campanha quanto as eleições presidenciais. Pêcheux (2014b) afirma que o discurso surge sempre a partir de condições de produção dadas e é preciso remeter o discurso às relações de sentido em que se inscreve. Assim sendo, ao remeter o discurso de posse de Bolsonaro a essas condições de produção, parece significar como uma construção de resposta a quem o ataca, uma solução à instabilidade que assombra a nação brasileira e o reforço da imagem de si de maneira positiva, sendo o ex-presidente aquele capaz de salvar a população.

Se olharmos as sequências discursivas analisadas anteriormente, sua missão aponta para o restabelecimento da ordem, dos padrões éticos e morais, da tradição e visa assegurar a família tradicional que, na visão bolsonarista está ameaçada. Trazendo a construção em volta de sua figura como “mito” e valendo-se de seu sobrenome, Messias, o imaginário que passa a circular é que ele representa o salvador da Pátria, que, ancorando-se no discurso religioso, carrega a verdade que libertará o seu povo.

A verdade e os imaginários que passam a ser construídos é de uma certa concepção de verdade. Como os imaginários passam a se guiar por esta verdade, a pluralidade de ideias não parece ser a melhor alternativa já que pode contestar esta verdade. Nesse sentido, o recorte 8, a seguir, refere-se ao que o ex-presidente diz sobre o ministro da educação, Abraham Weintraub, no dia de sua posse. Segundo Bolsonaro,

#### Recorte 8

O que a gente quer é que [o ministro] faça dos nossos jovens, filhos e netos melhores do que seus pais e avós. É isso o que eu espero e toda a sociedade brasileira espera do Abraham. [...] **Nós queremos uma garotada que comece a não se interessar por política (SD-7)** como é atualmente nas escolas, mas **aprender coisas que quem sabe possa levá-la ao espaço no futuro (SD-8)**. (grifos próprios)

Fonte: site UOL Notícias

Na visão do ex-presidente, as escolas ocupam-se em ensinar política aos estudantes, tirando a atenção de coisas que, para ele, **possa(m) levá-la(los) ao espaço no futuro**. Seu dizer “**Nós queremos uma garotada que comece a não se interessar por política**” (SD-7) nos leva a interpretar que se interessar por política não é bom. O que garante o futuro desses estudantes, na visão dos bolsonaristas, não é debater sobre política, mas outras coisas que não sejam deste campo.

Uma das características do discurso de traços autoritários é a relação assimétrica entre sujeitos, ou seja, o objeto de que trata o discurso é autorreferente e a verdade é imposta. Que melhor maneira de impor algo a não ser barrar a própria possibilidade de debate sobre o objeto

em questão? Em nossa constituição histórica, recuperamos a força e a destruição que a censura engendrou e do controle ocorrido durante a ditadura civil-militar brasileira. Uma das formas do silêncio trabalhada por Orlandi (2007) é o silenciamento, que se divide em silêncio constitutivo e silêncio local (censura). Os valores não condizentes com o governo ditatorial foram silenciados, ou seja, censurados. O autoritarismo se utiliza do poder instituído para impor a censura.

A memória, segundo Pêcheux (1999), é um espaço retomado a partir de divisões, deslocamentos e conflitos. Portanto, a maneira que se resgata e atualiza essa memória produz certos efeitos de sentido. A memória não trabalhada da ditadura brasileira está atuando nos sentidos que são construídos e circulam no contexto de produção estrito. A interdição, assim, não acontece somente quando há censura explícita, mas também ao constituir dizeres que negam a possibilidade do debate plural e que, na perspectiva de determinados sujeitos, é ponto irrelevante de ser discutido.

Aqui podemos perceber um dos elementos que compõem o bolsonarismo definido por Rocha (2023), que diz respeito à guerra cultural. Em uma construção de narrativa que não se baseia em fatos, cria-se um universo paralelo em que as escolas não cumprem a função de ensinar conteúdos que deveriam ser ensinados, isso a partir de uma concepção restrita e acrítica da educação. Nessa guerra cultural, a escola seria uma das inimigas do cidadão de bem que defende “Deus, pátria e família”.

Cabe ressaltar que os sentidos de “Deus”, “pátria” e “família” são restritos a uma concepção de Deus que só pode ser Deus do cristianismo e a família só pode ser constituída por um homem, uma mulher e os filhos(as). Assim, a ideia de reestabelecer a ordem e os padrões éticos e morais presentes em seu primeiro discurso como presidente se faz recorrente em outros dizeres proferidos durante sua gestão. Desenvolvido em trabalho anterior (Assis; Silva, 2023), o lema utilizado por Bolsonaro retoma o slogan do movimento fascista “Ação Integralista Brasileira” (AIB), da década de 1930 e

É importante ressaltar que a Ação Integralista Brasileira surge como um grupo liderado por Plínio Salgado, e tem como um dos documentos que marcam a fundação do partido o manifesto de 7 de outubro de 1932, também conhecido como Manifesto Doutrinário de 32. Foi um período na história brasileira de muita instabilidade política e social, em que as ideias do fascismo europeu se alastraram pelo Brasil (Assis; Silva, 2023, p. 361).

A memória discursiva, ou interdiscurso, é o já-dito que atua na constituição de sentidos e sujeitos (Orlandi, 2015). Recuperar o interdiscurso que constitui o discurso possibilita a compreensão dos efeitos de sentido. Na análise que estamos fazendo, resgatarmos a memória da AIB e suas características aponta a contradição do sujeito que diz defender “a liberdade e a democracia”, mas utiliza-se de dizeres do movimento fascista em sua argumentação.

Ressaltando o aspecto e a força da guerra cultural promovida no governo bolsonarista, os próximos três recortes foram constituídos a partir de trechos do discurso de lançamento da campanha de Bolsonaro à reeleição ocorrida em 2022 na convenção do PL (Partido Liberal). Para fins de organização das análises sobre elementos da guerra cultural bolsonarista, os recortes serão divididos em: imagem de si, objeto de que se fala e imagem do outro.

#### Recorte 9 – IMAGEM DE SI

Obrigado meu Deus pela **minha 2ª vida** e pela **missão** de ser presidente dessa nação. Todos os dias, quando me levanto, eu tenho quase que uma rotina. E, nessa passagem, eu **dobro meus joelhos**, rezo um pai nosso e **peço a Deus que esse povo brasileiro nunca experimente as dores do comunismo**. Peço também a Ele mais que sabedoria –peço força para resistir e coragem para decidir. **Estou sendo atendido (SD-9)**.

[...] Me dirigi a uns 400 cadetes que esperavam a hora de entrar para serem declarados a aspirante oficial. Está no YouTube. **Falei até sobre morte, o que poderia acontecer (SD-10)**. Comecei a andar pelo Brasil. Aos poucos, as pessoas foram acreditando em mim.

[...] **Sobrevivemos a um atentado. Deus me salvou (SD-11)**. Nos elegemos presidente. Não existe melhor técnico de um time de futebol se o pessoal não entrar em campo com o espírito do técnico.

[...] **A verdade liberta**. Hoje vocês sabem quem está ao lado de vocês. Costumam dizer: “hoje nós temos um presidente que acredita em Deus, que respeita seus militares e policiais, que defende a família e deve lealdade ao seu povo. Tenham pena da minha segurança. Estou no meio do povo. Já falei para ninguém me advertir mais: **vou continuar no meio do povo aconteça o que acontecer (SD-12)**”.

[...] Nós militares juramos dar a vida pela pátria. Todos vocês aqui juraram dar a vida pela sua liberdade. Repitam aí: “eu juro dar a vida pela minha liberdade”. Mais uma vez. Esse, Braga Netto, é o nosso exército. **É o exército do povo. É o exército que está do nosso lado (SD-13)**. É o exército que não admite corrupção, não admite fraude. Esse é o exército que quer transparência, que quer respeito. Quer não, merece e vai ter. Esse é o exército que nos orgulha. É o exército de 210 milhões de pessoas.

[...] Dizer a vocês, como a minha esposa a pouco disse, não ficou fácil a nossa vida. **Mas uma coisa me conforta: é não ver sentado naquela minha cadeira um comunista (SD-14)**. Para mim, seria muito, mas muito mais fácil estar do outro lado, mas eu não dormiria em paz.

[...] Eu quero concluir com um estrato de uma outra passagem bíblica, já que todos nós teremos um ponto final um dia. Diz: “**nada temeis, nem mesmo a morte, a não ser a morte eterna**” (SD-15). Brasil acima de tudo, Deus acima de todos. (grifos próprios)

Fonte: site Poder 360

Desde sua campanha à eleição em 2018, o ex-presidente recorre às características do discurso religioso para construir seu discurso e se construir como um presidente legitimado por Deus e pelo povo. Assim como no primeiro discurso feito, até então, como presidente da

República, Bolsonaro recorre, mais uma vez, à memória do acontecimento de 2018. Ao agradecer a Deus pela **2ª vida e missão (SD-9)**, o imaginário que se constrói é de, na visão cristã, um homem escolhido por Deus.

Ainda na **SD-9**, ele narra seu hábito de **dobrar os joelhos**, momento em que reza e pede a Deus que **esse povo brasileiro nunca experimente as dores do comunismo**, e finaliza dizendo que está sendo **atendido**. Nessa sequência narrativa, temos a descrição da cena de um ato de fé (dobrar os joelhos), o pedido que se faz para se livrar de algo ruim (que [...] o povo brasileiro nunca experimente as dores do comunismo) e a conclusão de que o que ele pede é atendido. Na lógica sequencial construída, o imaginário que se articula é, nessa visão, de um homem “cidadão de bem”, de fé e que, por ser atendido, o legitimaria como um representante de Deus em sua **missão** de conduzir o povo.

Quando passamos às sequências **SD-10** e **SD-11**, Bolsonaro diz, lembrando momentos antes da eleição, **da morte, o que poderia acontecer e que sobreviveu a um ataque e Deus o salvou**. A narrativa, assim construída, estabelece sentidos possíveis de: ele sabia que a morte era uma possibilidade e, mesmo assim, enfrentou sua missão. Podemos até traçar um paralelo entre sua missão e a não fuga à luta com o trecho do hino nacional “verás que um filho teu não foge à luta”, que insere elementos de patriotismo a sua representação simbólica. Nesse sentido, saber que a morte poderia acontecer e sobreviver ao ataque salvo por Deus reforça a imagem que vem sendo construída sobre ele e, portanto, produz efeitos de sentido que legitimam a sua permanência no posto de presidente da república.

O efeito de sentido aqui construído é de Bolsonaro como portador da verdade, o que ele ainda afirma em **SD-12: a verdade liberta**. A imagem que o sujeito constrói de si busca angariar o apoio irrestrito das massas. Quando ele se constrói como o escolhido de Deus e diz que a verdade liberta, busca legitimar a verdade que ele tem a passar, já que o que ele pede a Deus é atendido, ou seja, supõe-se que ele tem uma conexão direta com Deus que os outros não têm. Novamente, ele traz a sua segurança, que parece estar em risco, e afirma que vai **continuar no meio do povo aconteça o que acontecer (SD-12)**. Assim, enquanto ele cria uma imagem de si de salvador da pátria, ele também engendra sentidos de instabilidade e incertezas, incluindo a possibilidade de morte em “**nada temeis, nem mesmo a morte, a não ser a morte eterna**” (**SD-15**) que ele precisa enfrentar.

Os sujeitos simpatizantes ao seu governo consideram-se parte da missão e são reconhecidos como o **exército do povo**. Ele ainda diz que o povo é o seu exército e está do lado dele (**SD-13**), e é esse exército que o ajudará na missão de combater o comunismo, pois o que conforta o ex-presidente é não ver um comunista sentado em sua cadeira (**SD-14**). O “Messias”

não só é aquele que porta a verdade e enfrenta todos os males em seu caminho em prol de algo maior, como também conta com a força de seu exército para que a missão se cumpra. E pela narrativa que busca elementos do discurso religioso – o escolhido de Deus, a verdade, a missão a ser cumprida, os males a serem combatidos, o exército conduzido por esse líder ungido, e a morte como possibilidade – vão dando validação, aos olhos dos apoiadores, às atitudes e medidas que o ex-presidente, no exercício de seu cargo, precisasse tomar.

Podemos dizer que, pela narrativa que foi construída pelo discurso da extrema-direita brasileira, uma das suas missões a cumprir é a manutenção e a garantia de certo objeto de que se fala, mesmo que seja preciso dar a vida por isso. No recorte seguinte, observamos como se constrói e quem pode usufruir deste objeto em disputa segundo o discurso da extrema-direita brasileira.

#### RECORTE 10 – OBJETO DE QUE SE FALA

Quando se fala em poder de povo, alguém acha que o povo cubano ou venezuelano não querem a liberdade? **Querem a liberdade. Tem? Não.** Mas porque chegaram a esse ponto? **Escolhas erradas. Somos escravos das nossas decisões (SD-16).**

[...] 2020 e 2021, pandemia. Lamentamos todas as mortes. Fizemos o possível. A condução do combate ao covid, por decisão judicial, passou de ser de governadores e prefeitos. Alguns conduziram muito bem, outros nem tanto. **Esses nem tanto fizeram com que vocês experimentassem um pouquinho o que é ditadura (SD-17)**, “fica em casa”, mandando a sua força policial prender surfista, prender mulheres em praça pública, prender pequenos comerciantes que tinham botado seu carrinho em um[a] esquina porque ele precisava alimentar à sua família. [...] Aprendemos um pouquinho, sentimos na pele o que é uma ditadura. Mas o tempo passa, as feridas cicatrizam.

[...] Vamos para o encerramento. Eu tenho dito que **tem algo mais importante que a nossa vida: é a nossa liberdade.** Eu quero me dirigir àquele jovem de esquerda que fala que é bacana o outro lado. Esse jovem de esquerda, como quase todo o jovem, tem um telefone celular. Dizer para esse jovem de esquerda que o seu candidato prega o controle social da mídia. Diz que quer regulamentar as mídias sociais. Dizer a esse jovem que países como Coreia do Norte, Cuba, a internet só é acessada para você ver conteúdos do governo. **Você não tem liberdade. Você quer perder a sua liberdade nas mídias sociais? (SD-18)**

**A nossa imprensa quer ser controlada por esse outro governo.** Por pior que sejam algumas matérias contra a minha pessoa, eu entendo como liberdade, mesmo sendo injusta na maioria das vezes essa matéria. Pior que uma imprensa trabalhando mal é uma imprensa fechada. **Jamais defenderei o fechamento da mídia no Brasil (SD-19).**

Dizer a esse jovem –até porque é comum termos na nossa família gente que é de esquerda, em especial os mais jovens. Até porque tem um velho ditado: **quem até os 20 e não foi de esquerda, é porque não tem coração. Quem depois dos 20 continua de esquerda é porque não tem cérebro (SD-20).** (grifos próprios)

Fonte: Site Poder 360

Ao lermos com atenção o objeto que se constrói a partir deste recorte, podemos observar que há uma disputa e um esvaziamento do sentido de liberdade para ser preenchido por outro. Valendo-se do argumento de anticomunismo, países, como Venezuela e Cuba, são associados à ditadura e seu povo privado da liberdade. Esse, então, é um perigo que o povo brasileiro pode

correr caso façam **escolhas erradas (SD-16)** já que tais escolhas ruins podem escravizar. O que se coloca aqui não é um debate da complexidade que envolve os países citados, apenas, porém, o reduzem a países de esquerda, logo, países que em não há liberdade, na visão do anticomunismo bolsonarista.

Ao retomar os acontecimentos da pandemia da COVID-19, Bolsonaro compara a atitude dos governantes que optaram pelo “fique em casa” à ditadura **(SD-17)**. No auge da pandemia e das medidas de prevenção adotadas para controlar a propagação do vírus, o ex-presidente, ministros e seus eleitores difundiram notícias fraudulentas, teorias da conspiração e ataques às medidas praticadas. Na **SD-17**, Bolsonaro recupera um fato e o distorce. Essa distorção remete à ideia de *analfabetismo ideológico* citado por Rocha (2023), ou seja, ele se utiliza de um acontecimento para reduzi-lo a sua concepção política, jogando medidas de prevenção como a favor da ditadura e contra a liberdade.

Na ideologia dominante, que representa os valores do liberalismo e do capitalismo, pensar outras formas econômico-político-sociais é algo que poderia desestabilizar o sistema daqueles que mais lucram e ganham com isso. Assim, o comunismo é, recorrentemente, associado à desordem, ao caos, àquilo que precisa e deve ser combatido. Uma das formas mais eficazes de o fazerem é construindo-o como ditadura. Segundo Bolsonaro, **mais importante que a nossa vida: é a nossa liberdade (SD-18)**, e, se a mídia e a imprensa serão **controlada[s] por esse outro governo (SD-19)** isso significa, nessa concepção, que o outro lado não pode subir ao poder.

Aqui cabe ressaltar que o ex-presidente diz que jamais defenderá o fechamento de mídia no Brasil **(SD-19)**. No entanto, tanto em seu tempo de Câmara quanto de presidente, ele defendia a ditadura civil-militar brasileira. Lembremos que durante esse período da história brasileira, a imprensa, assim como quem tivesse opinião divergente ao golpe estabelecido, era perseguida, cassada e, muitas vezes, a ação acabava em tortura e morte. Um dos documentos marcantes à época foi o AI-5 que, em um de seus atos institucionais, estabeleceu a censura prévia à imprensa.

Na recuperação da historicidade, atuante na constituição dos sentidos do discurso, é que conseguimos apontar as filiações do que é dito e das contradições existentes no discurso. O sujeito que prega um certo sentido de liberdade, mas que defende causas contraditórias ao que é dito, vai indicando os traços autoritários que sustentam seu dizer. Nisso reside o que Pêcheux (2014b) diz sobre a constituição do sujeito a partir do esquecimento, ou seja, aquilo que fala antes e se constitui como o esquecimento nº 2, da ordem do inconsciente, determina a maneira como o sujeito se constrói e constrói o seu discurso.

Na **SD-20**, Bolsonaro usa da retórica do ódio e, novamente, do anticomunismo para dizer que quem **depois dos 20 continua de esquerda é porque não tem cérebro**. Na retórica do ódio, o outro é sempre reduzido àquele que precisa ser eliminado simbolicamente por insultos e palavrões. Na visão de Bolsonaro, quem continua de esquerda depois dos vinte anos é porque não pensa (não tem cérebro). A partir da desqualificação do outro, o sujeito se constrói como superior, mais inteligente, o que lhe atribuiria alguma autoridade para dizer o que quiser e a fazer o que quiser. A construção do outro como inimigo está presente no discurso que dissemina, às vezes por falas mais indiretas, e outras, de maneira mais direta, como no recorte a seguir.

#### RECORTE 11 – IMAGEM DO OUTRO

Esse mesmo cara que **defende o roubo de celular como um direito do bandido para roubar para tomar uma cerveja**. Esse mesmo cara que **fala que a guerra da Ucrânia se resolve tomando cerveja**. Esse mesmo cara que **quer legalizar o aborto no Brasil**. Esse mesmo cara que **quer legalizar as drogas no Brasil**. Será que esse cara sabe quanto sofre uma mãe quando um filho se entrega às drogas? “Será que ele sabe o sofrimento dessa mãe com essa criança no mundo das drogas? Esse mesmo cara, que **em decreto de 2019, além de querer a desconstrução da heteronormatividade, criou o que se chama ideologia de gênero**. Com isso, emboscar os nossos filhos e netos a partir dos 5 anos de idade dentro da escola, para estimulá-lo ao sexo desde essa idade. **Isso não é papel de alguém que quer o bem do seu povo**. Não teria aqui adjetivo para qualificá-lo nesse momento. Quem sabe em um debate – caso ele esteja presente. [...] Nós queremos isso para o Brasil? E olhem que a Venezuela é um país que tem as maiores reservas de petróleo do mundo. De nada vale um país rico se o povo escolhe um **bandido** para a Presidência da República. Querem dar a Presidência da República para um **cachaceiro descondenado (SD-21)**? **O que eu falo não é um ataque, é uma constatação**. Afinal, por outra passagem bíblica que eu [u]sei por muito durante a campanha, **hoje é uma realidade para todos nós: João 8:32, “E conheceis a verdade e a verdade vos libertará” (SD-22)**. [...] Obviamente, aprendi muita coisa. Algumas coisas temos que mudar para melhor. **Temos que trazer o jovem de esquerda para o nosso lado, mostrar a verdade para ele. Mostrar o que ele tem a perder com o seu candidato (SD-23)**. (grifos próprios)

Fonte: site Poder 360

No R11, o ex-presidente faz comparações do Brasil com outros países, por exemplo, a Venezuela, e, por dizeres como “O Brasil vai virar Venezuela”, esvazia o debate crítico e complexo em torno do tema. Percebemos que as comparações “Brasil vai virar x coisa, vai virar x país” são afirmações simplórias que não procuram abrir um espaço de debate, mas delimitar sentidos que propaguem a visão de quem diz. E, por isso, tornam-se dizeres em disputa que, ao serem apropriados pela extrema-direita, são usadas para gerar instabilidade e medo, barrando a possibilidade de construção do debate público.

Na **SD-21**, temos a construção da imagem do inimigo que, no discurso da extrema-direita brasileira, representa o comunismo: Lula, aqui retomado pelas caracterizações **bandido** e **cachaceiro descondenado**, construído como defensor de valores que não estão de acordo

com a visão bolsonarista. Se pensarmos naquilo que o bolsonarismo defende (bandido bom é bandido morto, armamento da população, família tradicional cristã heteronormativa), o sujeito que está sendo construído como **bandido** não tem direito de existir, de fazer valer sua posição em determinada sociedade. Negar o espaço para o outro se constituir é promover a exclusão desse sujeito.

Dando continuidade à (des)construção do outro, Bolsonaro afirma que o que ele fala **não é um ataque, é uma constatação” (SD-22)**. Mas, por que os eleitores deveriam acreditar que o que ele diz é uma constatação? Na sequência, temos a (possível) resposta. Utilizando o conectivo *afinal*, o ex-presidente liga seu dizer a uma passagem bíblica: **“E conheceis a verdade e a verdade vos libertará”**, afirmando que essa citação é **“uma realidade para todos nós”**. Ou seja, a única realidade possível é a realidade da libertação pela verdade. A verdade aqui não é ligada aos fatos, mas a **constatação** é garantida pelo divino.

A vontade de verdade, constituída historicamente, institui uma interdição a outros dizeres e sentidos possíveis que estão em disputa à verdade que busca se estabelecer discursivamente. Na **SD-22**, a legitimidade bíblica é trazida para interditar o discurso outro, impondo uma verdade por meio do discurso religioso.

O ser que justifica sua ação e fala é Deus, e o que é dito por Ele não é passível de ser questionado. Ainda assim, em um Estado que se diz laico, o ex-presidente aplica a conduta do cristianismo como uma realidade a todos(as). Nesse sentido, é necessário questionar quem é o “nós” da afirmação do Bolsonaro. É toda a população brasileira ou os simpatizantes ao seu governo? Se a realidade se aplicar apenas ao seu eleitorado, temos aí a construção de uma diferenciação entre nós x eles. Nessa contraposição, busca-se colocar a realidade do “nós” como superior ou até como a única possível à realidade do outro.

Nesse jogo discursivo, a representação social do outro é desconstruída, dando lugar a uma construção positiva de si. O outro representa o perigo, aquele que está contra a moral e os bons costumes, alguém que deve ser temido e, por isso, é retratado de forma negativa. A ele são atribuídas palavras que o desqualificam e, ao desqualificá-lo, constrói-se uma representação positiva de seu adversário político.

A verdade aqui não pode ser a verdade do outro, mas aquela que está de acordo com os valores de Bolsonaro e aliados, pois, para ele, é necessário **trazer o jovem de esquerda para o nosso lado, mostrar a verdade para ele. Mostrar o que ele tem a perder com o seu candidato (SD-23)**. Ou seja, as estratégias linguístico-discursivas mobilizadas pelo ex-presidente pretendiam a um sentido único e a uma verdade única. Essa verdade passa a ser

construída com fatos alternativos e revisionismo histórico. Nesse sentido, a inversão de valores atribuída ao inimigo e a interdições de fatos podem ser vistas no recorte a seguir.

#### Recorte 12

Queria dizer que o Brasil já passou por momentos difíceis, mas por momentos bons, 22 [*revolta tenentista*], 35 [*intentiona comunista*], 64 [*golpe militar*], 16 [*impeachment de Dilma Rousseff (PT)*], 18 [*eleição presidencial*]<sup>29</sup> e agora, 22. **A história pode repetir, o bem sempre venceu o mal.** Estamos aqui porque acreditamos em nosso povo e **nosso povo acredita em Deus (SD-24)**. (grifos próprios)

Fonte: site UOL Notícias

O recorte 12 faz parte do discurso proferido pelo ex-presidente nas comemorações de 7 de setembro de 2022. É importante destacar que, no discurso de lançamento à candidatura em julho de 2022, Bolsonaro convocou os eleitores, pela última vez, às ruas para mostrar que “o poder emana do povo”.

No recorte acima, fundamentada na guerra cultural e em suas narrativas pouco baseadas em fatos, Bolsonaro retoma acontecimentos históricos ora denominando como “difíceis”, ora como “bons”. Dentro desse último juízo de valor, ele considera que “64”, golpe militar em 1964, foi um momento bom para o Brasil. Reforçado pelo ex-presidente anteriormente que, ao referir-se ao golpe, afirmou que sem o ato “seríamos uma republiqueta”, que “foi um momento de progresso” etc., percebemos a inversão de valores e a disputa narrativa sobre fatos na tentativa de criar outras realidades paralelas que confluem para sua concepção política.

A maneira como o ex-presidente recupera fatos históricos, construindo uma nova alternativa discursiva, constitui características do processo de controle e interdição. Nessa concepção, o fato fica em segundo plano e o que interessa é construir uma explicação que coadune a uma visão cerceada do fazer político. A tentativa de reduzir a leitura de mundo à própria concepção política reforça e populariza o *analfabetismo ideológico*. A interpretação que se faz dos fatos não é direcionada pelo argumento racional, mas reduzida simplesmente a atender aos desejos, neste caso, conservadores do sujeito.

A guerra cultural arquitetada pelo bolsonarismo alia seu conteúdo, de concepção revisionista da ditadura civil-militar, ao uso técnico da midioesfera extremista pelo compartilhamento de notícias fraudulentas e conspiratórias. Segundo Rocha (2023, p. 104), “a guerra cultural bolsonarista tem muito pouco a ver com cultura como entendemos, e tem muito a ver com a concepção militar da DSN de eliminação do inimigo interno.

<sup>29</sup> As informações entre colchetes foram completadas pela redação UOL Notícias.

Na SD-24, “a história pode repetir, o bem sempre venceu o mal” e “nosso povo acredita em Deus”, a estratégia linguístico-discursiva utilizada busca legitimar-se baseando-se, repetidamente, no discurso religioso cristão de cunho conservador. A contraposição entre bem x mal e a construção de um inimigo em comum aparece no discurso religioso e, colocando-se como aquele que transcende, torna-se ponto de referência para estabelecer o que é bom do que é ruim, além dele mesmo se constituir como a única verdade possível. Como reflexo do discurso da extrema-direita, podemos observar sua materialização, por exemplo, nas faixas feitas por seus apoiadores durante o desfile da independência em 2022:

Imagem 01<sup>30</sup>



Fonte: Site Globo

Na imagem acima, vemos duas apoiadoras usando as cores verde e amarelo que, se durante o período da ditadura civil-militar brasileira representavam a reivindicação do povo pelas “diretas já”, no contexto da gestão bolsonarista, passou a representar aqueles que apoiavam o governo. Cores, imagens, disposição de escrita também compõem os sentidos e, por isso, são terreno de disputa. O que antes representava a busca por valores próximos à democracia inverte e passa a significar o pedido de uma intervenção militar.

Para Rocha (2023), a arquitetura da destruição é uma das características do bolsonarismo. Dos dizeres trazidos na faixa, exigir a destituição dos membros de instituições como STF (Supremo Tribunal Federal), TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e Congresso que, na composição de um estado democrático, constitui a representação da democracia, é instaurar o

---

<sup>30</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/09/07/bolsonaro-faz-discurso-de-campanha-na-comemoracao-do-7-de-setembro.ghtml>. Acesso em 20/02/2024

caos e abrir brechas para governos autoritários. Mas, na visão construída pela extrema-direita, tal atitude representaria não o caos, mas a ordem a ser estabelecida e mantida.

A sigla TSE está ressaltada pelo fundo azul e escrita de vermelho. Essa escolha de construção não passa despercebida e ganha força de significação ao lembrarmos quanto o discurso do bolsonarismo atuou em narrativas de fraude das urnas, manipulação de eleição etc. Uma das contradições que podemos apontar é que, nas eleições de 2018, as urnas eram seguras e importantes para representar “a vontade do povo” ao eleger Bolsonaro como presidente. Mas, em outro contexto, já próximo às eleições de 2022 em que pesquisas apontavam para um caminho incerto no que diz respeito à reeleição do ex-presidente, as urnas passam a ser vistas com desconfiança e viram alvo de notícias fraudulentas e pedidos pelo voto impresso.

Imagem 02<sup>31</sup>



Fonte: Site Globo

Nessa segunda imagem, em tradução livre, diz “Presidente Bolsonaro, por favor use as Forças Armadas brasileira para remover todos os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Os simpatizantes ao governo de 2019 a 2022 autointitulavam-se “patriotas”, “defensores da Pátria”, mas idolatram os Estados Unidos da América, principalmente pelo ex-presidente americano, Donald Trump, de posição política e ideológica próxima a de Bolsonaro.

Marcado desde o início por um discurso de anticorrupção, que aparece não só na eleição de Bolsonaro em 2018, como também no impeachment da Dilma Rouseff, o discurso da extrema-direita repete diversas vezes que é preciso limpar o Brasil, que a política antiga já não é a solução e é preciso novos rostos no campo político.

---

<sup>31</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/09/07/bolsonaro-faz-discurso-de-campanha-na-comemoracao-do-7-de-setembro.ghtml>. Acesso em 20/02/2024

Segundo Rocha (2023 p. 128), “é em 2013 que um sentimento antissistêmico se torna dominante”. O discurso *anti-establishment*, em um primeiro momento, parece ser de um posicionamento para novos ares e mudanças na política, reavaliando o que deu certo e o que precisa melhorar. Mas, o que se percebe com o avanço da extrema-direita, não só no Brasil, mas também em outros países, é que se marca por um discurso vazio que não propõe nada de novo, além de construir uma (falsa) relação direta entre o representante escolhido (presidente) e o povo. O ex-presidente fala tanto contra o sistema, mas “o político mais sistêmico é o Bolsonaro, que ficou 28 anos na Câmara e colocou a família inteira para receber salário público” (Rocha, 2023, p. 128).

Esse discurso se materializa, por exemplo, nos dizeres trazidos da faixa acima que direcionam para uma limpeza no STF. Esses mesmos apoiadores “patriotas” usam da língua estrangeira (língua inglesa) em território brasileiro para se referir a uma intervenção brasileira. As contradições que a imagem tenta apagar podem ser percebidas nesses detalhes que, na totalidade da imagem, parecem sumir.

O que podemos apontar até aqui é que esses três pontos – imagem de si, objeto de que se fala e imagem do outro - geram uma dissonância cognitiva coletiva, alimentada e criada pelas/nas redes sociais, que Rocha (2023) denomina de midioesfera extremista. Na midioesfera, narrativas alternativas e teorias conspiratórias ganham força pela excitação que promovem. A dissonância cognitiva é um desconforto subjetivo ao tomar consciência da distância entre crenças e comportamentos. Favorecida pela onipresença das redes sociais, a midioesfera extremista permite que o sujeito busque apenas as informações que reforcem o que ele já pensava, propiciando a dissonância cognitiva coletiva.

A excitação feita pelo excesso de informações, factuais ou não, dão lugar ao sensacional. Nesse espaço, os imaginários passam a serem criados e retroalimentados pela lógica da superindústria do imaginário. De idolatrias e crenças “divinas” e, por isso, não passíveis de serem questionadas, os sujeitos esvaziados pelo excitação do turbilhão de choques audiovisuais passam a encontrar sentido no ódio construído nas mídias sociais e condensado na figura do mito. A máquina eleitoral passou a engajar em torno de desinformação e teorias conspiratórias e o bolsonarismo promove(u) a cristalização de uma realidade paralela.

O esvaziamento da memória trabalha aquilo que está em disputa: a liberdade, ou uma certa concepção dela. Excitados e preenchidos de narrativas alternativas, o sujeito pede por aquilo que ele teme: a ditadura e o representante de traços autoritários. Preenchidos pela crença divina e de verdade única, realizada e construída pelos processos de controle e interdição, o sujeito passa a ter uma concentração distraída nos sentidos esvaziados construídos nas mídias

sociais e o passional prevalece sob o racional. Reduzido ao analfabetismo ideológico e pela retórica do ódio (Rocha, 2023), o outro é reduzido ao inimigo que precisa ser combatido, incitando uma violência simbólica sem precedentes. Além disso, reduz-se o debate público a uma disputa de quem causa mais sensação e, por causar sensação, é percebido.

A lógica industrial que lucra com cliques e compartilhamentos e o discurso autoritário que assegura uma verdade única, independentemente de ser fato ou não, caminham juntos para uma “despolitização da pólis”. O que está em jogo não é (só) a escolha por *x* ou *y* partido ou a polarização reduzida a esquerda e direita, mas as formas de subjetivação, a alteridade e a relação/respeito com o outro, o debate público e a construção conjunta de sociedade.

Pressupondo-se que a disputa e as representações simbólicas que são construídas ora na distopia, ora no discurso da extrema-direita brasileira se aproximam, no tópico seguinte estabelecemos comparações de categorias e dos modos de funcionamento que sustentam o discurso autoritário.

### 6.3 Proximidades e efeitos de sentido entre 1984 e o discurso da extrema-direita brasileira

Para retomar o trajeto feito até aqui, a tabela abaixo sintetiza o que foi analisado e as primeiras proximidades que podemos estabelecer entre 1984 e o discurso da extrema-direita brasileira.

Tabela 1

	<b>Salvador da pátria</b>	<b>Liberdade</b>	<b>Construção do inimigo</b>
<b>1984</b>	Grande Irmão	Liberdade é compactuar com o sistema e não o questionar	Emmanuel Goldstein
<b>Discurso da extrema-direita</b>	Jair Bolsonaro		Lula/Comunismo

Fonte: Da autora (2024)

A primeira aproximação que podemos estabelecer entre distopia e topia é a construção da imagem de si, do objeto de que se fala e da imagem do outro. Nos dois grupos de análise, as formações imaginárias colocadas em disputa são entre a imagem de si como salvador da pátria e a imagem do outro como inimigo a ser combatido.

Ainda que não retrate a religião em 1984, podemos dizer que tanto a imagem de si quanto a imagem do outro se constrói a partir de características do discurso religioso como a

oposição entre bem x mal, a imagem de si como onipresença e que causa temor ao mesmo tempo que gera idolatria. A imagem de si, portanto, é articulada de maneira que desperta o sublime, aquilo que transcenderia uma explicação lógica e, por isso, causa sensações em quem tem contato com esta.

Já a imagem do outro, também baseada no religioso, desperta temor. Porém, o temor aqui associa-se ao medo dos efeitos que pode acontecer caso esse outro, diferente dos padrões, venha a governar. O inimigo passa a ser construído como peça fundamental para contrapor a imagem daquele que se constrói como salvador da pátria. Em ambos, há uma espécie de temor que causa sensação e desperta o passional no sujeito. De um lado, cria-se uma divindade que parece resplandecer o místico e sustenta a imagem do mito, do salvador de um grupo. De outro, o temor vira terror e fomenta sensações de ódio, ressentimento, raiva e violência.

Na narrativa distópica analisada, a liberdade é um objeto de que NÃO se fala, pois já foi dominada pelo poder autoritário constituído pelos processos de controle e interdição. No cenário político brasileiro, por enquanto conseguimos discutir o que é liberdade, mesmo que se trate da promessa de uma certa liberdade. A democracia e seus ideais não nos são dados e é preciso, constantemente, reivindicar para que se possa garanti-la.

Os processos de controle e interdição são estratégias utilizadas para construir a imagem de si e do outro, além de atuar na forma como o objeto de que se fala – a liberdade – é constituído. As formações imaginárias criadas não só funcionam como posições que o sujeito assume para dizer de si e do outro, mas também circulam como produto difundido pela propaganda. Em um processo que se retroalimenta, a imagem-produto reforça os processos de controle e interdição e as representações simbólicas que se quer manter.

Em 1984, a propaganda desenfreada é utilizada como técnica de um governo de traços autoritários. O tempo todo os funcionários do Partido são bombardeados por uma série de informações modificadas e as proles, que não têm teletela em suas casas, consomem a ideologia dominante de outra forma, pelos livros, pela pornografia barata, pelas músicas criadas. Nesse cenário, a teoria da indústria cultural nos parece adequada à explicação da imposição de certos valores e desejos.

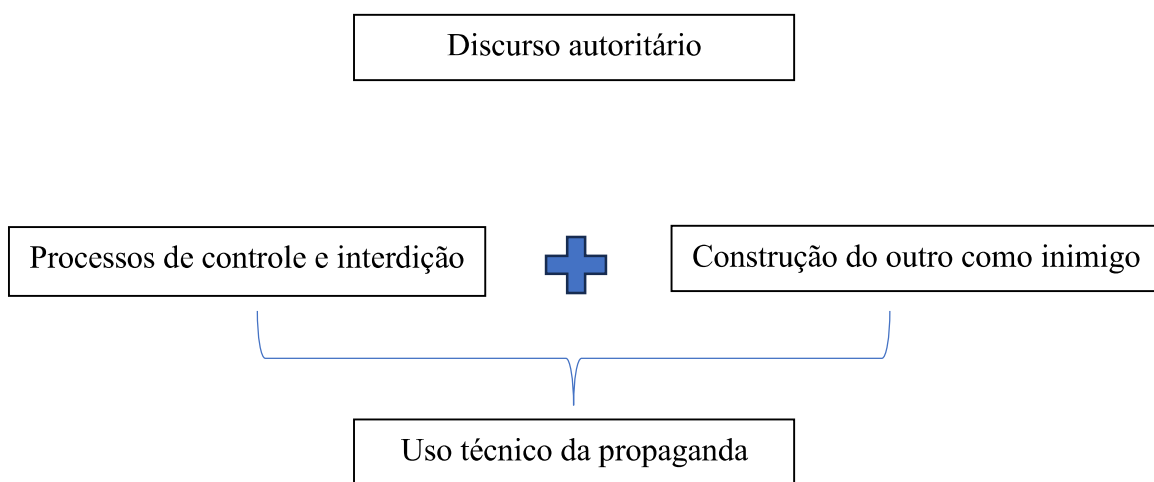
Porém, no recorte temporal que fizemos aqui (2019-2022), o bombardeio de informações misturadas com notícias fraudulentas se dá, principalmente, pelas mídias sociais e, por isso, atualizar a teoria com estudos mais recentes que consideram a tecnologia de nossa época nos parece sensato. Se em 1984 o que domina a forma de fazer propaganda é, neste trabalho, uma questão política, pela análise da conjuntura do discurso da extrema-direita brasileira, temos uma questão não só política, mas também econômica.

Como dito por Empoli (2022), não há como negar a entrada da lógica das redes sociais na política. Negá-la é mascarar a realidade e não discutir a questão fundamental que atravessa essas relações: o sistema econômico. Algoritmos não são transparentes e os dados pessoais e a economia da atenção são o novo petróleo, como dito por Bucci (2021). Cabe questionarmos o impacto que isso causa na construção de sentidos.

Na lógica do lucro, pouco importa se uma informação é falsa ou factual, se a imagem que circula condiz com a realidade. As notícias e os discursos também entram na lógica e precisam causar sensação para serem notados. Quanto maior a chance de serem notados, maior a possibilidade de lucro.

Em certa medida, podemos dizer que a forma como o departamento de ficção e de documentação na distopia se assenta na lógica da indústria cultural é a mesma que do bolsonarismo. A relativa diferença é que a lógica propagandística e de guerra cultural do bolsonarismo se atualiza em superindústria do imaginário e se dá no espaço da midiosfera extremista. Na distopia e no bolsonarismo, o que podemos perceber é que ambas, indústria cultural e superindústria do imaginário, cada qual com uma forma de se organizar, sustentam o discurso autoritário ao se constituírem a partir da propagação de uma ideia única como se fosse universal.

O discurso autoritário, constituído pelos processos de controle e interdição e pelo uso técnico da propaganda na construção do outro como inimigo giram sem sair do lugar. O efeito de sentido causado pela imagem do inimigo que circula como produto propagandístico engendra um cenário de caos ininterruptamente. Assim, de afetos de ódio e ressentimento, predomina o sensacional sob o factual, esvaziando sentidos e sujeitos e o debate público.



Por meio da propaganda, constrói-se o salvador da pátria que defende certa liberdade e constrói-se o inimigo. Para construir certa concepção de liberdade, o sujeito salvador da pátria barra o factual, ou seja, utiliza-se de interditos para construir a liberdade, residindo aí sua contradição. Na distopia, a liberdade é ser escravo do Partido (Liberdade é Escravidão). No discurso da extrema-direita brasileira, ainda que reforcem a defesa pela liberdade, as investigações mais recentes da Polícia Federal em 2024 apontam a construção de uma minuta que previa um golpe de Estado por aqueles que se dizem defensores da liberdade.<sup>32</sup>

Outra proximidade possível se dá a partir das condições de produção. No cenário distópico e no discurso da extrema-direita, há uma criação e manutenção constante de instabilidade e medo por meio de sensações construídas a partir do inimigo a ser combatido. Parece-nos que os sujeitos, por meio da incerteza causada pelos estímulos e esvaziados de sentidos, ficam mais propícios a acreditarem em notícias fraudulentas, teorias da conspiração e passam a aceitar uma certa construção de verdade como a única possível com mais flexibilidade.

Podemos perceber que a relação distopia e topia é muito mais próxima do que se acredita no senso comum. A narrativa distópica, assim, é uma oportunidade de olhar com mais atenção a realidade que nos cerca, já que o mundo imaginário, e não localizado espacial e temporalmente, retratado nas obras tem origem em condições de produção reais e materialmente observáveis.

Em 1984, vemos distorções, controles e disseminação feitas pelo governo e seus ministérios. No cenário real, a prática de controle, interdição e alteração é feita não só pelo governo, mas também pelos próprios sujeitos que a recebem, pois estes atuam em sua manutenção e disseminação. Sem perceber o funcionamento opaco dos algoritmos, a população cai nas amarras tecnológicas e lucrativas, elas próprias trazendo e (re)produzindo mais dissonância cognitiva coletiva e discurso de ódio.

No entanto, é importante frisar que as mídias e redes sociais, enquanto consideradas como meios de comunicação e um aparelho ideológico de Estado, não são pura e exclusivamente instrumentos de dominação de classe. Mesmo que, simultânea e contraditoriamente, os AIE constituam o espaço e a condição ideológica que transformam as relações de produção (Pêcheux, 2014b), é no próprio lugar da contradição que a prática desliza e pode vir a ser outra.

---

<sup>32</sup> Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/confira-integra-da-minuta-golpista-apresentada-por-bolsonaro-a-freire-gomes/>. Acesso em 20/04/2024.

A linguagem e os sentidos são constituídos de falhas, furos e incompletudes. A partir deles, compreender o funcionamento discursivo autoritário, na especificidade desta pesquisa, é evidenciar os processos histórico-sociais e ideológicos que construíram certos efeitos de sentido e apontar para outros possíveis.

Isto posto, procuramos percorrer um trajeto que evidencia o funcionamento do processo discursivo autoritário e como ele é constituído a partir de determinadas condições de produção. Nos estudos do discurso, pensar o sujeito que assume uma posição para dizer algo nos conduz a refletir sobre o conceito de formação imaginária e sobre como essas são postas em um jogo de representações e disputas de poder. Nesse espaço, observamos que, por meio de estratégias discursivas e da atualização da indústria cultural em superindústria do imaginário, o sujeito constrói uma representação controlada do outro ao pretender impor uma verdade e manter um sentido único.

## 7 CONCLUSÃO

No começo deste trabalho partimos da hipótese de que, em um cenário distópico, o governo de traços autoritários se constitui pela violência simbólica e física, explicitando seu desejo de poder. Já no recorte temporal de 2019 a 2022, percebemos que os discursos autoritários passaram a circular com maior força no território brasileiro em que prevalece a exclusão simbólica do outro.

Nesse sentido, percorremos um caminho de investigação e análise das condições de produção da distopia e as estratégias linguístico-discursivas que ancoram o discurso autoritário na obra literária. Com isso, conseguimos alcançar nosso primeiro objetivo específico, que era identificar as estratégias discursivas em *1984*, de George Orwell, ancoradas na indústria cultural.

Com base na análise feita, identificamos os processos de controle e interdição que guiam a construção discursiva do discurso autoritário, bem como a construção do outro como inimigo que se torna uma espécie de produto propagandístico da indústria cultural, reforçando o autoritarismo do Partido. No cenário da obra, a liberdade é a liberdade do Partido de Ingsoc de fazer o que quiser e, como detentores dos produtos que circulam a partir de seus valores, a resistência a essa concepção de liberdade é interdita pelo controle que se faz à memória e à verdade factual.

Nosso segundo objetivo, de detectar, pelo processo discursivo, como o sujeito constrói a imagem de si e a imagem do outro no discurso da extrema-direita brasileira, respaldada na superindústria do imaginário se concretizou a partir das formações imaginárias em embate que identificamos. Pudemos reconhecer que os imaginários de autoritarismo, negacionismo e conservadorismo respaldam-se no discurso religioso para produzir efeitos de sentido de certa noção de verdade que passa a prevalecer nos discursos analisados.

A atualização da indústria cultural em superindústria do imaginário nos ajudou a perceber a entrada e o impacto das mídias e redes sociais na política. Intercambiada pela lógica do lucro, a informação e os discursos divulgados nos meios de comunicação se preocupam com a possibilidade de despertar sensações e desejos nos sujeitos que recebem e circulam os sentidos produzidos.

A última parte da análise pôs em contraponto a narrativa distópica e o discurso da extrema-direita brasileira, almejando atender ao terceiro objetivo específico, definido pelas possíveis proximidades e efeitos de sentidos dessa comparação. Por meio desse recurso, pudemos aproximar as estratégias discursivas do discurso autoritário na ficção e na realidade

concreta. Constatamos a construção da imagem de si, do outro e do objeto de que se fala, constituídos pelos processos de controle e interdição, como tática para criação constante de um cenário de caos e instabilidade, vendido como ordem. Além disso, o uso técnico da propaganda também se mostrou um artifício significativo que mantém a áurea religiosa das imagens postas em concorrência.

No trajeto percorrido nesta pesquisa, podemos dizer que o discurso autoritário se constitui pela disputa constante entre as formações imaginárias “salvador da pátria” e “inimigo a ser combatido”. O que está em jogo, e luta constante pelo seu domínio, é a liberdade. No discurso da extrema-direita brasileira, a partir da posição do sujeito “salvador da pátria”, propõe-se a defesa da liberdade de expressão (discurso de ódio), dos bons costumes (moralismo e conservadorismo), da tradição (oscilando entre conservadorismo e reacionarismo), da segurança e da legítima defesa (armamento do cidadão de bem), da família tradicional (falácia da ideologia de gênero).

Como ferramenta do poder vigente, a indústria cultural passa a ser meio para materialização dos “bons valores” e da circulação da ideologia dominante. Contemporaneamente, pensar a indústria cultural requer localizá-la junto à lógica das mídias e redes sociais. O que sustenta o mecanismo de técnicas do discurso autoritário não é novo, mas requer uma atualização dos funcionamentos e modos de uso. Quando o termo indústria cultural surgiu, pensava-se muito em questões relacionadas à indústria da música, do cinema e a entrada do rádio e da televisão no cotidiano das pessoas. Esses aspectos não deixaram de existir ou ter menos força, mas a entrada dos algoritmos em cena reconfigurou a relação e a percepção de cultura e espaço, debate e opinião pública.

Assim, indústria cultural e superindústria do imaginário são frutos do sistema econômico e a instabilidade desse sistema propicia condições de produção para que discursos autoritários ganhem força e passem a circular com autoridade. Não é para conscientização, manutenção da liberdade e da democracia que se recorre à imagem de “salvador da pátria”. Ela, na verdade, representa o possível salvador do conservadorismo, da “livre concorrência”, do monopólio e do acúmulo de capital infinito.

O inimigo representa aquele que, de alguma forma, pode desestabilizar o poder econômico. A liberdade, nesse modo de pensar, é a liberdade de defender os interesses político-econômicos ainda que, e na maioria das vezes, precisa-se esvaziar o debate público, moldar os desejos e os modos de subjetivação dos sujeitos, criar, substituir e desconstruir imaginários industrialmente. O que procuramos propor aqui é pensar como o discurso autoritário, em prol da manutenção de certos interesses, provoca uma violência simbólica que resulta na exclusão

do sujeito, na interdição e na alteração dos fatos, nos processos de construção de sentidos que passam a ser estabelecidos não somente com o outro, mas com a máquina.

A sociedade excitada pelo consumo e anestesiada pelos estímulos audiovisuais passa a perder a capacidade de sentir por si mesma e de pensar racionalmente ao cultuar a máquina como uma divindade. As estratégias de interdição dos fatos que simultaneamente se desdobram em apagões do real e do suicídio da consciência, levam o sujeito a ser sugado para dentro da midiosfera extremista e, em um processo contínuo de dissonância cognitiva coletiva, o sujeito defende certa liberdade naquilo que o aprisiona e barra a possibilidade da pluralidade e da alteridade.

O trajeto percorrido aqui pode parecer pessimista ou de que não há saída/possibilidade de acreditar e nos mover em direção a uma percepção de tempo, espaço, cultura e sociedade que produza rupturas com a realidade objetiva verificável. Mas, para que isso seja uma possibilidade de acontecimento, precisamos desautomatizar a interpretação, as práticas sociais e discursivas.

Continuar (re)produzindo a mecanização da indústria e dos meios que utilizamos para nos comunicar não é a solução para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Lembrarmos que, como sujeitos constituídos de fragmentos de outros, pela ideologia e pelo inconsciente, não há uma única resposta ou solução para os problemas apontados ao longo deste trabalho. Não há uma verdade, mas verdades inscritas nas diferentes formas de ver o mundo e as coisas, sendo a análise discursiva um caminho que permite apontar os atravessamentos de poder que as constituem.

O quadro teórico-metodológico trilhado contribuiu para compreender as estratégias discursivas e as formações imaginárias construídas, evidenciando o funcionamento da ideologia e do inconsciente na constituição de sentidos e de sujeitos. O diálogo da análise do discurso materialista com os estudos da teoria crítica e da comunicação nos forneceu fôlego para relacionar discurso, cultura e meios de comunicação e os impactos da lógica econômica que sustenta esse maquinário.

Já os estudos da distopia e do discurso literário nos mostrou a possibilidade de fazer um movimento que é desafiador a quem pesquisa temas e conjunturas contemporâneas. Esse movimento é o de conseguir se colocar fora do tempo e do espaço determinados para que seja possível olhar a realidade com outra ótica. Estar imerso no tempo e no espaço em que se desenrolam certas condições de produção e de discursos acaba por naturalizar determinados processos. Partindo do não lugar e do não tempo da ficção distópica, adquirimos maiores

chances de atravessar a relação imaginária e compreender o trabalho ideológico operante nos discursos e sentidos construídos contemporaneamente.

A jornada empreendida neste trabalho aponta que os extremos não são um bom lugar: nem a “perfeição” da utopia, nem os excessos da distopia. Ainda que essa última pareça estar mais próxima da topia do que imaginamos, não nos deixemos enganar pela "facilidade" em aceitar a distopia como o real natural. Renunciar à mudança, daquilo que é polissêmico é deixar espaço para que discursos autoritários se construam e dominem os imaginários, impactando diretamente na subjetividade. Na visão discursiva materialista em que essa pesquisa se insere, podemos observar seus resultados social, cultural e economicamente na sociedade.

Sabemos que, para efeitos de conclusão, essa pesquisa precisa de um ponto final. Porém, o que fica aqui são reticências e abertura para trabalhos futuros que aprofundem a relação do neoliberalismo e o discurso autoritário, do discurso de ódio e seu imbricamento com a lógica das redes sociais, da apropriação do capital sobre assuntos que nos são caros como a pauta identitária e os atravessamentos de classe, do esvaziamento do nosso tempo livre pela mecanização do produtivismo que nos atinge com a força da violência simbólica.

Os sentidos não se esgotam, os direitos precisam ser constantemente conquistados. Na certeza da incerteza do sujeito e da incompletude da linguagem, deixamos um trajeto que contribua para pensar a relação linguagem, cultura e sociedade pela dialética de teorias, mas que direcionam brechas e outras possibilidades de produção de sentidos. Ainda há muito a percorrer...

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. *In* ACHARD, Pierre. et al. **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 11-21.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE)**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. *In*: GALLEGO, Esther Solano. **O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- AMORIM, Márcia Fonseca de. **O discurso da e sobre a mulher no funk brasileiro de cunho erótico: uma proposta de análise do universo sexual feminino**. 2009. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- AMORIM, Márcia Fonseca de; SILVA, Amanda Batista da. Corpus virtuais: representações simbólicas de si e do outro em mídias sociais. *In*: Márcia Fonseca de Amorim; Christian Antônio de Souza Sales. (Org.). **Discursos em redes: teias de saberes**. 1ed. Campinas: Pontes Editores, 2022, p. 9-37.
- ASSIS, Wesley Felipe Andrade; SILVA, Amanda Batista da. “As minorias têm que se adequar”: a exclusão do sujeito no discurso autoritário. **Miguilim–Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 12, n. 3, p. 352-365, set.-dez.2023
- BACCEGA, Maria Aparecida. **Palavra e discurso – História e literatura**. São Paulo: Ática, 1995.
- BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. 1955. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5556364/mod\\_resource/content/1/BENJAMIN%2C%20Walter.%20A%20obra%20de%20arte%20na%20%C3%A9poca%20da%20possibilidade%20de%20sua%20reprodu%C3%A7%C3%A3o%20t%C3%A9cnica.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5556364/mod_resource/content/1/BENJAMIN%2C%20Walter.%20A%20obra%20de%20arte%20na%20%C3%A9poca%20da%20possibilidade%20de%20sua%20reprodu%C3%A7%C3%A3o%20t%C3%A9cnica.pdf). Acesso em 20/03/2023
- BOOKER, M. Keith. **The dystopian impulse in modern literature: fiction as social criticism**. Greenwood Press Westport, 1994.
- BUCCI, Eugênio. **A Superindústria do Imaginário: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível**. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- BUCCI, Eugênio. **Existe democracia sem verdade factual?**. Organizado por Lucia Santaella. Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2019.

CANO, Márcio Rogério de Oliveira. **A Manifestação dos Estados de Violência no Discurso Jornalístico**. Tese. PUC: São Paulo, 2012.

CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. *In*: GALLEGO, Esther Solano. **O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

CLAEYS, Gregory. **Dystopia: a natural history**. 1 Ed. Oxford University Press, 2017.

COURTINE, Jean-Jacques. A noção de “condição de produção do discurso”. *In*: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Paulo: EdUFSCar, 2014.

COURTINE, J. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em análise do discurso. **Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som - Policromias**, v. 1, n. 1, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/118380>. Acesso em: 15 jun. 2023.

DUARTE, Rodrigo. **Teoria crítica da indústria cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. (Humanitas)

ECO, Umberto. **Construir o inimigo e outros escritos ocasionais**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2021.

EMPOLI, Giuliano Da. **Os engenheiros do caos**. Tradução Arnaldo Bloch. 1. ed. São Paulo: Vestígio, 2019.

FIGUEIREDO, Carolina Dantas de. **Admirável comunicação nova: um estudo sobre a comunicação nas distopias literária**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Comunicação, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7ed. Tradução Luiz Felipe B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo, Brasil: Edições Loyola, 1996.

FROMM, Eric (1961). Posfácio *In*: ORWELL, George. **1984**. Tradução Alexandre Hubner e Heloisa Jahn. Posfácios Eric Fromm, Bem Pimlott, Thomas Pynchon. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HILÁRIO, Leonor Cardoso. Teoria crítica e literatura: a distopia como análise radical da modernidade. **Anu. Lit., Florianópolis**, v.18, n. 2, p. 201-215, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/2175-7917.2013v18n2p201>. Acesso em: 15 jun. 2023.

KOPP, Rudinei. **Comunicação e mídia na literatura distópica de meados do século 20: Zamiatin, Huxley, Orwell, Vonnegut e Bradbury**. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução Sírio Possenti. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso literário**. Tradução Adail Sobral. 2. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. **A reemergência da direita brasileira**. In: GALLEGO, Esther Solano. *O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ORLANDI, Eni P. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. Campinas: **Revista Ruas**, 1995, p. 35-47.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 6. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2011.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: Princípios & Procedimentos**. 12. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

ORWELL, George. **1984**. Tradução Alexandre Hubner e Heloisa Jahn. Posfácios Eric Fromm, Bem Pimlott, Thomas Pynchon. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In GADET, F; HAK, Tony (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 2014a, p. 61-162.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio**. 2. ed. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2014b.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In ACHARD, Pierre [et al]. **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 49-57.

PÊCHEUX, Michel. Foi “Propaganda” mesmo que você disse? (1979) In: **Análise de discurso Michel Pêcheux – textos escolhidos** por: Eni Puccinelli Orlandi – Campinas, SP. 4 ed. Pontes Editores, 2015.

PIMLOTT, Bem (1989). Posfácio. In: ORWELL, George. **1984**. Tradução Alexandre Hubner e Heloisa Jahn. Posfácios Eric Fromm, Bem Pimlott, Thomas Pynchon. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico: Retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva**. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023 (v. 1.).

SILVA, Amanda Batista da. Entre ficção e realidade: as representações simbólicas na luta pelo poder. In: Flores, Giovanna Benedetto (org.) et al. (Org.). **Discurso, cultura e mídia: pesquisas em rede**. 1ed. Campinas: Pontes Editores, 2023, v. 5, p. 345-362.

SOLANO, Esther. Crise da Democracia e extremismos de direita (2018). **Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil**. ANÁLISE N° 42/2018. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf>. Acesso em 15 fev. 2024.

TÜRCKE, Christoph. **Sociedade excitada**: filosofia da sensação. 1 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

## ANEXOS

ANEXO A – Notícia (Site UOL): Veja a íntegra dos dois discursos de Bolsonaro no dia da posse

Amigas e amigos de todo o Brasil, é com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como presidente do Brasil. E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto. As eleições deram voz a quem não era ouvido. E a voz das ruas e das urnas foi muito clara. E eu estou aqui para responder e, mais uma vez, me comprometer com esse desejo de mudança. Também estou aqui para renovar nossas esperanças e lembrar que, se trabalharmos juntos, essa mudança será possível.

Respeitando os princípios do estado democrático de direito, guiados por nossa Constituição e com Deus no coração, a partir de hoje, vamos colocar em prática o projeto que a maioria do povo brasileiro democraticamente escolheu, vamos promover as transformações de que o país precisa. Temos recursos minerais abundantes, terras férteis abençoadas por Deus e um povo maravilhoso.

Temos uma grande nação para reconstruir e isso faremos juntos. Os primeiros passos já foram dados. Graças a vocês, eu fui eleito com a campanha mais barata da história.

Graças a vocês, conseguimos montar um governo sem conchavos ou acertos políticos, formamos um time de ministros técnicos e capazes para transformar nosso Brasil. Mas ainda há muitos desafios pela frente. Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerce da nossa sociedade.

E convido a todos para iniciarmos um movimento nesse sentido. Podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos, reestabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil.

A corrupção, os privilégios e as vantagens precisam acabar. Os favores politizados, partidarizados devem ficar no passado, para que o governo e a economia sirvam de verdade a toda Nação. Tudo o que propusemos e tudo o que faremos a partir de agora tem um propósito comum e inegociável: os interesses dos brasileiros em primeiro lugar. O brasileiro pode e deve sonhar. Sonhar com uma vida melhor, com melhores condições para usufruir do fruto do seu trabalho pela meritocracia. E ao governo cabe ser honesto e eficiente. Apoiando e pavimentando o caminho que nos levará a um futuro melhor, ao invés de criar pedágios e barreiras. Com este

propósito iniciamos nossa caminhada. E com este espírito e determinação que toda equipe de governo assume no dia de hoje.

Temos o grande desafio de enfrentar os efeitos da crise econômica, do desemprego recorde, da ideologização de nossas crianças, do desvirtuamento dos direitos humanos, e da desconstrução da família. Vamos propor e implementar as reformas necessárias. Vamos ampliar infraestruturas, desburocratizar, simplificar, tirar a desconfiança e o peso do Governo sobre quem trabalha e quem produz.

Também é urgente acabar com a ideologia que defende bandidos e criminaliza policiais, que levou o Brasil a viver o aumento dos índices de violência e do poder do crime organizado, que tira vidas de inocentes, destrói famílias e leva a insegurança a todos os lugares. Nossa preocupação será com a segurança das pessoas de bem e a garantia do direito de propriedade e da legítima defesa, e o nosso compromisso é valorizar e dar respaldo ao trabalho de todas as forças de segurança.

Pela primeira vez, o Brasil irá priorizar a educação básica, que é a que realmente transforma o presente e o futuro de nossos filhos e netos, diminuindo a desigualdade social. Temos que nos espelhar em nações que são exemplos para o mundo e que por meio da educação encontraram o caminho da prosperidade. Vamos retirar o viés ideológico de nossas relações internacionais.

Vamos em busca de um novo tempo para o Brasil e os brasileiros! Por muito tempo, o país foi governado atendendo a interesses partidários que não o dos brasileiros. Vamos restabelecer a ordem neste país. Sabemos do tamanho da nossa responsabilidade e dos desafios que vamos enfrentar. Mas sabemos aonde queremos chegar e do potencial que o nosso Brasil tem. Por isso vamos dia e noite perseguir o objetivo de tornar o nosso país um lugar próspero e seguro para os nossos cidadãos e uma das maiores nações do planeta.

Podem contar com toda a minha dedicação para construir o Brasil dos nossos sonhos. Agradeço a Deus por estar vivo e a vocês que oraram por mim e por minha saúde nos momentos mais difíceis. Peço ao bom Deus que nos dê sabedoria para conduzir a nação. Que Deus abençoe esta grande nação. Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.

ANEXO B – Capturas de tela do site Uol Notícias, da notícia: "Objetivo é acalmar os ânimos", diz novo ministro ao tomar posse no MEC




 BBB Jogos de Hoje Canal UOL Colunas
 
 SAC EMAIL ENTRE ASSINE UOL

## EDUCAÇÃO

### "Objetivo é acalmar os ânimos", diz novo ministro ao tomar posse no MEC




 Luciano Amaral  
 Do UOL, em Brasília  
 09/04/2018 14:42

O presidente [Jair Bolsonaro \(PSL\)](#) empossou hoje à tarde o novo ministro da Educação, Abraham Weintraub, em cerimônia no Palácio do Planalto. Ele substituirá Ricardo Vélez Rodríguez, exonerado do cargo ontem após uma série de polêmicas na pasta e "falta de gestão", segundo o próprio presidente.

Em discurso, Weintraub disse que seu objetivo primeiro é "acalmar os ânimos" e não ser radical, mas aberto a diálogo.





"Eu tenho convicções políticas e elas guiam meus passos, mas não estou acima do mandato que o presidente recebeu do povo, da República, da Constituição, das leis. [...] Na função de ministro da Educação esse vai ser meu papel: entregar o que foi prometido no plano de governo. Bem sucintamente é [fazer] mais com o mesmo que a gente já gasta", declarou.

**VEJA TAMBÉM**

[Bolsonaro anuncia demissão de Vêlez e confirma Weintraub para comandar MEC](#)




[Novo ministro da educação tem 20 anos de atuação no setor financeiro](#)

['Confio na decisão do presidente', diz Vêlez após ser demitido do MEC](#)

[Tales Faria: ministro ensina "Escola com Partido"](#)



"Bem resumidamente, o objetivo é acalmar os ânimos, colocar a bola no chão, pôr para rodar republicaneamente respeitando diferentes opiniões. Tem gente que fala que eu sou muito radical. Não sou radical. Sou aberto ao diálogo. O que você não pode é descumprir a lei, pregar a violência e esperar a tolerância", afirmou.

'EU ASSUMO':  
EM ÁUDIO,  
BRENNAN  
ADMITE ESTUPRO

O novo ministro comparou a troca no ministério a um técnico de futebol que está escalando times e disse que, às vezes, alguém sai de campo não porque seja ruim, mas apenas por não ser o mais adequado para a função naquele momento. Vêlez não compareceu à solenidade.

"Vejo a substituição como algo natural e, se eventualmente acontecer outras, inclusive comigo, tem de ser visto como algo natural. Não é uma coisa difícil. A gente tende sempre a ver os problemas, e não os acertos", falou, acrescentando não se tratar de algo pessoal.

Segundo ele, o foco do governo tem de ser entregar serviços e produtos melhores para a população em todas as frentes e se disse confiante na missão. "Eu acho que consigo entregar, tenho certeza de que vou conseguir entregar o resultado esperado."

Weintraub reconheceu que a escolha dele não é unanimidade, mas ressaltou que, em suas contas, cerca de 70% dos ministros da Educação nos últimos 16 anos eram professores universitários, como ele próprio o é na Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) e suas aulas eram extremamente disputadas. Após ser anunciado, o novo ministro foi criticado por alguns setores da educação por ter mais experiência na área financeira.

O novo ministro ressaltou ser técnico, ter experiência internacional, além de



O novo ministro ressaltou ser técnico, ter experiência internacional, além de capacidade de gestão.

Ainda no discurso, Abraham Weintraub afirmou que o educador Paulo Freire é unanimidade no meio acadêmico e questionou o motivo pelo qual o Brasil não alcança resultados melhores mesmo investindo o mesmo que países ricos proporcionalmente ao PIB (Produto Interno Bruto) no setor. Ele também lamentou os resultados obtidos pelos estudantes brasileiros no PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes).

Em determinado momento, de maneira descontraída, brincou com a dificuldade de as pessoas pronunciarem o seu nome. "Eu gostaria de falar também que, assim, as pessoas têm que relaxar um pouco ao falar meu nome, porque não é culpa de ninguém que meus pais resolveram colocar um nome complicado desse. Pode me chamar de 'Abrão' só que está ótimo", disse.

O presidente iniciou o discurso brincando não saber quem é o mais bonito dentre os irmãos Weintraub, mas falou que, se fosse para ver o mais feio, seria difícil escolher entre ambos. Mais tarde, elogiou a inteligência dos irmãos. Bolsonaro contou como se conheceram e a missão de Abraham Weintraub organizar uma viagem para ele - quando ainda deputado e pré-candidato - para conhecer modelos educacionais no Japão, na Coreia do Sul e em Taiwan.

Bolsonaro falou da necessidade de investimentos na geração de conhecimento, como pesquisas em ciência e tecnologia, para tirar as pessoas de crises financeiras. Ele falou que a intenção é recuperar a rede pública de ensino e citou que, hoje, até certas escolas privadas deixam a desejar.



"O que a gente quer é que [o ministro] faça dos nossos jovens, filhos e netos melhores do que seus pais e avós. É isso o que eu espero e toda a sociedade brasileira espera do Abraham. [...] Nós queremos uma garotada que comece a não se interessar por política como é atualmente nas escolas, mas aprender coisas que quem sabe possa levá-la ao espaço no futuro", disse.

## Quem é o novo chefe do MEC

[O novo ministro](#) não é um nome ligado à educação.

Apesar de atuar como professor da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), Abraham fez sua carreira no mercado financeiro, com mais de 20 anos de atuação no setor bancário, passando pela Quest Investimentos, Banco Votorantim e outras instituições.

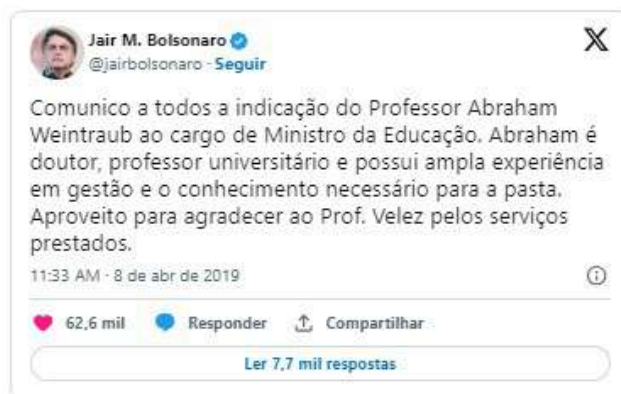
Tanto Abraham como seu irmão, Arthur Weintraub, já atuam no governo Bolsonaro.

[Abraham ocupava o cargo de secretário-executivo da Casa Civil](#), pasta comandada por Onyx Lorenzoni (DEM). [Ele também fez parte da equipe de transição após a eleição de Bolsonaro](#), sendo um dos responsáveis pela área da Previdência.

Abraham acompanhou o presidente na viagem internacional a Israel, no começo da semana passada, e compareceu à reunião da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara sobre a reforma da Previdência, na quinta-feira (4).



Abraham acompanhou o presidente na viagem internacional a Israel, no começo da semana passada, e compareceu à reunião da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara sobre a reforma da Previdência, na quinta-feira (4).



Abraham é formado em Ciências Econômicas pela USP (Universidade de São Paulo), e tem mestrado e MBA em fundos de investimento e finanças internacionais pela FGV (Fundação Getúlio Vargas).

Desde junho de 2014, atua como professor da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) e atua como diretor Executivo do CES (Centro de Estudos em Segurança). Ao contrário do que o presidente afirmou, o título de doutor não consta no currículo lattes do novo ministro.

---

ANEXO C – Notícia (Site Poder360): Leia e assista ao discurso de Bolsonaro na convenção do PL

“Obrigado meu Deus pela minha 2ª vida e pela missão de ser presidente dessa nação. Todos os dias, quando me levanto, eu tenho quase que uma rotina. E, nessa passagem, eu dobro meus joelhos, rezo um pai nosso e peço a Deus que esse povo brasileiro nunca experimente as dores do comunismo. Peço também a Ele mais que sabedoria –peço força para resistir e coragem para decidir. Estou sendo atendido.

Por vezes, eu tento entender como cheguei até aqui. Quem era eu? O que eu representava? Por que acreditaram em mim? Um breve histórico: em novembro de 2014, após a reeleição de uma senhora, em casa, aqui na Tijuca, eu falei: temos que mudar o Brasil. Como mudar o Brasil, um parlamentar do baixo clero que tinha sido reeleito para o seu 7º mandato? Como enfrentar pessoas poderosas? Isso está registrado em um vídeo no YouTube, na Academia Militar dos Agulhas Negras.

Me dirigi a uns 400 cadetes que esperavam a hora de entrar para serem declarados a aspirante oficial. Está no YouTube. Falei até sobre morte, o que poderia acontecer. Comecei a andar pelo Brasil. Aos poucos, as pessoas foram acreditando em mim. Tenho uma passagem, sozinho, pelo coração do Estado do Amazonas, Manacapuru. Chegando ali no porto, sozinho, tinha umas 200 pessoas me esperando. Tenho certeza que tínhamos as mesmas dúvidas. Eu perguntava para mim mesmo: o que eu estou fazendo aqui? E eles, com toda a certeza, deviam estar se perguntando: “o que esse cara veio fazer aqui sozinho?”

Lembro de uma passagem por Cuiabá. Cheguei arreventado em um hotel talvez 3 estrelas. Tava tão cansado que não conseguia dormir. Desci para conversar com a única pessoa que atendia na portaria. Plantão da hora, quer papo. Tava eu lá conversando com o porteiro. Em dado momento, eu falei para ele que estava fazendo campanha para ser Presidente da República. Ele sorriu, o ambiente tava bastante descontraído. Eu também gargalhei, e daí eu fiz uma pergunta para ele, já que era uma pessoa humilde, eu falei: o que que é mais difícil ou mais fácil, eu me eleger presidente ou você comprar o hotel?

Eu gostaria de me encontrar com essa pessoa hoje em dia, mas não para falar “eu sou presidente, e você continua na portaria”. É para conversar com ele e falar que, nesse país, quando temos fé, temos vontade, acreditamos, os seus sonhos tornam-se realidade. Esse é um país onde todos têm oportunidade. Quantas vezes eu ouvi pelas ruas: todo o poder emana do povo. Isso é verdade? Vocês estão aprendendo, até porque tem uma passagem bíblica que diz: por falta de conhecimento, o meu povo pareceu.

Quando se fala em poder de povo, alguém acha que o povo cubano ou venezuelano não querem a liberdade? Querem a liberdade. Tem? Não. Mas porque chegaram a esse ponto? Escolhas erradas. Somos escravos das nossas decisões. Acreditaram em conversas fáceis, conversas de tapinhas nas costas, de prometer o paraíso para cada um de vocês. A vida de ninguém é fácil. E, para superar as dificuldades, quem tem que estar na frente é cada uma de vocês. Não é o presidente, o governador Castro ou um prefeito. A nossa missão é não atrapalhar a vida de vocês. É cada vez mais tirar o Estado de cima de vocês. Estado forte, povo fraco. Povo forte, Estado forte.

Sobrevivemos a um atentado. Deus me salvou. Nos elegemos presidente. Não existe melhor técnico de um time de futebol se o pessoal não entrar em campo com o espírito do técnico. Formamos então o nosso time de ministros, alguns aqui presentes. Quem esperava um ministério que só era lembrado por corrupção ter a frente um jovem, também capitão do Exército, formado pela Amam, formado pela Ime, que é o Tarcísio de Freitas?

O que o Tarcísio fez... “presidente, o nosso orçamento é muito pequeno. Temos teto de gasto, que outros presidentes não tinham. Então vamos concluir obras”. E começou a trabalhar o Tarcísio, concluindo rodovias, chamando o Exército brasileiro com seus batalhões de engenharia a trabalharem.

Perguntem a quem mora no Centro-Oeste o que era a BR-163 quando faltava apenas 50km para ser concluída há mais de 20 anos. O Exército concluiu a obra em poucos meses. O trânsito, na época das chuvas, levava 10 dias para passar naquele pequeno trecho de estrada. Agora passa em uma hora. E por que não se investia nisso no passado? Porque a prioridade era outra. A corrupção era o combustível de governos anteriores.

Também, o ministério do Tarcísio fez ressurgir o modal rodoviário. Daqui a 3 meses no máximo se inaugura a ferrovia Norte-Sul, 4.100 km, barateando o preço de produtos em todo o Brasil. Também, com o apoio do nosso Parlamento –tá aqui o presidente Arthur Lira, um enorme aliado nosso, tem colaborado muito com o governo. Graças a ele, conseguimos aprovar leis que vieram a abaixar o preço dos combustíveis.

A grande maioria dos parlamentares cada vez mais estão com o governo, e o governo está com eles. Temos 3 Poderes, mas o Legislativo e o Executivo são irmãos. Nós temos que respeitar a Constituição, jogar dentro das 4 linhas, que pese um ou outro de fora esteja dando tijolada dentro do campo. Tivemos agora também um ministro –que está licenciado agora– Rogério Marinho, que concluiu as obras da transposição do São Francisco. A obra era para ter acabado em 2010. Passou para 12, 14, 16. A obra transpôs apenas dinheiro para o bolso de corruptos, e não água. Concluimos isso.

Água, em grande parte do Nordeste, é uma realidade. Também o nosso Exército, com a Codevasf, fura dezenas de poços todos os meses, levando dignidade a essas pessoas. Eu tô mostrando o que nós fizemos, o que pretendemos continuar fazendo. Isso não é virtude, é obrigação.

E quando se fala em transposição, se fala em corrupção. Em 2015, vocês sabem quem estava na frente do governo. Mas os desmandos, os descasos, a roubalheira, obras começadas e não concluídas, a Petrobras se endividou em US\$ 180 bilhões, dívida de R\$ 900 bilhões. Para ter noção o quanto de dinheiro foi desviado, isso daria para fazer 60 vezes a transposição do rio São Francisco, contas que vocês estão pagando.

Iniciamos um governo com sérios problemas éticos, morais e econômicos. Formar ministério não foi fácil. Muita gente queria que muitos ministérios fossem formados a exemplo de outros governos. Conseguimos ter a coragem – e eu peço a Deus a força para escolher o time de ministros. Vocês hoje conhecem os nossos ministros, conhecem em grande parte os deputados federais, os senadores, sabem o que Poder Legislativo.

Hoje você sabem também o que é Supremo Tribunal Federal. Montamos o nosso ministério. O nosso povo hoje tem conhecimento, sabe pelo que deve lutar. O poder emana do povo se o povo bem escolher os seus representantes.

Como disse a minha esposa aqui, a minha vida não é fácil, mas eu fui voluntário. E modestamente, Marco Feliciano, tem alguma coisa nos ligando. Não tem outra explicação para estarmos de pé até hoje. Por termos enfrentado uma pandemia, uma guerra que não acabou ainda, uma seca como não vista nos últimos 90 anos, o mundo todo sofrendo as consequências daquela política que eu fui contra: “fica em casa que a economia a gente vê depois.

Todos vocês sofreram com isso. Não vocês brasileiros, apenas. O mundo todo sofreu com isso. Buscamos medidas para minorar o sofrimento do nosso povo. Alguns falam: ele não tem o olhar para os mais pobres. Em 2020, onde muitos obrigaram todos a ficar em casa, eu falei: vamos combater o vírus e também fazer com que a nossa economia não seja destruída com a obrigação de ficar em casa.

Descobrimos que tínhamos os conhecidos “invisíveis informais”, aqueles, talvez alguns aqui, que vendiam biscoito Globo na praia, vendiam um picolé na arquibancada de um jogo de futebol, um cachorro [sic] de gato em praça pública, esses foram obrigados a ficar em casa para morrer de fome, ou para sair de casa desesperado por um pão para o seu filho, e fazer coisa que ele nunca imaginava que poderia fazer. O que o governo fez imediatamente? Criou o Auxílio Emergencial.

Nós gastamos em 2020, com o Auxílio Emergencial, o equivalente a 15 anos de Bolsa Família. Como assim o governo não pensa nos mais pobres? Esse governo, no final no ano passado, dentro da responsabilidade fiscal, extinguiu o Bolsa Família, que pagava em média R\$ 190. Tinha gente, tinha mulheres ganhando R\$ 80. Passaram a ganhar no mínimo R\$ 400.

E agora, com o apoio do nosso Parlamento, deputados e senadores, passamos para R\$ 600. E conversei essa semana com o Paulo Guedes: esse valor será mantido a partir do ano que vem. Com a inflação prejudicando a todos, em especial o preço dos combustíveis, tivemos a presença marcante do presidente da Câmara aqui presente, meu amigo de longa data Arthur Lira. Ele é o dono da pauta na Câmara dos Deputados. Nada é colocado em votação se não for por decisão dele.

Botou para voltar a Proposta de Emenda à Constituição, projeto de lei, botando um freio na sanha de impostos no Brasil. Zeramos impostos federais de gás de cozinha desde o ano passado, de diesel há 4 meses, e foi colocado um teto do ICMS, que é o imposto estadual não apenas para combustível, mas para energia elétrica, para as comunicações e para o transporte. Tenho certeza: teremos deflação no corrente mês.

Eu sei que a figura mais importante hoje aqui sou eu. Mas se não é o Arthur Lira, esse cabra-da- peste do Alagoas, não teríamos chegado a esse ponto. Obrigado Lira, obrigado deputados e senadores. É o trabalho em conjunto. Eu conheço o Parlamento, fiquei lá dentro 28 anos. Já discursava para um plenário vazio várias vezes. Mas porque eu discursava para um plenário vazio? Para ter um espaço à noite na Voz do Brasil.

Montamos o nosso ministério. posso citar vários outros ministros, como por exemplo o Fábio Faria das Comunicações. É o homem que negociou o 5G para o Brasil. A garotada que tanto gosta de jogar vai jogar com 5G no Brasil, além de muitas outras coisas fantásticas com o 5G.

Estive com o senador Ciro [Nogueira] no Estado dele, Piauí, em uma fazenda 5G, onde a precisão na direção das máquinas está na casa dos 2 cm. Além de outras ações com o 5G no campo, a produtividade aumenta em média 20%. O nosso agronegócio na vanguarda.

Quando eu decidi ir para a Rússia em fevereiro, fui criticado por grande parte da mídia, por uma parte considerável de chefes de Estados de outras países. Decisão? Vamos para a Rússia. Botei o Braga Netto dentro da avião e fomos conversar com o Putin. Conversei por 3 horas com ele, a 2 metros de distância e sem máscara.

A negociação, interesse dos nossos povos. Dois meses depois, aportaram no Brasil 26 navios com fertilizantes. O nosso agronegócio, prezada Tereza Cristina, uma gigante no nosso ministério. Vem cá, Tereza. Essa é a pequena grande mulher que faz a diferença. Todas as

minhas viagens no exterior foi precedida pela viagem dela. Quando eu chegava já estava quase tudo pronto, faltava apenas as assinaturas.

Essa pequena grande mulher, com os fertilizantes, garantiu a nossa segurança alimentar, bem como a segurança alimentar de mais de 1 bilhão de pessoas pelo mundo. A senhora presidente da OMC há 3 meses veio a Brasília. Conversamos por uma hora. Ela saiu dali e lá fora, declarou: sem o Brasil, o mundo passa fome.

O nosso agronegócio é fantástico. Não é lucro apenas para o homem do campo. Sem eles produzirem, temos inflação nos alimentos, ou o que é pior: poderemos ter desabastecimento, falta de alimento. Mas ainda o trabalho dela, fantástico. Vocês devem se lembrar: lá no governo Fernando Henrique Cardoso, tínhamos em média uma invasão do MST por dia. No nosso governo, passou a ser 4 por ano. Ela escolheu para presidir o Incra uma pessoa chamada Geraldo Melo. E ele, cumprindo a determinação da Tereza Cristina, começou a titular terras pelo Brasil. Concluimos agora 370 mil propriedades tituladas.

Essas pessoas que integravam o MST eram posseiros, eles não eram donos da sua terra. Passavam um ônibus ou um caminhão e esse pessoal era obrigado a embarcar e invadir uma propriedade que nem sabia onde ficava, quais os motivos, qual a razão. Se não fizesse isso, perdia a posse de sua terra.

E um detalhe importante, já que minha esposa falou sobre mulheres: dos 370 mil títulos, 90% são de mulheres. Homem, no meu governo, só tem título se ele for solteiro ou viúvo. Sendo casado ou vivendo em união estável, o título vai para elas. Elas sabem melhor cuidar desse negócio. Mas ainda: trouxemos esse pessoal para a legalidade, tornaram-se cidadãos, podem procurar uma agência bancária, se integraram à agricultura familiar. Passaram a ser amigos do fazendeiro do lado e se preocupar de modo que a sua terra não venha a ser invadida. Mudaram completamente de lado não pela força, mas pela razão. Esse é mais um pedaço do que faz o nosso governo.

2020 e 2021, pandemia. Lamentamos todas as mortes. Fizemos o possível. A condução do combate ao covid, por decisão judicial, passou de ser de governadores e prefeitos. Alguns conduziram muito bem, outros nem tanto. Esses nem tanto fizeram com que vocês experimentassem um pouquinho o que é ditadura, “fica em casa”, mandando a sua força policial prender surfista, prender mulheres em praça pública, prender pequenos comerciantes que tinham botado seu carrinho em um esquina porque ele precisava alimentar à sua família.

E também grave, Marcos Feliciano: mandaram fechar igrejas e templos religiosos. Nem em guerra se fecha uma igreja ou um templo religioso. Alguns governadores, em especial do Nordeste, tomaram medidas restritivas não permitidas sequer em estado de sítio, que eu posso

pedir, mas o decreto vai pro Parlamento. E se algo errado acontecer durante o estado de sítio, eu presidente que respondo. Esses que abusaram não responderam por nada.

Aprendemos um pouquinho, sentimos na pele o que é uma ditadura. Mas o tempo passa, as feridas cicatrizam. Nós temos que pensar não apenas no Brasil do presente, no Brasil do futuro. Temos que nos antecipar a problemas. E olha só: quando se fala em Nordeste, já começa a sair da prancheta a construção de eólicas offshore –ou seja, torres de energia construído na costa do Nordeste, do nosso Nordeste, tão esquecido por aqueles que diziam amar o nosso povo de lá.

A produção de energia, energia limpa, será equivalente a 50 vezes Itaipu Binacional. O Nordeste todo será reindustrializado. A maior parte da energia será vendida para outros países –o hidrogênio verde. E quando se fala em Itaipu Binacional, para se falar de apenas uma estatal que nós temos, não é fácil privatizar. Algumas, no meu entendimento –não, pouquíssimas– que são estratégicas.

Vocês conheciam Itaipu Binacional apenas como uma usina que gerava energia e mais nada além disso. Quase nada era feito com o lucro daquela empresa. Com a nossa chegada ao governo, terminamos, com os recursos de Itaipu Binacional, a extensão de 600 metros no aeroporto de Foz do Iguaçu. Já estamos com condições de receber voos de outros países. Não mais vão pousar na Argentina. Ao pousar no Brasil, vão ocupar a nossa rede hoteleira.

Mais: daqui a 2, 3 meses, vamos concluir a 2ª ponte do Brasil com o Paraguai. E não é uma ponte qualquer: o seu vão é de 500 metros. Já começou a se fazer a 2ª ponte com o Paraguai lá em Porto Murtinho, no nosso Mato Grosso do Sul da Tereza Cristina. Faz parte da Biocênica, é a nossa saída pro Pacífico. O que estamos fazendo não é virtude, é obrigação. Temos o zelo com a coisa pública. Não tem jeitinho no nosso governo. Três anos, 3 anos e meio sem corrupção. Se aparecer, vamos colaborar nas investigações.

Tivemos a CPI da Covid. Qual a conclusão da CPI da Covid? Não acharam nada. Me acusaram de corrupto virtual, que queria comprar a vacina Covaxin. Mas não quiseram apurar o consórcio do Nordeste, onde desviaram R\$ 50 milhões e não compraram um respirador sequer. Teve nordestino que morreu asfixiado por falta de respirador. Mas nós sabemos do caráter do presidente da comissão. O caráter desse presidente da comissão, que foi ministro da Justiça de Fernando Henrique, que foi procurado pelo então sindicalista Lula para botar em liberdade 10 sequestradores, e chamou os sequestradores de meninos que se equivocaram quando fizeram o sequestro.

Esse mesmo cara que defende o roubo de celular como um direito do bandido para roubar para tomar uma cerveja. Esse mesmo cara que fala que a guerra da Ucrânia se resolve

tomando cerveja. Esse mesmo cara que quer legalizar o aborto no Brasil. Esse mesmo cara que quer legalizar as drogas no Brasil. Será que esse cara sabe quanto sofre uma mãe quando um filho se entrega às drogas?

Será que ele sabe o sofrimento dessa mãe com essa criança no mundo das drogas? Esse mesmo cara, que em decreto de 2019, além de querer a desconstrução da heteronormatividade, criou o que se chama ideologia de gênero. Com isso, emboscar os nossos filhos e netos a partir dos 5 anos de idade dentro da escola, para estimulá-lo ao sexo desde essa idade. Isso não é papel de alguém que quer o bem do seu povo. Não teria aqui adjetivo para qualificá-lo nesse momento. Quem sabe em um debate –caso ele esteja presente.

Vamos para o encerramento. Eu tenho dito que tem algo mais importante que a nossa vida: é a nossa liberdade. Eu quero me dirigir àquele jovem de esquerda que fala que é bacana o outro lado. Esse jovem de esquerda, como quase todo o jovem, tem um telefone celular. Dizer para esse jovem de esquerda que o seu candidato prega o controle social da mídia. Diz que quer regulamentar as mídias sociais. Dizer a esse jovem que países como Coreia do Norte, Cuba, a internet só é acessada para você ver conteúdos do governo. Você não tem liberdade. Você quer perder a sua liberdade nas mídias sociais?

A nossa imprensa quer ser controlada por esse outro governo. Por pior que sejam algumas matérias contra a minha pessoa, eu entendo como liberdade, mesmo sendo injusta na maioria das vezes essa matéria. Pior que uma imprensa trabalhando mal é uma imprensa fechada. Jamais defenderei o fechamento da mídia no Brasil.

Dizer a esse jovem –até porque é comum termos na nossa família gente que é de esquerda, em especial os mais jovens. Até porque tem um velho ditado: quem até os 20 e não foi de esquerda, é porque não tem coração. Quem depois dos 20 continua de esquerda é porque não tem cérebro. Se os pais tiveram condições, paguem uma passagem para esse jovem, prezado governador Denário, ir para o seu Estado, Roraima, ir para Boa Vista. E, se for possível, vá para Pacaraima –que é divisa do Brasil com a Venezuela– e veja, jovem, os seus colegas jovens fugindo a pé para o Brasil.

Hoje, a mídia, que já está há vários anos, são de 500 pessoas vindo da Venezuela para cá. Você vai ver o seu colega jovem, com a mesma idade tua, pesando em média menos 15 kg. Fugindo muito mais da fome do que da violência. A maioria que ela chega lá são mulheres e crianças. Mulheres são mineiradas ao longo do caminho, são obrigadas a se prostituírem para poder alimentar os seus filhos. Vão para os abrigos do Exército ou em Pacaraima, ou em Boa Vista –lá do governador Denário, que colabora conosco grandemente no Estado de Roraima.

Nós queremos isso para o Brasil? E olhem que a Venezuela é um país que tem as maiores reservas de petróleo do mundo. De nada vale um país rico se o povo escolhe um bandido para a Presidência da República. Querem dar a Presidência da República para um cachaceiro descondenado? O que eu falo não é um ataque, é uma constatação. Afinal, por outra passagem bíblica que eu sei por muito durante a campanha, hoje é uma realidade para todos nós: João 8:32, “E conheceis a verdade e a verdade vos libertará.

A verdade dói. O nosso povo estava acostumado a mentiras mansas, a promessas vazias. Quando chega alguém que resolve falar a verdade desde a pré-campanha até hoje, alguns se assustam. “Ele é grosso, ele não gosta de mulher, ele não gosta de negro, ele não gosta de nordestino, ele faz discurso de ódio”. Quando se fala em gabinete do ódio, tem um ministro que fala grosso: “tem gabinete do ódio”. Me aponte uma matéria do gabinete do ódio, uma matéria. Não tem.

A verdade liberta. Hoje vocês sabem quem está ao lado de vocês. Costumam dizer: “hoje nós temos um presidente que acredita em Deus, que respeita seus militares e policiais, que defende a família e deve lealdade ao seu povo. Tenham pena da minha segurança. Estou no meio do povo. Já falei para ninguém me advertir mais: vou continuar no meio do povo aconteça o que acontecer.

Esse povo recarrega as minhas baterias, e eu ouço deles 3 frases, o “te amo” seria a 4<sup>a</sup>. Primeiro: não desista. Sou imbrochável. A outra é: Deus te abençoe. Muito obrigado. Tenho certeza de que Deus está com o Brasil. E a 3<sup>a</sup>: estamos orando por vocês. Esse é um país cristão, um país de valores, um país do presente e do futuro, um país que nos orgulha.

E eu faço uma comparação sempre com outro país que tem a ver tudo com conosco pela sua história, que está na Bíblia Sagrada: o Estado de Israel. Olhem o que Israel não tem: eles não têm nada. Eles não têm recursos minerais, não têm água potável, não têm terras agricultáveis, não têm as nossas belezas naturais. Mas olha o que eles são. Voltem seus olhos para o seu Brasil: nós temos tudo. Temos água potável, reservas minerais, biodiversidade, terras agricultáveis, uma paisagem maravilhosa, um clima fantástico, e olha o que nós não somos. Onde erramos nas nossas escolhas?

Tem gente melhor do que eu aqui mesmo. Tem centenas. Mas, no momento, temos apenas duas opções pela frente. Eu comparo muitas coisas, nós devemos fazer comparações para decidir. Comparem meus 3 anos e meio com outros 3 anos e meio de outros governos. Mas não se esqueçam: eu enfrentei uma pandemia, eu enfrentei uma seca. Estamos sofrendo consequências de uma guerra há 10.000 km de distância.

E uma coisa importante, quero repetir aqui. Após meu encontro com o presidente Putin, teve declaração à imprensa, porque lá não se aceita que a imprensa pergunte, a regra do jogo é a dele. A imprensa do mundo presente. E eu declarei, agradei ao presidente Putin, porque em 2 momentos o mundo rico queria discutir a relativização da soberania nossa sobre a Amazônia. E com o seu poder de veto, ele falou: a Amazônia é do Brasil e não tem mais conversa.

Alguns queriam que eu ficasse do lado daqueles que queriam a Amazônia pra eles. A Amazônia é nossa, não será repartida com o mundo. Fazemos o possível para preservá-la, mas temos lá –coronel Menezes, meu colega lá do Amazonas– temos lá 25 milhões de brasileiros que tem que ser tratados, protegidos por nós. Em grande parte, protegidos pelo Exército brasileiro nos seus comandos militares de área e nos seus pelotões de fronteira e batalhões.

Onde quer que seja do nosso Brasil, temos a presença das nossas Forças Armadas. Forças Armadas que cada vez mais foram afastadas do centro do poder com a criação da Defesa em [19]99 não por uma necessidade militar, mas por uma imposição política. O militar atrapalhava os governos naquela época. No nosso governo, mudamos isso. Falaram que botaram muito militar. Acho que não botei muito, botei o suficiente. Mas se fosse para botar bandido, vocês tinham votado no outro candidato.

Alguns falam sobre o meu escolhido para vice. Tem aqui o Cláudio, que é governador, temos prefeitos. O vice é aquela pessoa que tem, que está ao seu lado nos momentos difíceis. O vice não pode ser aquela pessoa que conspire contra você. O vice é a solução do problema. E eu escolhi sim um general do Exército brasileiro que vocês conhecem muito bem por ocasião da intervenção aqui no Rio de Janeiro, um Estado à época tomado pelo caos. Ele recebeu a missão de intervir no Estado. E fez um trabalho fantástico no nosso Rio de Janeiro. Muitas consequências positivas o Cláudio Castro hoje colhe.

O Braga Netto, depois, coloquei como chefe da Casa Civil, posto agora que o senador Ciro com muito zelo ocupa, fazendo a negociação com o mundo político. Depois, eu coloquei no Ministério da Defesa. Ele pegou a pandemia quando ocupava a Casa Civil e a Defesa. Fez o seu trabalho juntamente com o ministro da época da Saúde, depois o Queiroga que está presente aqui, levando meios para o Brasil todo. A nossa Força Aérea trabalhou 24h por dia. A nossa Marinha, da mesma maneira. E trabalhando duro. Manteve o semblante do militar. A vontade dele é servir à sua pátria.

Esse é o espírito que nós levamos para dentro do Poder Executivo, trabalhando com gente sério ao seu lado. E a prova tá aí. Eu não preciso falar para vocês, nesse meu lançamento à reeleição, o que eu vou fazer caso reeleito democraticamente e de forma transparente. Vocês sabem o que eu vou fazer.

Obviamente, aprendi muita coisa. Algumas coisas temos que mudar para melhor. Temos que trazer o jovem de esquerda para o nosso lado, mostrar a verdade para ele. Mostrar o que ele tem a perder com o seu candidato. Onde o seu candidato apoiou outros pela América do Sul, olha a miséria que tá esse país. Olha a Venezuela, que Chávez e Maduro tinham o apoio do cara. Olha para onde está indo a nossa Argentina, a sua economia, um país próspero: 50% da população está próxima da linha da pobreza.

Olha pra onde está indo o Chile, cuja 1ª medida do presidente eleito foi acabar com os carabineiros, a sua Polícia Militar. Olha a nossa Colômbia, onde elegeram um guerrilheiro. Um dos serviços mais procurados na Colômbia atualmente, porque o cara não assumiu ainda, é o serviço de passaporte. O pessoal quer sair do seu país. Nós não vamos sair do Brasil! Nós somos a maioria. Nós somos do bem. Nós temos disposição para lutar pela nossa liberdade e pela nossa pátria.

Convoco todos vocês agora para que todo mundo no 7 de setembro vá às ruas pela última vez. Vamos às ruas pela última vez! Estes poucos surdos de capa preta tem que entender o que é a voz do povo. Tem que entender que quem faz a lei é o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Todos tem que jogar dentro das 4 linhas da Constituição, interessa para todos nós.

Não queremos o Brasil dominado por outra potência, e temos outras poucas potências de olho no Brasil. O que nós queremos? Paz, tranquilidade, respeito à Constituição, respeito às leis, interdependência entre os Poderes. Queremos harmonia, queremos prosperidade, gerar alegria para vocês. Isso não é fácil, mas quem deve dar o Norte para nós é o povo brasileiro. Tenho certeza que aquilo que vocês querem será atingido. A maioria dessas pessoas querem o nosso bem. Não podemos simplesmente deixar as coisas acontecerem. Não é fácil você tentar mudar algo que vinha torto há décadas, mas dá para mudar o destino do Brasil, como estamos mudando.

Eu sou o 1º presidente que teve um teto de gastos, ninguém teve isso. Eu tenho um limite para gastar. Mas dizer a vocês: vivemos em um país maravilhoso, um país fantástico, com um povo completamente miscigenado. O atual presidente não procura dividir para vencer. Eu não divido brancos e negros, homos e héteros, nordestinos e sulistas, homens e mulheres. É um governo de todos os 215 milhões de brasileiros. Todos nós queremos a mesma coisa. Nós sabemos que o outro lado tem a malícia, tem a mentira, tem falsas promessas. Nós temos a realidade, custe o que custar, doa ou não palavras fortes que serão ditas.

Todos nós somos iguais. A minha diferença para vocês agora para vocês é que eu estou no tablado. Não existe nenhuma diferença entre nós. O que eu mais quero é, lá na frente, bem

lá na frente, entregar o poder, de forma democrática e transparente, para quem vier me suceder, mas entregar um país muito, mais muito melhor do que aquele que recebi em 2019.

Vocês sentiram o gosto de acreditar na política. Sentiram como é gostoso estar na política e defender uma boa causa, acreditar no outro lado –que fala a tua linguagem, que tem o teu coração verde-amarelo, e quer um futuro melhor para o seu país. Nas minhas andanças pelo Brasil, uma coisa fantástica: cada vez mais eu vejo nas ruas as cores verde e amarela. Ontem, em Vitória, não tinha prédio que não tinha algumas bandeiras do Brasil em suas janelas.

Uma juíza identificou a bandeira nacional como um símbolo meu. Ora, não é um símbolo meu não, é um símbolo nosso. Mas muito obrigado por essa comparação. Nós não queimamos a nossa bandeira. Nós não pisoteamos essa bandeira. Essa bandeira nos une. Essa bandeira mostra que nós temos um governo, temos um povo, temos uma nação ao nosso lado. É o símbolo maior da nossa pátria.

Nós militares juramos dar a vida pela pátria. Todos vocês aqui juraram dar a vida pela sua liberdade. Repitam aí: “eu juro dar a vida pela minha liberdade”. Mais uma vez. Esse, Braga Netto, é o nosso exército. É o exército do povo. É o exército que está do nosso lado. É o exército que não admite corrupção, não admite fraude. Esse é o exército que quer transparência, que quer respeito. Quer não, merece e vai ter. Esse é o exército que nos orgulha. É o exército de 210 milhões de pessoas.

Não tem preço, nas minhas viagens pelo Nordeste, quando falo com o comandante do helicóptero: procura um pequeno vilarejo, uma pequena cidade e pousa lá. Chamo de “parada inopinada”. Não tem preço a maneira como nos tratam, com o carinho que o povo nordestino nos recebe. Isso é em qualquer lugar do Brasil. De onde vem isso tudo? Vem da confiança, vem da palavra, vem da verdade. Isso não tem preço.

Me considero nesse momento o craque do Botafogo que marcou o 2º gol contra o Atlético-PR. O meu time do coração no Rio de Janeiro, o nosso Botafogo de Futebol e Regatas. Esse é o país da alegria, da fraternidade, da amizade. É um país de paz. Não precisamos de outra ideologia que não deu certo em nenhum lugar do mundo. Precisamos é continuar com o que nós temos, aperfeiçoando alguma coisa, mas para o bem de todos. Não ousem tocar na liberdade do meu povo!

Dizer a vocês, como a minha esposa a pouco disse, não ficou fácil a nossa vida. Mas uma coisa me conforta: é não ver sentado naquela minha cadeira um comunista. Para mim, seria muito, mas muito mais fácil estar do outro lado, mas eu não dormiria em paz. Estaria traindo 58 milhões de pessoas, no mínimo, que votaram em mim em 2018. Pessoas que acreditaram, que viram um capitão do Exército, um deputado federal do nada se lançando candidato à

Presidente da República. O povo havia se cansado de velhas práticas. Estamos mudando o Brasil de verdade, e não estamos deixando ninguém para trás.

Dizer a vocês do orgulho, da satisfação de estar nesse evento, que poderia ser um evento aberto, mas optou-se por esse lugar. É um momento realmente de satisfação, de reforçar o meu pedido ao nosso Deus: que dê discernimento a todos para decidir não com o coração ou emoção, mas decidir com razão o futuro do nosso Brasil. Uma andorinha não faz verão, mas todo o verão começa com uma andorinha.

Tenho certeza: hoje somos muito mais do que os 58 milhões de 2018. As ruas mostram isso. O tratamento de vocês, o calor, o carinho, não tem preço. Há um casamento entre nós que é materializado pela família. Deus, pátria, família e liberdade. Há um casamento entre nós, um compromisso de sangue para nós levarmos o Brasil a um porto seguro. Para nós combatermos todas as práticas nefastas do passado. E de dizermos a todos, sem exceção: ninguém pode tudo nesse país, nem mesmo o seu presidente. E trabalhando e agindo dessa maneira, tendo o entendimento de vocês, nós atingiremos esse objetivo.

Eu quero concluir com um estrato de uma outra passagem bíblica, já que todos nós teremos um ponto final um dia. Diz: “nada temeis, nem mesmo a morte, a não ser a morte eterna”. Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.”

ANEXO D – Capturas de tela do site UOL Notícias, da notícia: Com Michelle e machismo, Bolsonaro ataca pesquisas e evita confrontar STF

BBB Jogos de Hoje Canal UOL Colunas

SAC EMAIL ENTRE ASSINE UOL

---

## ELEIÇÕES 2022

---

### Com Michelle e machismo, Bolsonaro ataca pesquisas e evita confrontar STF

---

Gabriela Vinhal, Hanrikson de Andrade, Leonardo Martins e Wanderley Preite Sobrinho

Do UOL, em Brasília e em São Paulo

07/09/2022 09h12 | Atualizada em 07/09/2022 15h08

Depois de participar do desfile militar na Esplanada dos Ministérios na manhã de hoje, em Brasília, o presidente [Jair Bolsonaro](#) (PL) discursou em um comício em que atacou pesquisas de intenção de votos, fez comentários machistas, mas evitou embate com o STF (Supremo Tribunal Federal).

- 7 de setembro: assista ao vivo desfiles e manifestações pelo Brasil

Com direito a pedido de votos, o presidente iniciou seu discurso em tom eleitoral.

---

"Vamos convencer aquelas pessoas que pensam diferente de nós, vamos convencê-los do que é melhor para o nosso Brasil", disse o Bolsonaro, antes de atacar as mulheres de outros candidatos ao usar a primeira-dama como modelo feminino.



"Podemos dar várias comparações, até entre as primeiras-damas. Ao meu lado uma mulher de Deus e ativa na minha vida. Ao meu lado não, muitas vezes ela está é na minha frente", disse.

*“ Eu tenho falado para os homens solteiros, para os solteiros que estão cansados de serem infelizes: procurem uma mulher, uma princesa, se case com ela para serem mais felizes ainda!”*

Jair Bolsonaro, em Brasília

---

A ideia machista cria distinções nas funções sociais entre homens e mulheres.



A ideia machista cria distinções nas funções sociais entre homens e mulheres.

"O machismo considera que, por suas diferenças, homens e mulheres desempenham papéis diferentes na sociedade. Às mulheres cabem os cuidados com a casa e às pessoas dependentes; aos homens, a gestão da vida pública, como a política, ciência e o trabalho remunerado", explicou à Ecoa Bruna Cristina Jaquetto Pereira, especialista em gênero e raça e doutora em sociologia pela UnB (Universidade de Brasília).

O presidente também ironizou as pesquisas de intenção de voto ao agradecer a presença de apoiadores em Brasília.

"Nunca vi um mar tão grande aqui com essas cores verde e amarela", disse. "Aqui não tem a mentirosa [Datafolha](#), aqui é o nosso data povo. Aqui é a verdade, aqui é a vontade de um povo honesto, livre e trabalhador."

Mesmo repetindo o mote da luta do bem contra o mal nesta eleição, Bolsonaro moderou o tom, mas provocou os opositores.

"É obrigação de todos jogarem dentro das 4 linhas da Constituição", disse. "Com uma reeleição, traremos para dentro das 4 linhas todos aqueles que ousam ficar fora delas."

---

f
🐦
+

Mais cedo, durante café da manhã no Alvorada, Bolsonaro também provocou o STF ao receber —além de ministros, parlamentares e o pastor Silas Malafaia— empresários investigados pelo Supremo, como o dono da Havan, Luciano Hang, mais tarde posicionado ao lado do presidente durante o desfile militar.

Ainda no café da manhã, Bolsonaro citou rupturas para dizer que "a história pode se repetir".

***“ Quería dizer que o Brasil já passou por momentos difíceis, mas por momentos bons, 22 [revolta tenentista], 35 [intentiona comunista], 64 [golpe militar], 16 [impeachment de Dilma Rousseff (PT)], 18 [eleição presidencial] e agora, 22. A história pode repetir, o bem sempre venceu o mal. Estamos aqui porque acreditamos em nosso povo e nosso povo acredita em Deus”***

Jair Bolsonaro

"Tá aí uma certeza: que com perseverança, fazendo tudo aquilo que pudermos fazer aqui na terra, Ele decidiu que fará para nós o que for possível para a nação", disse Bolsonaro.

E continuou: "Assim sendo, eu tenho certeza que aqui há uma segunda terra prometida, um paraíso um pouco maravilhoso, uma terra inigualável em todo mundo. Continuaremos nos orgulhando do futuro que deixaremos para essa criança que está aqui".

f
🐦
+

Hang foi um dos empresários alvos de uma operação da Polícia Federal, autorizada pelo ministro Alexandre de Moraes, após mandar em um grupo de WhatsApp mensagens a favor de um golpe de Estado caso o ex-presidente [Luiz Inácio Lula da Silva](#) (PT) vença Bolsonaro nas eleições de outubro deste ano.

Hang também acompanhou o presidente no desfile cívico-militar. Na cerimônia, ele se posicionou entre Bolsonaro e o presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa. O empresário investigado fez também o próprio desfile e cumprimentou apoiadores do governo que esperavam o início do desfile. Nos arredores do evento, bolsonaristas protestavam contra o STF e, em faixas, pediam o impeachment de ministros, como o de Moraes.

O vídeo do discurso de Bolsonaro foi compartilhado no Instagram pelo senador [Flávio Bolsonaro](#) (PL-RJ), filho "01" do presidente, também presente no café da manhã no Alvorada.

**flaviobolsonaro**

5,1M seguidores

Ver perfil

f

t

+

**Chamada para atos.** Também no Alvorada, [Bolsonaro usou uma entrevista para o canal público TV Brasil para chamar a população](#) a comparecer aos atos do [7 de Setembro](#).

"O povo que hoje está indo às ruas para festejar 200 anos de independência e uma eternidade de liberdade. O que está em jogo é nossa liberdade, é o nosso futuro, e a população sabe que ela que nos dá um norte para nossas decisões", declarou.

**“ Todos do Brasil, compareçam às ruas de verde e amarelo para festejar a terra onde vivemos —uma terra prometida, aqui é um grande paraíso, ninguém tem o que temos**

presidente Jair Bolsonaro em transmissão da TV Brasil

O uso da TV pública pelo presidente [já foi contestado por parlamentares de oposição](#), que argumentam que ele estaria usando uma estrutura pública em benefício próprio.

A transmissão de compromissos do presidente é legítima, mas o uso eleitoral do canal poderia ser enquadrada como abuso de poder político e dos meios de comunicação social.

---

A expectativa entre bolsonaristas para a comemoração do Dia da

f

t

+

A expectativa entre bolsonaristas para a comemoração do Dia da Independência é grande. O próprio presidente vem convocando apoiadores para os atos. Ele deverá [participar de eventos em Brasília, no Rio de Janeiro e em São Paulo](#) —nesta última, fará um discurso remoto para apoiadores na avenida Paulista.

**Desfile em Rolls-Royce.** Bolsonaro seguiu à Esplanada dos Ministérios para o desfile em comemoração ao Bicentenário da Independência do Brasil. Ele chegou ao local da parada militar por volta de 8h45, acompanhado da primeira-dama, Michelle Bolsonaro.



f

t

+

Ele seguiu por um trecho no Rolls-Royce presidencial com a esposa, o filho Flávio e netos. Ao desembarcar, ao lado de seguranças e aliados, foi cumprimentar apoiadores. O chefe do Executivo foi recebido aos gritos de "mito", e percorreu um trecho da Esplanada dos Ministérios para saudar o público.

No início do evento, a esquadrilha da fumaça fez um show aéreo para celebrar os 200 anos de Independência e foram tocados os hinos nacional e da Independência pela banda dos Dragões da Independência e cantados por alunos do Colégio Militar de Brasília.

Apoiadores chegaram à Esplanada por volta das 7h. As vias foram fechadas desde segunda-feira (5) para reforçar a segurança na região central da capital federal.

**Presença de ministros.** Os ministros General Augusto Heleno, do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), Luiz Eduardo Ramos (Secretaria-Geral da Presidência), [Paulo Guedes](#) (Economia) e Paulo Sérgio Nogueira (Defesa) participam da cerimônia.

O vice-presidente, Hamilton Mourão, e o candidato a vice na chapa de Bolsonaro, Walter Braga Netto, também estão no local e chegaram por volta de 8h30. Braga Netto foi até a grade cumprimentar apoiadores.

f

t

+

**Sem Fux, Lira e Pacheco.** Bolsonaro foi o único chefe de Poder brasileiro a ir ao evento. Isso porque os presidentes do [STF](#) (Supremo Tribunal Federal), Luiz Fux, do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), decidiram não acompanhar o evento.

A aliados, Pacheco disse durante a semana que não participaria do desfile se o ato tivesse teor eleitoral, com discurso de Bolsonaro.

Hoje, ele fez uma postagem no Twitter dizendo que as manifestações do Sete de Setembro "precisam ser pacíficas, respeitosas e celebrar o amor à pátria, à democracia e o Estado de Direito".



**Rodrigo Pacheco**  
@rodrigopacheco · [Seguir](#)

X

As comemorações deste 7 de setembro, que marca 200 anos da Independência do Brasil, precisam ser pacíficas, respeitosas e celebrar o amor à pátria, à democracia e o Estado de Direito.



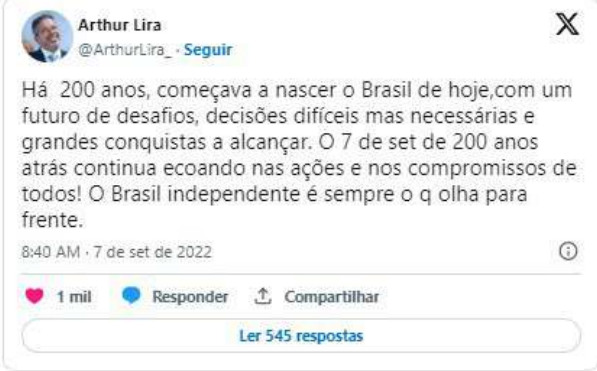
f

Ja Lira, aliado do Palácio do Planalto e líder do Centrão, ficou em Alagoas, onde se concentra em sua campanha à reeleição.

t

Nas redes sociais, celebrou a data. "Há 200 anos, começava a nascer o Brasil de hoje, com um futuro de desafios, decisões difíceis mas necessárias e grandes conquistas a alcançar."

+



**Com empresários alvo do Supremo.** Quem compareceu ao café da manhã no Palácio do Alvorada antes do desfile, e na cerimônia da Esplanada, foi Luciano Hang, dono da varejista Havan, a convite do presidente Bolsonaro. Vestindo um terno verde, ele foi aclamado por apoiadores aos gritos de "Luciano, Luciano" ao chegar no evento.

f

Hang foi um dos empresários alvo de uma operação da Polícia Federal após mandar em um grupo de WhatsApp mensagens a favor de um golpe de Estado caso o ex-presidente [Luiz Inácio Lula da Silva](#) (PT) vença Jair Bolsonaro (PL) nas eleições de outubro deste ano.

t

Ontem, Hang entrou com um recurso na Suprema Corte para recuperar acesso às contas bancárias e perfis de redes sociais. Por meio de sua assessoria de imprensa, o empresário afirmou que o ministro Alexandre de Moraes, que autorizou a ação de busca e apreensão feita pela PF, cometeu um "erro" e que as decisões foram para deixá-lo calado.

**Autoridades estrangeiras.** Participam também do evento o presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, além de outras autoridades estrangeiras, como José Maria Neves, presidente de Cabo Verde; general Umaro Sissoco Embaló, presidente da Guiné-Bissau; doutor Zacarias Albano da Costa, secretário-executivo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e Constantino Alberto Bacela, ministro de Moçambique para Assuntos da Casa Civil.

**Segurança reforçada.** Apesar da pressão de Bolsonaro para liberar o acesso de caminhões à Esplanada dos Ministérios, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), não liberou a entrada dos veículos, como medida de segurança combinada com o STF (Supremo Tribunal Federal) e com o TSE (Tribunal Superior Eleitoral).



**Autoridades estrangeiras.** Participam também do evento o presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, além de outras autoridades estrangeiras, como José Maria Neves, presidente de Cabo Verde; general Umaro Sissoco Embaló, presidente da Guiné-Bissau; doutor Zacarias Albano da Costa, secretário-executivo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e Constantino Alberto Bacela, ministro de Moçambique para Assuntos da Casa Civil.

**Segurança reforçada.** Apesar da pressão de Bolsonaro para liberar o acesso de caminhões à Esplanada dos Ministérios, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), não liberou a entrada dos veículos, como medida de segurança combinada com o STF (Supremo Tribunal Federal) e com o TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

No ano passado, caminhoneiros bolsonaristas romperam as barreiras de segurança na véspera do 7 de Setembro e pressionaram para invadir o prédio do STF. Essa era uma das principais preocupações do presidente da Suprema Corte, Luiz Fux.

COMUNICAR ERRO 